II PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2026 – 2029

SISAN
SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CAISAN
CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SANTA IZABEL DO PARÁ

CONSEA
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

PREFEITURA SANTA IZABEL
TRABALHO PRESENTE NA VIDA DA GENTE

Prefeito Municipal
JOSE ALBERTO TAVARES DA TRINDADE

Vice-prefeito Municipal
GILVANDRO DA SILVA ANDRADE

Chefia de Gabinete do Prefeito
IZABELLE PINHEIRO DE SOUSA

Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social
ROSANGELA MARIA LEAL DOS SANTOS

Secretário Municipal de Produção e Agronegócio
GENILSON GONÇALVES DE SOUSA

Secretária Municipal de Educação
OSMÁLIA BORGES DA SILVA

Secretária Municipal de Meio Ambiente
TIAGO VASCONCELOS ALVES

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
CLAUDINE YUKARI WATANABE SASAKA

Secretaria Municipal de Saúde
WANESSA THAIS CARDOSO KATO

Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos
MÁRCIO SANTOS REIS

Secretário Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto
MICHEL CARLOS DE MORAES ALVES

Secretaria Municipal de Defesa Social
ELEN CRISTINA DA CRUZ ALVES

Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SEBASTIÃO MÁRIO DE OLIVEIRA

CAISAN
CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL
DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SANTA IZABEL DO PARÁ

CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PLENO SECRETARIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL – SEMTEPS
Titular: Rosangela Maria Leal Dos Santos – Presidente da CAISAN
Suplente: Ádria Lúcia Tavares da Trindade

SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E AGRONEGÓCIO – SEMPAG
Titular: Genilson Gonçalves De Sousa
Suplente: Salvio Carlos Freire da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
Titular: Osmália Borges Da Silva
Suplente: Fabrício Dias de Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA
Titular: Tiago Vasconcelos Alves
Suplente: Jorge Antônio Santos Bittencourt

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SEMAPF
Titular: Claudine Yukari Watanabe Sasaka
Suplente: Josineide de Jesus Lima Fonseca

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS
Titular: Wanessa Thais Cardoso Kato
Suplente: Maria José dos Santos Assunção

SECRETARIA INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEINFRA
Titular: Márcio Santos Reis
Suplente: Wesley Denison Fernandes de Sousa

SECRETARIO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO E DESPORTO – SECULTD
Titular: Michel Carlos de Moraes Alves
Suplente: José Ângelo Souza de Miranda

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL – SEMDS
Titular: Elen Cristina da Cruz Alves
Suplente: Fabiana do Socorro da Silva Costa

SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISAN
Tatiane do Socorro Franco da Conceição

EQUIPE TÉCNICA DA CAISAN
Layla Santos Silva

COMITÊ TÉCNICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL – SEMTEPS
Titular Jemise Soraya Tamarana de Sá
Suplente: Layla Santos Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SEMAPF
Titular: Cleidiene Nascimento de Sales
Suplente: Ana Paula de Lima Sandoval Bezerra

SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E AGRONEGÓCIO – SEMPAG
Titular:Tiago de Souza Silva
Suplente: Juliane Maira Souza da Silva Sousa

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA
Titular: Luiza Raquel Amaral de Sousa
Suplente: Jaqueline Emim Mota

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
Titular: Daniela Cristina Andrade de Warris
Suplente: Luiz Carlos da Silva Pereira

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS
Titular: Iana Carina Andrade Monteiro
Suplente: Maria Betânia Cardoso do Rosário

SECRETARIA INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEINFRA
Titular: Lidiane Cristina Dias Silva
Suplente: Fernanda Gabriele da Silva Monteiro

SECRETARIO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO E DESPORTO – SECULTD
Titular: Idelzanildo Paulo Belmiro de Oliveira
Suplente: Cleobery Martins Pimentel

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL – SEMDS
Titular: Cristina Castro Coelho Hughes
Suplente: Virginia Elane Lima Pinheiro da Silva

Elaboração do Plano:

• **Pleno Secretarial da CAISAN** • **Comitê Técnico da CAISAN**

Sistematização do Plano
Euderson Luiz Araújo Pereira
Tatiane do Socorro Franco da Conceição

Revisão Final do Plano
Comitê Técnico da CAISAN

CONSEA
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Associação dos Agricultores e Moradores do Mocambo
Titular: Erinaldo Cruz Silva (Presidente)
Suplente: Francisco Alsiran Vieira Silva

Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Chico Mendes – APRCM
Titular: Ernandes Reis Costa
Suplente: Luiz Augusto Pinto

Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá – SIMPRIZ
Titular: Herbert Koji Yamanaka
Suplente: Carlos Eduardo Menezes Leal

Centro Comunitário de Pupunhateua
Titular: Raimundo Milton Rosa Faro
Suplente: Roseane da Costa Faro

Associação Quilombola do Espírito Santo do Itá
Titular: Cristina Selene B. Damasceno
Suplente: Silvane dos Santos

Comunidade Brasil Verde
Titular: Lia Cristina de Deus Magalhães da Cruz
Suplente: Celino Mendes da Cruz Filho

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTEPS
Titular: Adria Lúcia Tavares da Trindade
Suplente: Jemise Soraya Tamarana de Sá

Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio – SEMPAG
Titular: Salvio Carlos Freire da Silva
Suplente: Tiago de Sousa Silva

Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Titular: Iana Catarina Andrade
Suplente: Maria Betânia Cardoso do Rosário

Secretária Executiva do CONSEA
Sandra Suely Ferreira Santiago

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), referente ao quadriênio 2026-2029, reafirma o compromisso do Governo Municipal com o fortalecimento das políticas de enfrentamento à fome e à desnutrição em Santa Izabel do Pará. Sob a coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e em articulação com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o plano organiza uma abordagem integrada e intersetorial voltada à garantia da segurança alimentar no município.

Esse documento representa não apenas um importante avanço político e social, mas também a consolidação de estratégias destinadas a assegurar o acesso regular e permanente à alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes. Para além do atendimento às demandas emergenciais, as ações propostas contemplam todas as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O PMSAN define diretrizes que serão continuamente monitoradas e avaliadas, garantindo que as políticas implementadas que alcancem seus objetivos de forma eficaz. Trata-se de um processo dinâmico e participativo, com revisões periódicas de metas, prioridades e estratégias, assegurando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o fortalecimento da Soberania Alimentar, conforme estabelece a Lei Federal nº 11.346/2006.

A execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) conta com o envolvimento direto de diversas secretarias municipais, entre elas a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio (SEMPAG), a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças (SEMAPF), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), a Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos (SEINFRA), a Secretaria Municipal de Defesa Social (SEMDS), a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto (SECULTD) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Além do poder público, o plano é fortalecido pela participação de instituições da sociedade civil, organizações não governamentais e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará, que desempenham papel fundamental na construção e execução das ações previstas.

Essa articulação intersetorial e colaborativa reflete os compromissos assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano contribui para a erradicação da pobreza, o

enfrentamento da fome e a promoção da agricultura sustentável, assegura o direito à saúde e ao bem-estar, fortalece a educação de qualidade, amplia o acesso à água potável e ao saneamento, atua na redução das desigualdades sociais e territoriais, promove o desenvolvimento urbano sustentável, incentiva práticas de consumo e produção responsáveis, reconhece a urgência das ações diante das mudanças climáticas, valoriza a justiça social e o fortalecimento institucional, além de fomentar parcerias para a efetiva implementação de suas ações.

O PMSAN, portanto, reafirma o compromisso coletivo de enfrentar a insegurança alimentar no município, garantindo que cada cidadão tenha acesso digno e regular a uma alimentação adequada e saudável. Mais do que um instrumento técnico, constitui-se como uma estratégia integrada de promoção de um desenvolvimento social justo, equitativo e sustentável, em consonância com os princípios da dignidade humana e da sustentabilidade que orientam os ODS.

ROSANGELA MARIA LEAL DOS SANTOS
Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTEPS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

PMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
SEINFRA - Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos
SEMAPF - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
SEMTEPS - Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
SEMPAG - Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SECULTD - Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto
SEMDS - Secretaria Municipal de Defesa Social
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
EMATER-PA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FPSAN PA - Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEAN PA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará
POESANS PA - Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Pará

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução Populacional de Santa Izabel do Pará – 1991 a 2024
Gráfico 02: População segundo o gênero – 2024
Gráfico 03: População segundo a faixa etária
Gráfico 04: Escoamento Sanitário no Município
Gráfico 05: Limpeza Urbana
Gráfico 06: Evolução do PIB de Santa Izabel do Pará – 2017 a 2021
Gráfico 07: Empregos gerados por atividade econômica – 2023
Gráfico 08: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
Gráfico 09: Percentual de famílias vulneráveis por indicador
Gráfico 10: Óbitos por residência por principais causas – 2019 a 2023
Gráfico 11: Percentual de óbitos por Infarto Agudo do Miocárdio – 2019 a 2023
Gráfico 12: Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2024)
Gráfico 13: Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2024)
Gráfico 14: IMC por semana gestacional (2024)
Gráfico 15: Estado Nutricional dos Idosos por Região (2024)
Gráfico 16: Distribuição do Estado Nutricional dos Adultos por Região (2024)
Gráfico 17: Total de matrículas – 2017 a 2024
Gráfico 18: Valores gastos com agricultura familiar – 2021 a 2024
Gráfico 19: Área destinada à colheita (lavoura permanente) – 2019 a 2023
Gráfico 20: Área colhida por lavoura temporária (mandioca – kg/ha)
Gráfico 21: Efetivo de rebanho bovino – 2019 a 2023
Gráfico 22: Efetivo de rebanho suíno – 2019 a 2023
Gráfico 23: Efetivo de rebanho galináceos – 2019 a 2023
Gráfico 24: Produção de leite (mil litros) – 2019 a 2023
Gráfico 25: Produção de ovos de galinha (mil dúzias) – 2019 a 2023

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Proporção de idosos – 2018 a 2022
Tabela 02: Índice de envelhecimento – 2018 a 2022
Tabela 03: Escoamento sanitário no município
Tabela 04: Limpeza urbana
Tabela 05: Números do Cadastro Único – 2025
Tabela 06: Programa Bolsa Família – 2025
Tabela 07: Trabalhadores da agricultura, criação, pesca ou coleta
Tabela 08: Estado nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2024)
Tabela 09: Estado nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2024)
Tabela 10: IMC por semana gestacional (2024)
Tabela 11: Estado nutricional dos idosos por região (2024)

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 Mapa do município de Santa Izabel do Pará
Figura 02 Os ODS da ONU

SUMÁRIO

1. A Segurança Alimentar no contexto do Brasil, do Pará e de Santa Izabel do Pará
2. Diagnóstico Social Socioterritorial do Município de Santa Izabel do Pará
3. Eixos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Valor – PPA, Metas e Indicadores do PMSAN
4. O PMSAN e a relação com os ODS – Agenda 2030
5. Governança e Monitoramento do PMSAN
6. Desafios Para a Implementação do PMSAN
7. Legislações Relacionadas
8. Registros Fotográficos

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional constitui um direito fundamental e um elemento indispensável para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer sociedade. Em um contexto global marcado por desafios como a fome, a desnutrição e as desigualdades no acesso a alimentos de qualidade, torna-se essencial a formulação de políticas públicas eficazes que garantam a todos o acesso digno à alimentação. No Brasil, essa agenda vem sendo fortalecida por meio de programas e iniciativas voltados à promoção do direito humano à alimentação adequada, em consonância com diretrizes nacionais e compromissos internacionais voltados à erradicação da fome e à promoção da soberania alimentar.

Diante desse cenário, a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Santa Izabel do Pará representa um importante avanço no compromisso do município com a efetivação desse direito. O plano se configura como um instrumento estratégico para orientar ações que assegurem o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, contribuindo para a promoção da saúde, do bem-estar e da inclusão social, sobretudo da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua elaboração reflete o esforço conjunto das secretarias municipais, organizações da sociedade civil e demais atores que compõem a rede de segurança alimentar e nutricional.

A segurança alimentar não se restringe ao fornecimento de alimentos, abrangendo também a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a valorização da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a redução do desperdício. Nesse sentido, o PMSAN estabelece diretrizes voltadas ao fortalecimento dos sistemas alimentares locais, ao incentivo à produção sustentável e à ampliação do acesso da população a alimentos nutritivos e culturalmente adequados. Assim, a iniciativa contribui não apenas para o enfrentamento da fome, mas também para a construção de um modelo de desenvolvimento que respeite as diversidades sociais e regionais.

Além disso, a implementação do PMSAN reforça a relevância da governança participativa na formulação e execução das políticas públicas. O envolvimento da sociedade civil, das instâncias governamentais nos três níveis de governo e do poder legislativo possibilita uma abordagem mais democrática e eficiente, garantindo que as ações sejam efetivas e alcancem prioritariamente aqueles que mais necessitam. A intersetorialidade do plano favorece a articulação entre áreas como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento rural, promovendo uma visão integrada da segurança alimentar.

Nesse contexto, a elaboração e implementação do PMSAN reafirma o compromisso de Santa Izabel do Pará com a segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que estabelece um modelo de planejamento e gestão que pode servir de referência para outros municípios. Sua execução representa um avanço significativo no enfrentamento da fome e na promoção do acesso universal a uma alimentação adequada e saudável. Dessa forma, consolida-se como um marco importante na trajetória do município, fortalecendo uma política pública essencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

NOTAS METODOLÓGICAS

A elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Santa Izabel do Pará ocorreu por meio de um processo coletivo e participativo, alinhado ao compromisso da Prefeitura Municipal com a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conforme a legislação vigente. O plano se configura como um instrumento estratégico para o fortalecimento das políticas municipais de segurança alimentar e nutricional, promovendo a integração entre o poder público e a sociedade civil.

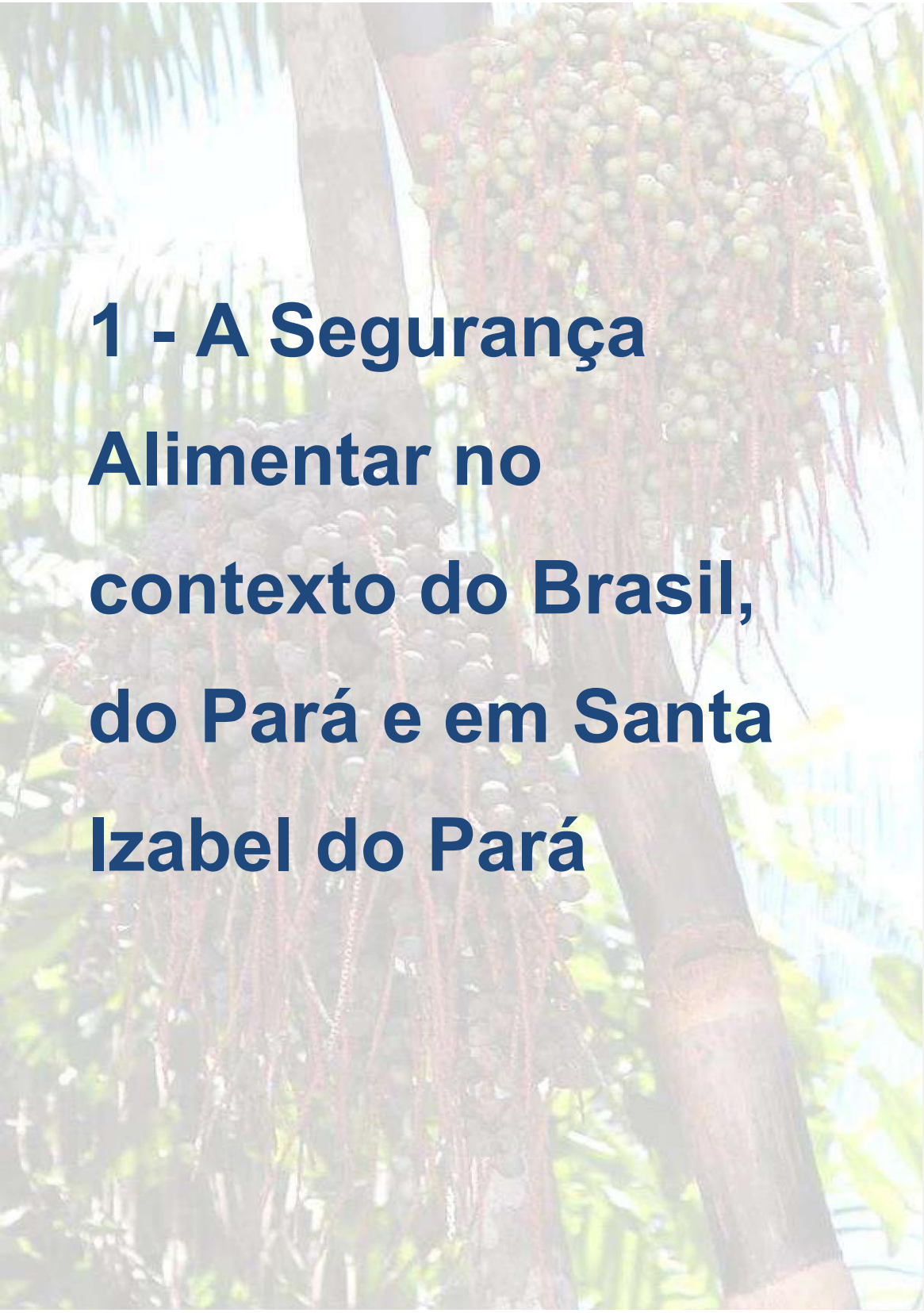
A etapa inicial consistiu na constituição de um Grupo de Trabalho (GT), formado por representantes da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), de entidades da sociedade civil e da CAISAN Estadual. A primeira reunião presencial do GT teve como finalidade a apresentação dos participantes e a definição da metodologia a ser adotada na construção do plano daí em diante, etapas foram seguidas como:

- Objetivando assegurar maior organização e eficiência ao processo, foram realizadas atualizações de dados e informações relativas ao primeiro PMSAN, além de oficinas temáticas para nivelamento da metodologia aplicada.
- Reuniões com a Assessoria Técnica em Planejamento para análise da dotação orçamentária prevista no Plano Plurianual (PPA 2026-2029) destinada à política de SAN;
- Revisão de dados oficiais sobre a situação da segurança alimentar no município, com base em indicadores sociais e econômicos;
- Pactuação de metas e ações prioritárias por meio de oficina com os membros do GT e demais participantes do processo;
- Realização do primeiro encontro municipal de segurança alimentar e nutricional, onde foram estabelecidos os eixos a serem trabalhados.
- Realização de reuniões deliberativas do GT para discussão e aprovação da estrutura do PMSAN;
- Disponibilização do plano para consulta pública;
- Reunião da CAISAN para deliberação final do documento;
- Reunião do COMSEA para aprovação do PMSAN;
- Publicação de Decreto do Prefeito para oficialização do plano.

Como parte do processo democrático e participativo, a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará realizará, em 2027, a 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e

Nutricional, considerada um marco fundamental para ampliar o debate sobre o tema e fortalecer o compromisso do município com essa política pública. Durante a conferência, serão discutidas e validadas as diretrizes da Política de SAN, assegurando maior participação da sociedade civil e dos diferentes segmentos do poder público.

A construção deste plano evidencia o compromisso de Santa Izabel do Pará com a promoção da segurança alimentar e nutricional, consolidando um importante instrumento de governança voltado à garantia do direito à alimentação adequada e ao fortalecimento das políticas públicas destinadas à redução da fome e das desigualdades no município.



1 - A Segurança Alimentar no contexto do Brasil, do Pará e em Santa Izabel do Pará

A SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO BRASIL

A política de segurança alimentar no Brasil possui uma trajetória longa e complexa, marcada por diferentes fases e abordagens. A partir da década de 1930, ações voltadas para os trabalhadores e o retrato da "Geografia da Fome" de Josué de Castro marcaram o início da preocupação com a alimentação da população.

Tal esforço em proporcionar soluções sustentáveis a longo prazo sobre a temática no Brasil é realizado há décadas, e com a institucionalização enquanto politica pública ocorrendo de forma gradual com avanços e retrocessos.

Na década de 1970, é criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e lançado o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Na década de 1980, a segurança alimentar no Brasil foi marcada pela estocagem de alimentos como um padrão de consumo, devido à inflação descontrolada e ao desemprego. Houve também um debate sobre o conceito de SAN que culminou com o surgimento da expressão "segurança alimentar" e a discussão sobre políticas públicas para garantir o acesso a alimentos básicos, com a formulação da proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar

Em 1990, com a aprovação Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, a alimentação é reconhecida como um dos fatores cruciais para a saúde, sendo papel do Estado formular, avaliar e apoiar políticas e programas de alimentação e nutrição.

Na continuidade da década de 90, três fatos ocorridos contribuem significativamente para o avanço da política de SAN, são eles: a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar; a aprovação do Programa Fome Zero em 1993 e; realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília no período de 28 a 30 de julho de 1994.

A partir de 2003, a segurança alimentar passou a ser prioridade, com ações e programas voltados para garantir a alimentação adequada a todos, e essa trajetória tem se mostrado promissora, com avanços no combate à fome e à insegurança alimentar.

Sendo a política de SAN considerada um objetivo público, estratégico e contínuo, e como uma prioridade, o seu marco legal é estabelecido no contexto da Lei nº 11.346 de 2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), regulamentada a partir do Decreto nº 7.272 de 2010, ficando criado o SISAN, instituída a PNSAN e estabelecida a base para a elaboração do PLANSAN. Ambas as legislações buscam fortalecer ações intersetoriais para promover uma alimentação adequada e saudável, bem como garantir a SAN.

A Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 2010, também reforçou o papel do Estado ao estabelecer a alimentação como um direito na Constituição Federal. Reconhecendo a grande importância da alimentação e nutrição para a promoção e proteção da saúde, destaca-se o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (DHANA), primordial para a realização de outros direitos humanos, e essenciais para garantir que todas as pessoas estejam livres da fome.

No mesmo contexto, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) aborda a questão intersetorial da saúde e da SAN, promovendo uma abordagem holística que considera as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos. Essa política enfatiza a integração com diversas áreas, como Meio Ambiente, Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Habitação, Cultura, e demais esferas da sociedade e da administração pública. reforçando a importância da cooperação entre diferentes setores para alcançar os objetivos relacionados a SAN.

Os dez anos que se seguiram, com efeitos acumulados de estratégias governamentais de combate à fome e redução das desigualdades, culminaram com o registro recorde de redução da insegurança alimentar grave no país (3,2% dos domicílios), em 2013, e com a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014.

No período subsequente, porém, marcado por uma descontinuidade institucional que afetou o funcionamento daquelas políticas, a incidência da fome voltou a aumentar no país: em 2018, 4,6% dos domicílios, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE, estavam em insegurança alimentar grave; no primeiro trimestre de 2022, esse índice subira para 15,5%, de acordo com o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), ainda sob a crise sanitária deflagrada pela pandemia da Covid-19.

No final de 2022, mais de 120 milhões de brasileiros se encontravam em situação de insegurança alimentar, sendo que destes, cerca de 33 milhões apresentavam insegurança alimentar grave. A insegurança alimentar indica a negação dos demais direitos essenciais de um indivíduo, não se limitando somente a questão da falta de qualidade ou quantidade de alimentos, de forma que existem também aspectos psicológicos consideráveis, como a preocupação e a incerteza sobre as condições em assegurar a alimentação da família a curto, médio e longo prazo.

A insegurança alimentar pode ser percebida em vários níveis, há a preocupação de que o alimento acabe antes que haja dinheiro para adquirir mais, há a insegurança relativa

ao comprometimento da qualidade da dieta sem restrição quantitativa, e o ponto mais grave que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição alimentar para seus membros, inclusive para as crianças, podendo chegar a sua expressão mais extrema: a fome.

No país, com base no II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN) cabe destacar que aproximadamente 33 milhões de brasileiros são os que experenciaram a fome no período.

Os dados da REDE PENSSAN de 2022 também ressaltam sobre a necessidade premente de abordagens abrangentes e políticas públicas eficazes para enfrentar essa crise alimentar, destacando a complexidade das dinâmicas socioeconômicas subjacentes à insegurança alimentar. A solução requer não apenas medidas emergenciais, mas também intervenções de longo prazo que abordem as raízes sistêmicas do problema, exigindo o engajamento de diversos setores da sociedade para construir um futuro mais equitativo e resiliente.

Tal cenário tem gerado significativo sofrimento e impacto negativo na saúde e bem estar dos cidadãos, contudo experiências anteriores demonstram que a reconstituição das políticas públicas de SAN, aliada a outras políticas de caráter estruturante, pode, em um curto período, modificar esse quadro que compromete a dignidade humana. Diante desse contexto, a implementação de políticas emergenciais visa atender às necessidades imediatas da população em situação de vulnerabilidade alimentar. Simultaneamente, ações estruturais são cruciais para abordar as raízes profundas da insegurança alimentar, proporcionando soluções sustentáveis a longo prazo.

Tendo em vista o atual cenário apresentado, em agosto de 2023 por meio do Decreto Federal nº 11.679, foi instituído o Plano Brasil Sem Fome, o qual tem como objetivos: reduzir o contingente de pessoas impactadas pela insegurança alimentar e nutricional; combater a pobreza; implementar estratégias intersetoriais, promotoras de articulação, integração e monitoramento das políticas, programas e ações, com vistas a ampliar a produção e o acesso da população à alimentação adequada e saudável de maneira sustentável; ampliar a participação social, fortalecendo a organização e iniciativas da sociedade civil para erradicar a fome e promover a SAN; e direcionar esforços para fortalecer o SISAN.

O Plano tem como perspectiva a duração até que o país deixe o Mapa da Fome, com suas ações identificadas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -

PLANSAN, sua estruturação se desdobra em três eixos de atuação: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; SAN, abrangendo a alimentação adequada desde a produção até o consumo; e mobilização para o combate à fome. Essa abordagem abrangente reflete o compromisso com uma transformação significativa do respectivo cenário alimentar apresentado no país.

Essa trajetória representa o resultado de um extenso processo de evolução das iniciativas voltadas para a promoção da SAN no Brasil, onde o SISAN e seus componentes desempenham um papel fundamental na construção e consolidação de uma política de SAN com uma abordagem integral que reflete o comprometimento com a promoção do acesso universal a uma alimentação adequada e saudável.

Linha do tempo da Política de SAN no Brasil

1986 – Deliberação nacional pela construção do SISAN na I Conferencia Nacional de Alimentação e Nutrição

1987 – Surgem nos Comitês de combate à fome, propostas de criação de um CONSEA e de um SISAN Nacional, passando a alimentação a ser compreendida como Direito e não como benefício.

1988 – Aprovação da Constituição Federal do Brasil, na qual a questão alimentar é tratada no conceito amplo de saúde.

1990 – Desestruturação e extinção da maioria dos programas de alimentação e nutrição.

1993

- A partir da destacada atuação do sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho” na questão da fome, surgem organizações, eventos tratando sobre a temática, com elaboração de textos e documentos, configurando o protagonismo no processo da segurança alimentar, que é a participação social efetiva.
- Criado o CONSEA Nacional, com a presidência do Bispo da Igreja Católica Dom Mauro Morelli, durante o Governo Federal de Itamar Franco

1994 – I Conferência Nacional de SAN (CNSAN)

1995

- Extinção do CONSEA Nacional por meio do Decreto nº1366, janeiro de 1995.
- Ocorrem Ações Pro-SAN: alguns movimentos e organizações com participações variadas, em especial de ONG’s.

1998 – Criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e nutricional – FBSAN 1999 – Instituição da Política Nacional de SAN (PNSAN).

2002 – O debate nacional do tema de Direito Humano a Alimentação toma força, a vista da Relatoria do Relator da ONU, Sr. Jean Ziegles, sobre violação do Direito Humano a Alimentação Adequada – DHAA.

2003

- Recriação do CONSEA Nacional por meio do Decreto nº 4.582, de 30.01.2003.
- Criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA)
- Lançamento do programa Fome Zero
- Criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

2004

- Criado o Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome (MDS).
- Realização da II CNSAN

2005 – Criação da Comissão de Monitoramento de Violações do DHAA, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos.

2006 – Aprovação da Lei nº 11.346, de 15.09.2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN que cria o Sistema de SAN/SISAN e garante a alimentação adequada como Direito humano fundamental. 2007

- Realização da III CNSAN
- Criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e nutricional – CAISAN Nacional

2008 – Instalação da CAISAN Nacional 2010

- Inclusão do Direito Humano a Alimentação no Art. 6º da CF de 1988 - (Marco Legal); a partir de intensa campanha do CONSEA Nacional, Frente Parlamentar, apoiadores de ONG's, movimentos sociais e artistas.

"*São direitos sociais a educação, a saúde, A ALIMENTAÇÃO, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*".

- Instituída oficialmente a Política Nacional de SAN - PNSAN pelo Decreto nº 7.272, de 25.08.2010 2011
- Aprovação do I Plano Nacional de SAN – PLANSAN, com a definição dos critérios de pré-requisitos mínimos para que governos Estadual, do Distrito Federal

e Municipais, façam adesão ao SISAN, começando assim o processo de estruturação do SISAN, por meio da Resolução nº 09 da CAISAN, de 13.12.201

- Realização da IV CNSAN, com o principal objetivo, construir o compromisso para efetivar o DHAA e saudável, através da implementação da PNAN e do SISAN nas áreas governamentais e com a participação da sociedade civil.

2013 – Realização da Oficina Regional Norte da CAISAN Nacional

2015 – Realização da V CNSAN, com um Eixo tratando sobre o Fortalecimento do SISAN, que articula as instâncias governamentais; integra as políticas de SAN com participação da sociedade pelos conselhos, em seus diálogos interconselhos, intersetoriais e interfederativo; sendo tratado em leis nacionais e internacionais.

2023 – Realização da VI CNSAN.

Linha do tempo da política de SAN no Pará

2004 – Realização da I Conferencia Estadual de SAN – CESAN PA, coordenada pela Secretaria Especial de Estado de Proteção Social, por meio da Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social, com 599 participantes.

2005 – Instituição do Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará – FPSAN PA.

2006 – Alteração da composição do CONSEAN PA pelo Dec. nº 2015 de 18.01.2006 no qual o Conselho passou a ser integrado paritariamente por 26 conselheiros, com a presidência exercida pelo Secretário Executivo Estadual de Trabalho e Promoção Social 2007 .

- Realização da II CESAN PA, sob a coordenação governamental, com 503 participantes.
- Criação da DISAN na Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS PA 2008
- Instituição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEANS PA pelo Decreto nº 929 de 29.04.2008.
- Reformulação do CONSEANS PA pelo Decreto nº 929, de 24.04.2008, alterando a proporcionalidade da composição: 2/3 (70%) da Sociedade Civil e de 1/3 (30%) de Governamental, no total de 33 conselheiros, sendo 22 sociedade civil e 11 governamentais, passando a presidência a ser assumida por representante da Sociedade civil; conforme previsto na LOSAN. 2009
- Eleição e nomeação do CONSEANS PA via Decreto de 23.04.2009.

- Elaboração do Projeto PARÁ SAN – Construindo o SISAN, sob a gestão da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDES PA; período para execução de 2009-2010, com o objetivo de iniciar a implantação do SISAN, da construção da minuta da LOSAN PA, e do Regimento Interno do CONSEANS PA: Resolução nº 04/09 de 19.03.2009.

2010 - I Seminário Estadual de implantação do SISAN PA

2011

- Instituição do SISAN PA por meio da Lei nº 7.580, de 20.12.2011.
- Realização da III CESAN PA, sob a coordenação do CONSEANS PA, com aproximadamente 750 participantes.

2013

- Eleição e nomeação da nova gestão do CONSEANS PA 2013-2015.
- Instituição da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN PA via Decreto nº 730 de 07.05.2013
- Encontro Estadual da 4ª Conferencia + 2
- Instituições da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/PA pelo Decreto nº 730 de 07.05.2013 e Decreto nº 1285 de 15.05.2015.

2015

- Aprovação e publicação do Primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará, I PESANS PA 2012-2015: Resolução CONSEANS PA nº 05/2015, de 31.03.2015
- Realização das Oficinas Territoriais de SAN, "Consolidação do SISAN no Estado do Pará-Um Compromisso de Todos"
- Encontro de SAN na Amazônia
- Realização da IV CESAN PA
- Alteração do Decreto nº 929, de 24.04.2008 sobre a representação governamental no CONSEANS PA: Decreto nº 1.286 de 15.05.2015

2016 - II PESANS PA 2016-2019

2022 - III PESANS PA 2020-2023 2023

- Aprovação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – POESANS PA por meio da Lei nº 9.949, de 19.06.2023.
- Realização da V CESANS PA.

Linha do tempo da política de SAN em Santa Izabel do Pará

2024 – Aprovação da Lei nº 471de 28 de agosto de 2024 que cria os componentes do SISAN no município.

2025

- Decreto n° 53 de 21 de janeiro de 2025, regulamenta no âmbito do SISAN a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar – CAISAN
- Decreto nº 54 de 21 de janeiro de 2025, que dispõe sobre as competências, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará.
- Decreto nº 95 de 07 de março de 2025, que nomeia os membros da CAISAN.
- Decreto nº 102 de 24 de março de 2025, que nomeia os membros do CONSEA.

Histórico das Conferências

Conferências nacionais

1986 – No contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde, tema Alimentação como um Direito e Dever do Estado.

1994 – 1ª CNSAN, tema "Fome a Questão Nacional".

2004 – 2ª CNSAN, tema "A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional".

2007 – 3ª CNSAN, tema "Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e nutricional".

2011 – 4ª CNSAN, tema "Alimentação adequada e saudável: Direito de Todos" 2015 – 5ª CNSAN, tema "Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Por Direitos e Soberania Alimentar".

2023 – 6ª CNSAN, tema "Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, Democracia e Equidade".

Conferências Estaduais

2004 – 1ª CESAN PA, tema "Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional como Direito à Cidadania"

2007 – 2ª CESAN PA, tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e nutricional”.

2011 – 3ª CESAN PA, tema “Alimentação Adequada e saudável no Contexto Amazônico: Direito de Todos

2015 – 4ª CESAN PA, tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Por Direitos e Soberania Alimentar”.

2023 – V CESANS PA, tema “Combate à fome, com comida de verdade no campo e na cidade”.

2. Diagnóstico Social Socioterritorial do Município de Santa Izabel do Pará

DIAGNÓSTICO SOCIAL SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Histórico do Município

O município de Santa Izabel do Pará, pertencente à Região Metropolitana de Belém, foi fundado em 7 de janeiro de 1934. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população era de 73.019, e para o ano de 2025 a estimada é de 79.195 habitantes, abrangendo as zonas rural e urbana da cidade.

Na zona urbana, o município está dividido nos seguintes bairros: Centro, Aratanha, Nova Brasília, Santa Rita de Cássia, Jurunas, Divinéia, Florestal, Novo Horizonte, Moema, São Raimundo, Jardim Miraí, Tókio, Bairro Novo, Santa Lúcia, Triângulo, Juazeiro, Sagrada Família, Jardim Paraíso, Santa Terezinha, Jardim das Acácias, Kató.

Na zona rural estão os distritos de Americano e Caraparú, além das seguintes comunidades: Apeteua, Areia Branca, Boa Vista do Itá, Boca do Pernambuco, Brasil Verde, Cacoal, Campinense, Catumbi, Centrinho, Cinco Ponta, Cipóbras, Com Vila da Mata, Com. 21 de Abril, Com. Mocambo, Com. Santa Joana, Com. São Luis, Conceição do Itá, Cumaru, Cupuaçu, Espirito Santo do Itá, Feijoal, Ferreira Pena, Flexal, Foz da Boca, Foz do Jundiaí, Galho Grande, Iuchi, Jacarequara, Jesus de Queluz, João Novo, Judiaí/São Pedro, Km 05, Km 08, Km 60, Lar Batista, Macapazinho, Manoel Sebastião, Maranata, Maravilha, Matupiriteua, Meruim, Mucuiambá, Nova Olinda, Porto de Minas, Pupunhateua, Quarta Travessa, Quinta Nova, Quinta Tv Baturité, Quinta Velha, Ramal do Clovis, Ramal do Prata, Rocinha, Samari, Santa Maria da Maravilha, Santa Quiteria, Santa Rosa, São Francisco do Itá, Sapucaia, Tapajós, Trindade, Umaniteua, Uxiiteua, Vila Corinthians, Vila Dió, Vila do Carmo, Vila do Lago, Vila do Sena, Vila Nova, Vila Sorriso, Vila Travessão, Vitoria do Caraparú.

Historicamente, existem duas explicações para o nome Santa Izabel do Pará. A primeira está vinculada à devoção a Santa Izabel, rainha católica de Portugal canonizada, cuja imagem foi trazida para a região, onde se iniciaram novenas que influenciaram os habitantes, resultando na homenagem que deu nome ao local e, posteriormente, ao município.

A segunda versão atribui o nome às virtudes de uma escrava chamada Isabel, que teria chegado ao povoado acompanhando um dos imigrantes. Devido à sua dedicação ao senhor e aos demais habitantes, passou a ser chamada de "Santa".

A história de Santa Izabel do Pará está intrinsecamente ligada à evolução jurisdicional do município de Belém. Originalmente, era um povoado localizado no território

de Belém. Com a colonização das terras da zona bragantina, Santa Izabel do Pará foi reconhecida como vila em 6 de junho de 1899, através da Lei nº 646, durante o governo do Dr. Paes de Carvalho. Desde 1885, a região já contava com uma estação da Estrada de Ferro de Bragança, inaugurada em 16 de março daquele ano, com os trilhos estendidos até
a localidade de Apeú.

Em 24 de fevereiro de 1905, foi inaugurada uma agência do telégrafo nacional na vila de Santa Izabel, ampliando as infraestruturas locais, que já incluíam um mercado público e um grupo escolar, este último criado pelo Decreto nº 1.295 de 8 de abril de 1904. Devido ao dinamismo da vila, em 30 de dezembro de 1931, Santa Izabel foi elevada à categoria de município, instalado em 2 de janeiro de 1932, com território constituído por áreas desmembradas de Belém e Castanhal. Entretanto, no mesmo ano, perdeu o status de município, sendo extinto. Em 8 de dezembro, o interventor do Pará, Magalhães Barata, restituiu sua autonomia através do Decreto Estadual nº 1.110, com nova instalação em 7 de janeiro de 1934.

Posteriormente, em 31 de outubro de 1938, pelo Decreto-lei nº 3.131, os distritos de Ananindeua, Benfica e Arari foram desmembrados e anexados ao município de Belém. Em 30 de dezembro de 1934, o Decreto-lei nº 4.505 alterou o nome do município para João Coelho, em homenagem a um antigo político paraense residente na região, e estabeleceu que seria constituído pelos distritos de João Coelho, Americano e Caraparú.

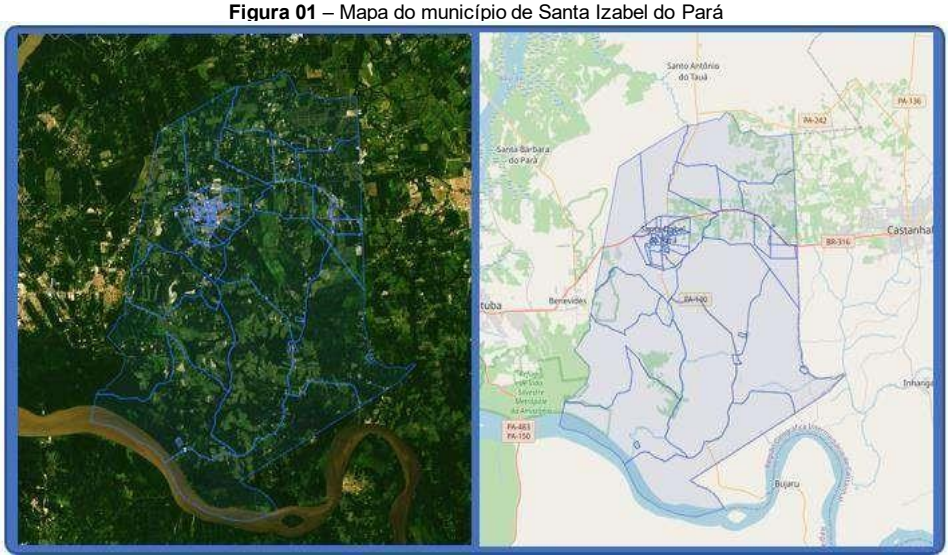
Em 1955, a Lei nº 1.127, de 11 de março, propôs o desmembramento de parte do território de João Coelho para a criação do município de Santo Antônio do Tauá. Contudo, a iniciativa foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, resultando na promulgação do Decreto nº 1.496, de 26 de janeiro de 1956, tornando-a insubsistente. Finalmente, em 10 de janeiro de 1961, através do Decreto-Lei nº 2.160, o município retomou sua denominação original, passando novamente a ser chamado de Santa Izabel do Pará, atualmente composto pelos distritos de Americano e Caraparú. Segundo o último CENSO IBGE 2022, o município possui 21.491 domicílios, tendo como média de moradores por casa 3,4 pessoas por domicílio.

Localização

Santa Izabel do Pará faz parte da Região Metropolitana de Belém e possui uma área territorial de 717,615 km². O município faz divisa ao norte com Santo Antônio do Tauá e Santa Bárbara do Pará, ao sul com Bujarú, a leste com Castanhal e Inhangapí, e a oeste

com Benevides. Suas coordenadas geográficas são 01º17’55” de latitude sul e 48º09’38” de longitude oeste em relação a Greenwich. Com uma altitude aproximada de 24 metros, Santa Izabel do Pará está localizada a 38 quilômetros em linha reta da capital do Estado, Belém.

Figura 01 – Mapa do município de Santa Izabel do Pará



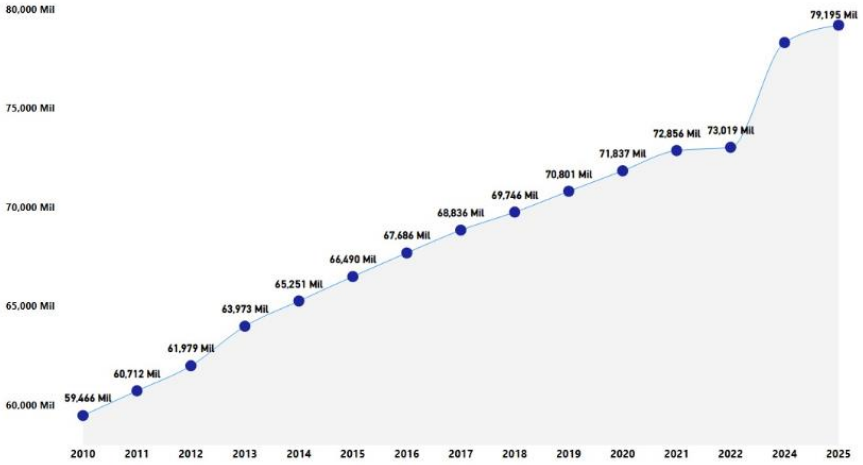
Fonte: MOPS – Mapas estratégicos para políticas de cidadania – Elaboração: Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025.

População

De acordo com levantamento de dados e estimativas realizadas pelos órgãos oficiais, disponibilizados em suas plataformas, Santa Izabel do Pará apresenta população estimada de aproximadamente 79.195 habitantes em 2025, conforme demonstrado no gráfico 01. Observa-se que o município registrou crescimento contínuo ao longo do período analisado, passando de 59.446 habitantes em 2010 para 79.195 habitantes em 2025, o que representa um aumento aproximado de 33% no período. Esse crescimento evidencia uma evolução demográfica gradual e sustentável, refletindo diretamente na ampliação das demandas por serviços públicos e no planejamento das políticas sociais no território municipal.

Gráfico 01 – Evolução Populacional de Santa Izabel do Pará – 1991 a 2025

Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025.

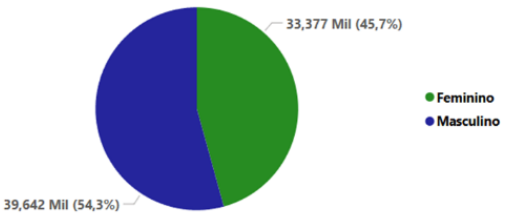


Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025-FAPESPA/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025.

Ainda de acordo com os dados mais recentes, a estimativa populacional de Santa Izabel do Pará em 2025 é de 79.195 habitantes, distribuídos entre 39.642 do sexo masculino (54,29%) e 33.377 do sexo feminino (45,71%). Esses números indicam uma leve predominância masculina na população local, diferentemente do cenário apresentado em 2020, quando os homens representavam 53,01% e as mulheres 46,99% da população.

Essa mudança percentual sugere um equilíbrio demográfico mais acentuado entre os gêneros ao longo dos últimos anos, refletindo possíveis tendências de crescimento populacional similares entre homens e mulheres. O gráfico 02 ilustra essa distribuição populacional de forma detalhada.

Gráfico 02: População segundo o gênero - 2025



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025.

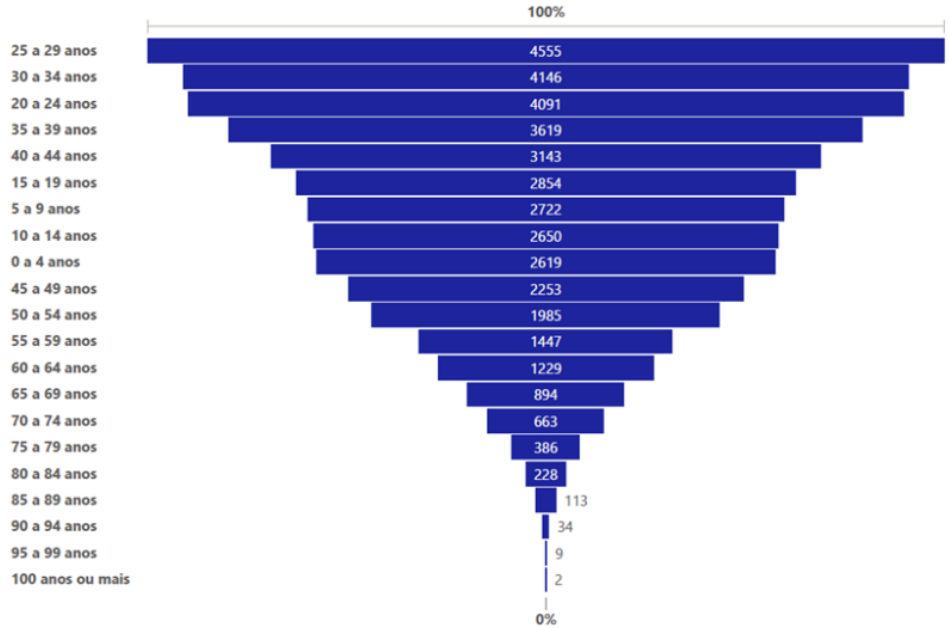
Entre 2018 e 2022, a população de Santa Izabel do Pará apresentou um crescimento contínuo, mas com comportamentos distintos entre homens e mulheres. Em 2018, o município contava com 36.908 homens e 32.838 mulheres, totalizando 69.746 habitantes. Já em 2022, a população masculina alcançou 39.642 pessoas, enquanto a feminina chegou a 33.377, resultando em um total de 73.019 habitantes.

Ao longo desse período, o crescimento masculino foi mais expressivo: os homens aumentaram em 2.734 pessoas, o que representa um crescimento de 7,4%. Já entre as mulheres, a variação foi bem menor, de apenas 539 pessoas, correspondendo a 1,6% de crescimento. Essa diferença fez com que a distância entre os dois grupos se ampliasse.

Em 2018 havia 4.070 homens a mais do que mulheres; em 2022, essa diferença já era de 6.265, um aumento de 53,9% no desequilíbrio entre os sexos.

De forma geral, pode-se afirmar que a expansão populacional de Santa Izabel do Pará nesse intervalo de cinco anos foi sustentada quase exclusivamente pela população masculina, que apresentou crescimento consistente a cada ano. A população feminina, por outro lado, manteve-se estável, sem grandes variações. Esse cenário evidencia um predomínio crescente dos homens na composição demográfica do município, possivelmente influenciado por fatores sociais, econômicos ou migratórios.

Gráfico 03: População segundo a idade por ano - 2025



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

A análise da distribuição populacional por faixa etária revela que a maior concentração de pessoas encontra-se entre os 15 e os 64 anos, faixa considerada de idade produtiva. Essa população representa a força de trabalho em potencial e é o grupo responsável por sustentar o dinamismo econômico e social do município.

O que se observa é que os grupos etários mais numerosos estão concentrados na juventude adulta, especialmente entre os 20 e 34 anos, faixa que reúne um contingente expressivo de indivíduos. Isso indica que há uma presença marcante de jovens já inseridos ou em vias de inserção no mercado de trabalho, o que configura um cenário de oportunidade para o desenvolvimento local, uma vez que essa faixa etária tende a reunir tanto energia quanto capacidade de inovação.

Na sequência, a população entre 35 e 44 anos também se mantém numerosa, representando adultos em fase de maior estabilidade profissional e produtiva. A presença desse grupo é importante porque ele combina experiência acumulada com potencial para continuar contribuindo de forma ativa por muitos anos.

A partir dos 45 anos, observa-se um declínio gradual no número de pessoas, tendência natural em função do processo de envelhecimento populacional. Apesar dessa redução, ainda existe um contingente significativo que permanece em idade produtiva, sinalizando a necessidade de políticas de valorização da experiência profissional e de manutenção dessa parcela no mercado de trabalho.

Já nas faixas iniciais da idade produtiva, entre 15 e 19 anos, nota-se a presença de um número expressivo de adolescentes e jovens que estão em transição entre a formação escolar e a vida laboral. Isso reforça a importância de políticas voltadas à qualificação e à inserção profissional, de modo a preparar essa juventude para o mercado.

De forma geral, a estrutura demográfica mostra um perfil predominantemente jovem e produtivo, com destaque para a concentração na juventude adulta. Esse quadro indica uma janela demográfica favorável, na qual a maioria da população encontra-se em idade de trabalhar, estudar, empreender e contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, ao mesmo tempo em que isso representa uma oportunidade, também exige planejamento para garantir emprego, educação de qualidade, capacitação e políticas públicas que aproveitem esse potencial humano e preparem o município para os desafios do futuro, quando o processo de envelhecimento populacional se intensificar.

Ainda relacionado à idade dos munícipes izabelenses, temos o índice de envelhecimento que é um indicador demográfico que compara a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais em relação àquelas com 0 a 14 anos. Em termos práticos, ele mostra quantos idosos existem para cada 100 crianças e adolescentes. Esse índice é fundamental para compreender o ritmo do envelhecimento populacional e suas implicações para as políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, previdência, assistência social e planejamento urbano.

No município de Santa Izabel do Pará, observa-se que o índice de envelhecimento apresentou crescimento constante ao longo do período analisado:

- Em 2018, o valor era de 23,46, significando que havia cerca de 23 idosos para cada 100 jovens de 0 a 14 anos.
- Em 2019, esse número subiu para 24,58, mantendo uma trajetória ascendente.
- Em 2020, alcançou 25,77, mostrando que o processo de envelhecimento estava se intensificando.
- Em 2021, o índice chegou a 27,14, evidenciando aceleração da tendência.
- Finalmente, em 2022, atingiu 31,68, ou seja, já existiam mais de 31 idosos para cada 100 crianças e adolescentes.

Esse crescimento em poucos anos reflete claramente uma mudança no perfil demográfico do município. De um lado, observa-se a redução gradual da fecundidade e natalidade, que diminui o número de crianças e jovens; de outro, a maior longevidade e aumento da expectativa de vida, que amplia o contingente idoso.

Do ponto de vista das políticas públicas, esse cenário exige atenção especial. O aumento do índice de envelhecimento implica maior demanda por serviços de saúde especializados, políticas de inclusão social para idosos, acessibilidade urbana e planejamento previdenciário. Além disso, ressalta a necessidade de garantir que a população em idade produtiva seja devidamente qualificada e absorvida pelo mercado de trabalho, já que, no futuro, o peso da população idosa sobre os ativos será cada vez maior.

Tabela 1: Índice de Envelhecimento

Estado/ Município	2018	2019	2020	2021	2022
Santa Izabel do Pará	23,46	24,58	25,77	27,14	31,68

Tabela 2: Proporção de Idosos

Estado/ Município	2018	2019	2020	2021	2022
Santa Izabel do Pará	5,47	5,59	5,73	5,89	6,65

Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

Outro fator relevante que tem relação direta com o índice de envelhecimento no município é a proporção de idosos. O dado da tabela mostra a evolução de um indicador demográfico de Santa Izabel do Pará entre 2018 e 2022, passando de 5,47 para 6,65. Essa trajetória evidencia um crescimento constante, ainda que gradual, no período analisado. Embora não esteja explícito na tabela qual indicador está sendo representado, a progressão numérica sugere tratar-se de uma medida complementar ao processo de envelhecimento populacional — possivelmente relacionada à proporção de idosos ou à dependência demográfica.

Quando analisamos em conjunto com o índice de envelhecimento, que no mesmo período aumentou de 23,46 (2018) para 31,68 (2022), observa-se uma convergência de tendências: tanto este índice quanto o novo indicador apontam para o aumento da participação relativa da população idosa em relação aos demais grupos etários.

Ou seja, enquanto o índice de envelhecimento mede a relação direta entre idosos e crianças/adolescentes (0 a 14 anos), os valores da tabela reforçam que há um crescimento da presença da população idosa no município como um todo, o que confirma o processo de transição demográfica já indicado pela pirâmide etária.

Essa relação mostra que Santa Izabel do Pará caminha para um cenário de maior envelhecimento relativo, ainda que mantenha uma população jovem expressiva. Isso tem duas implicações centrais:

- 1. A curto prazo, o município dispõe de uma ampla base produtiva, capaz de sustentar a economia e gerar desenvolvimento.
- 1. O médio e longo prazo, será necessário readequar políticas públicas, sobretudo nas áreas de saúde, assistência social, previdência e mobilidade, para dar resposta ao aumento contínuo da população idosa.

Em resumo, a análise integrada dos dois indicadores mostra que, embora o município ainda se encontre em uma fase de janela demográfica favorável, com maioria de jovens e adultos em idade ativa, os sinais de envelhecimento progressivo já se fazem claros, exigindo planejamento estratégico para equilibrar presente e futuro.

Com base nos dados apresentados, é possível observar um quadro que evidencia a presença significativa de famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como a importância das políticas públicas de assistência no município. Do total de famílias acompanhadas, 333 estão inscritas no Cadastro Único, instrumento essencial para identificar e caracterizar as condições socioeconômicas da população de baixa renda. Entre elas, 196 recebem o benefício do Programa Bolsa Família, o que corresponde a uma parcela expressiva, indicando que mais da metade das famílias cadastradas necessita de transferência de renda para garantir necessidades básicas.

Infraestrutura Urbana e Rural

As informações sobre a infraestrutura urbana e rural de um município consistem em um conjunto de dados que descrevem as condições físicas, os serviços básicos disponíveis e o acesso direitos sociais pela população. Esses dados são fundamentais para a construção de diagnósticos realistas, para o planejamento de políticas públicas e para a efetivações de ações integradas, como no caso da segurança alimentar e nutricional.

Entre as informações consideradas essenciais, destaca-se a análise da frota de veículos, que permite compreender a capacidade de mobilidade urbana e rural, o escoamento da produção agrícola, o transporte de bens e pessoas, além dos impactos no trânsito, e na qualidade ambiental. A quantidade, tipologia e crescimento da frota indicam o nível de desenvolvimento econômico local e a pressão sobre a infraestrutura viária.

A análise das condições de infraestrutura urbana e rural do município de Santa Izabel do Pará revela uma série de fatores que impactam diretamente a segurança alimentar e nutricional da população.

Portanto o PMSAM deve considerar a ampliação da cobertura asfáltica, e ampliar e continuar com serviços de manutenção e melhoria das estradas vicinais como é realizado rotineiramente pela prefeitura. Como realizadas no ano de 2025, a prefeitura realizou manutenção de 353,6 km de vicinais, representantes 88,93%. Para o ano de 2026 a prefeitura tem o planejamento de atingir 443,63 km de vicinais. Essas medidas são essenciais para garantir a segurança alimentar. A mobilidade adequada permite a circulação de insumos, o transporte seguro dos alimentos e o fortalecimento da economia local, além de garantir acesso mais eficiente aos equipamentos de saúde e assistência social.

A cobertura asfáltica avançou em 4km em 2025, com previsão inicial em 6km para 2026.

Parte da iluminação pública

O parque de iluminação pública do município de Santa Izabel do Pará é composto por 7.203 pontos de iluminação sendo 5.181 pontos convencionais que correspondem a 70% do parque de iluminação e composto por 2.022 luminárias de LED que corresponde a 30% do parque de iluminação pública do município.

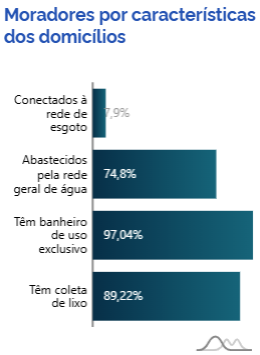
Até o mês de março de 2026 foi realizado a implantação de 1.078 luminárias de LED que representam 15% do parque de iluminação, a previsão é que ainda este ano conseguimos chegar a 20%. A previsão e a porcentagem da manutenção preventiva das luminárias convencionais diminuam para 52%.

A previsão inicial é que até o final de 2028 conseguimos realizar a troca de 100% do parque de iluminação pública.

As informações sobre a infraestrutura urbana e rural de um município constituem um conjunto essencial de dados que expressam as condições físicas do território, a oferta de serviços básicos e o acesso da população a direitos sociais fundamentais. Esses elementos são indispensáveis para a elaboração de diagnósticos consistentes, subsidiando o planejamento e a execução de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, que dependem diretamente das condições de vida da população.

A análise das condições de infraestrutura urbana e rural do município de Santa Izabel do Pará evidencia fatores estruturais que impactam diretamente a qualidade de vida da população e, consequentemente, a segurança alimentar e nutricional. O acesso a serviços básicos, como água, saneamento e coleta de resíduos, está diretamente associado às condições de saúde, higiene e bem-estar, sendo determinante para a redução de vulnerabilidades sociais.

Gráfico 05: Escoamento Sanitário no Município



Fonte: CECAD Cidadania 2025

A partir dos dados apresentados no gráfico do Censo 2022, observa-se que, os indicadores fundamentais sobre as condições de infraestrutura domiciliar, evidenciando avanços importantes, mas também apontando fragilidades relevantes no município.

Observa-se que o acesso ao abastecimento de água pela rede geral atinge 74,8% dos domicílios, indicando uma cobertura significativa, embora ainda exista uma parcela considerável da população dependente de fontes alternativas, o que pode impactar diretamente a qualidade de vida e a saúde.

No que se refere às condições sanitárias internas, o dado mais positivo é o percentual de domicílios com banheiro de uso exclusivo, que alcança 97,4%. Esse indicador demonstra um nível elevado de adequação habitacional nesse aspecto, contribuindo para melhores condições de higiene e prevenção de doenças.

A coleta de lixo, presente em 89,22% dos domicílios, também revela uma cobertura ampla, mas não universal. A ausência desse serviço em parte das residências pode gerar impactos ambientais e riscos sanitários, especialmente em áreas mais vulneráveis.

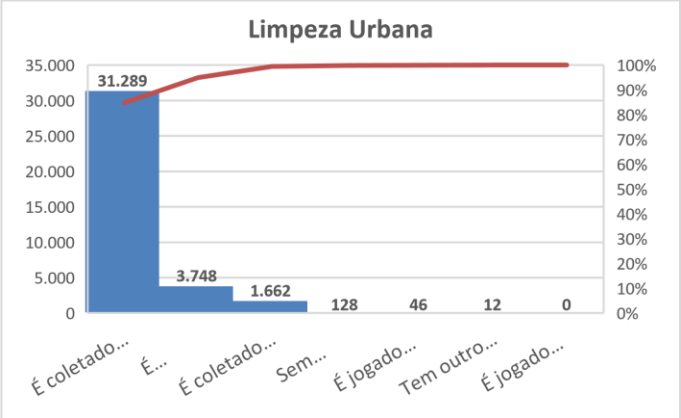
Por outro lado, o dado mais crítico do gráfico é o de conexão à rede de esgoto, com apenas 3,09% de cobertura. Esse número evidencia uma grande deficiência estrutural no saneamento básico, representando um dos principais desafios para a gestão pública. A baixa cobertura de esgotamento sanitário está diretamente associada a problemas de saúde pública, contaminação ambiental e desigualdade social.

De forma geral, o gráfico revela que, embora haja avanços em serviços como banheiro e coleta de lixo, o município ainda enfrenta um déficit expressivo em saneamento básico, especialmente no que se refere ao esgotamento sanitário, o que demanda prioridade em políticas públicas e investimentos estruturais.

Em consonância com a baixa cobertura de esgotamento sanitário evidenciada anteriormente, observa-se um cenário ainda mais preocupante quanto às formas de destinação dos efluentes domésticos. Destaca-se o elevado número de domicílios que utilizam fossas rudimentares, totalizando 31.289 unidades, o que reforça a precariedade estrutural do saneamento no município. Esse tipo de solução, geralmente inadequada, representa riscos significativos ao meio ambiente, com potencial de contaminação do solo e dos lençóis freáticos, além de impactos diretos na saúde da população.

A esse quadro somam-se situações ainda mais críticas, como os 507 domicílios que realizam o despejo de esgoto em valas a céu aberto e outros 12 que lançam seus resíduos diretamente em corpos d'água naturais, como rios e lagos. Tais práticas intensificam a degradação ambiental, comprometem a qualidade dos recursos hídricos e favorecem a disseminação de doenças de veiculação hídrica, evidenciando a urgência de investimentos em infraestrutura de saneamento básico e ações integradas de saúde pública.

Gráfico 06: Limpeza Urbana



Fonte: CECAD Cidadania 2025

Tabela 04: Limpeza Urbana

É coletado diretamente	É coletado indiretamente	É queimado ou enterrado na propriedade	É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	É jogado em rio ou mar	Tem outro destino	Sem Resposta
31.289	1.662	3.748	46	0	12	128

Fonte: CECAD Cidadania 2025

Outros 574 domicílios declararam utilizar formas alternativas e frequentemente improvisadas de destinação do esgoto, enquanto 781 não responderam à pergunta, o que prejudica a qualidade do diagnóstico e evidencia lacunas na coleta de dados. Essa realidade expõe uma grande parcela da população à insalubridade, com impactos severos sobre a saúde e, por consequência, sobre a segurança alimentar e nutricional. A transmissão de doenças de veiculação hídrica, associada à contaminação do solo e da água, compromete tanto o preparo quanto a produção de alimentos. Portanto, é indispensável que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) incorpore o saneamento básico como uma de suas diretrizes prioritárias, reconhecendo

que o acesso a condições sanitárias adequadas é fundamental para garantir o direito humano à alimentação adequada.

Em relação à limpeza urbana, os dados são mais alentadores. Cerca de 31.289 domicílios têm seus resíduos sólidos coletados regularmente pela administração pública, o que demonstra uma estrutura razoavelmente eficaz de coleta urbana. No entanto, ainda persistem desafios significativos: parte da população queima o lixo, prática extremamente danosa à saúde humana e ao meio ambiente, em virtude da liberação de poluentes tóxicos. Há ainda registros de coleta informal ou alternativa, feita por agentes não institucionalizados, e casos em que o lixo é descartado em locais inadequados, como terrenos baldios e cursos d'água. Também se verifica um número expressivo de domicílios que não responderam à pesquisa sobre o destino de seus resíduos.

Essas falhas pontuais, embora localizadas, comprometem o ambiente e a saúde coletiva, além de favorecerem a proliferação de vetores de doenças e a contaminação de áreas de produção de alimentos. Assim, além de ampliar a cobertura da coleta formal, é necessário que o município invista em ações educativas e políticas públicas integradas que orientem a população sobre os riscos das práticas inadequadas, promovendo uma gestão sustentável dos resíduos sólidos em articulação com a saúde pública e a segurança alimentar.

Além disso, cerca de 10.300 famílias são beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica, o que representa uma importante política de acesso à energia para famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando condições mínimas para a preservação e o preparo dos alimentos.

O abastecimento de água, por sua vez, também apresentou avanços relevantes. A população atendida saltou de 47.500 em 2018 para 64.240 em 2022, enquanto o volume consumido evoluiu de 6.000 mil m³/ano para 7.900 mil m³/ano no mesmo período. Esses dados refletem não apenas o crescimento populacional, mas também a ampliação da rede de distribuição de água potável, essencial para garantir a saúde pública, a higiene pessoal e o preparo seguro dos alimentos. A água de qualidade é elemento central na política de segurança alimentar e deve ser considerada como prioridade nas ações do PMSAN.

Compreender a infraestrutura urbana e rural a partir dessas variáveis permite traçar um diagnóstico abrangente das desigualdades regionais e sociais existentes no município. Aspectos como eletrificação, abastecimento de água, saneamento, mobilidade, limpeza urbana e presença de equipamentos públicos (postos de saúde,

escolas, feiras, mercados, CRAS e outros) influenciam diretamente na garantia do direito à alimentação adequada.

Outro dado relevante é o crescimento da frota de veículos no município, que passou de 21.577 em 2020 para 27.251 em 2024, o que representa um aumento de mais de cinco mil veículos. Esse incremento pode ter efeitos positivos no escoamento da produção agrícola, no acesso a mercados e na mobilidade dos produtos alimentares. Contudo, também impõe desafios, como a necessidade de manutenção da malha viária, controle da poluição e gestão logística, de modo a garantir que o desenvolvimento urbano ocorra de forma sustentável e equitativa.

Em síntese, a segurança alimentar e nutricional não pode ser dissociada das condições estruturais do município. Garantir o acesso a saneamento, água potável, eletricidade, vias pavimentadas e serviços públicos é assegurar um ambiente propício para a produção, comercialização e consumo de alimentos adequados. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, portanto, deve integrar esses elementos de infraestrutura como eixos fundamentais, promovendo ações articuladas que considerem as especificidades urbanas e rurais, visando à justiça social e à efetivação do direito humano à alimentação adequada para toda a população de Santa Izabel do Pará.

Aspectos Econômicos e Mercado de Trabalho

Em relação aos aspectos econômicos, o PIB – Produto Interno Bruto, que representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica. Neste sentido, quanto maior o PIB, maior a atividade econômica, e quando o PIB apresenta retração, isso indica encolhimento da economia local, funcionando como um verdadeiro termômetro econômico.

No caso de Santa Izabel do Pará, observa-se uma trajetória de crescimento do PIB entre 2017 e 2021. Esse desempenho demonstra uma evolução positiva, mesmo com oscilações moderadas de ritmo, especialmente em 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19, quando o PIB cresceu de forma mais tímida em relação aos anos anteriores.

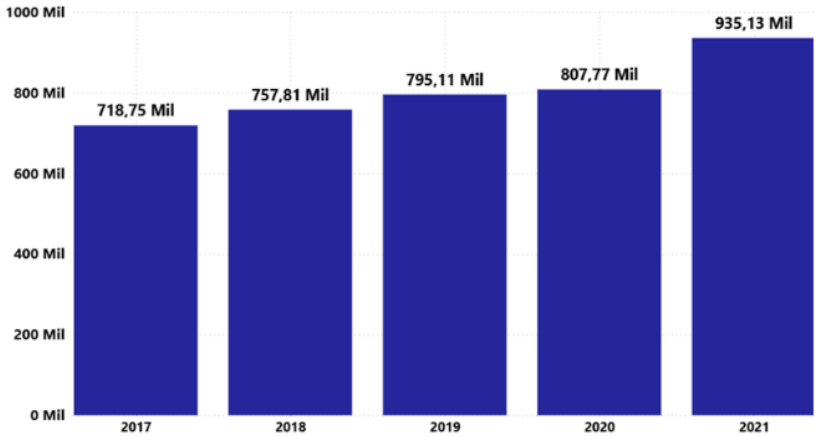
O destaque é o salto entre 2020 e 2021, quando o PIB municipal passou de R$ 807,77 milhões para R$ 935,13 milhões, um crescimento nominal de 15,7% em apenas um ano, mostrando uma recuperação mais vigorosa da economia local.

De forma mais ampla, comparando 2018 (R$ 757,81 milhões) com 2021 (R$ 935,13 milhões), houve um aumento nominal de aproximadamente 23,3% no período.

Ainda que o texto aponte o valor de R$ 1,2 bilhão em 2021 (provavelmente de outra fonte ou atualização do IBGE/FAPESPA), os dados do gráfico confirmam uma trajetória de forte crescimento econômico no município.

O Gráfico 04 abaixo mostra a evolução do PIB a preços correntes de Santa Izabel do Pará, onde registra-se que a economia está indo bem no município.

Gráfico 06: PIB Municipal



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

No que diz respeito ao PIB per capita, Santa Izabel do Pará também apresentou melhora: passou de cerca de R$ 10.867 em 2018 para R$ 12.800 em 2021, representando um crescimento de 17,8%. Isso indica que não apenas o volume total de riquezas cresceu, mas também a riqueza gerada por habitante teve incremento significativo, refletindo ganhos na produtividade local.

Por fim, no ranking estadual, Santa Izabel do Pará ocupava a 41ª posição em 2021 em termos de contribuição ao PIB do Pará, consolidando-se como um município de importância intermediária no contexto econômico paraense.

Na composição do PIB por setor de atividades econômicas de Santa Izabel do Pará, no ano de 2018, conforme o gráfico em anexo, observa-se que os setores de comércio e serviços (40%) e administração pública (37%) são os grandes destaques, somando

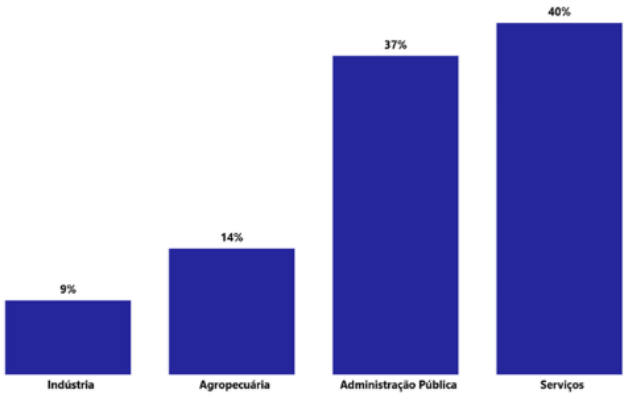
juntos 77% de participação no total de todos os bens e serviços finais produzidos no município.

Esse cenário evidencia uma forte dependência da economia municipal em atividades ligadas ao setor terciário, seja pela dinâmica do comércio e da prestação de serviços, seja pela expressiva participação da administração pública como fonte de geração de renda e movimentação econômica.

Por outro lado, setores como a agropecuária (14%) e a indústria (9%) apresentam menor representatividade na estrutura produtiva local, ainda que tenham importância estratégica, sobretudo por refletirem atividades tradicionais da economia regional e potenciais áreas de expansão econômica a médio e longo prazo.

De forma geral, a análise mostra que a economia de Santa Izabel do Pará em 2018 estava fortemente concentrada nos setores ligados ao consumo, prestação de serviços e administração pública, confirmando o papel decisivo dessas áreas como sustentação da atividade econômica municipal.

Gráfico 07: Estabelecimento do PIB por setor da atividade econômica.



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025

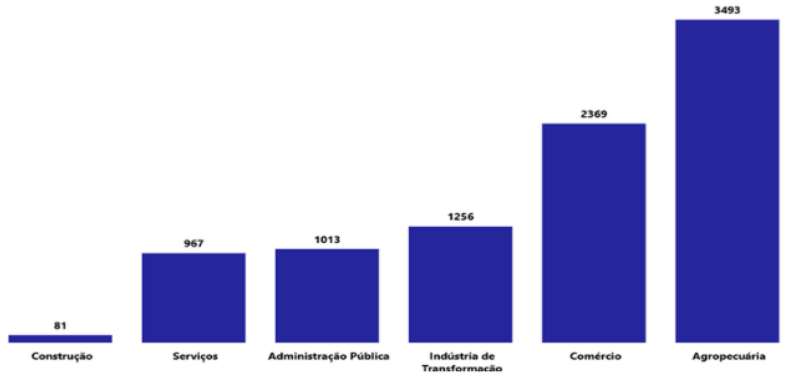
No que tange ao mercado de trabalho, ainda em 2021, conforme o gráfico em anexo, observa-se a distribuição dos empregos formais gerados por atividade econômica no município de Santa Izabel do Pará.

O destaque fica para os setores de Agropecuária (3.493 empregos) e Administração Pública (1.013 empregos), que juntos concentram 57% do total dos postos de trabalho formais registrados neste ano. Isso evidencia a forte dependência do município tanto das

atividades agropecuárias, ligadas à produção rural, quanto do setor público, que exerce papel central na geração de empregos locais.

Na sequência, aparecem os setores de Comércio (2.369 empregos) e Indústria de Transformação (1.256 empregos), que juntos respondem por parcela relevante da ocupação formal, refletindo a presença de atividades voltadas ao abastecimento interno e à produção industrial em menor escala. Já os setores de Serviços (967 empregos) e Construção (81 empregos) apresentam participação mais modesta no mercado de trabalho formal do município.

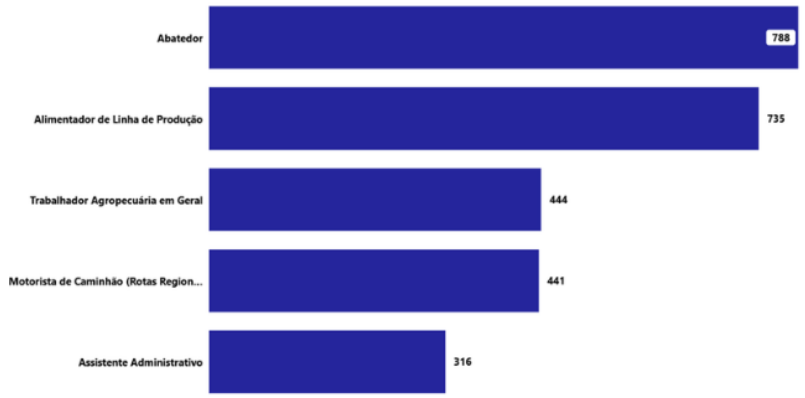
Gráfico 08: Empregos gerados por atividade econômica.



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

Em relação a evolução do estoque de empregos formais com base nos dados da RAIS, o crescimento econômico trouxe cada vez mais oportunidades de inserção profissional aos trabalhadores. De 2009 a 2018, foram gerados 54,48 mil empregos formais, conforme apresenta o gráfico 07 abaixo.

Gráfico 09: Estoque de empregos formais em Santa Izabel do Pará - 2024



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

Em síntese, a análise dos aspectos econômicos de Santa Izabel do Pará revela uma economia em crescimento nos últimos anos, com destaque para a evolução do PIB entre 2017 e 2021 e para a relevância dos setores de serviços e administração pública, que juntos concentram a maior parcela da atividade econômica municipal. O mercado de trabalho também reflete essa estrutura, sendo fortemente sustentado pela agropecuária e pela administração pública, responsáveis pela maior parte dos empregos formais. Dessa forma, percebe-se que a economia local apresenta dinamismo, mas mantém elevada dependência do setor público e das atividades tradicionais, evidenciando ao mesmo tempo desafios e oportunidades para diversificação e fortalecimento da base produtiva.

Assistência Social

A Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS) de Santa Izabel do Pará desempenha um papel crucial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social.

A SEMTEPS é responsável por coordenar e executar a Política Municipal de Assistência Social, conforme os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa política visa garantir o atendimento das necessidades básicas da população, incluindo o acesso à alimentação adequada.

Os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), que fazem parte da SEMTEPS oferecem diversos serviços gratuitos voltados ao bem-estar das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Entre os principais programas estão o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Primeira Infância no SUAS, também conhecido como Criança Feliz.

O PAIF acompanha de perto as famílias, oferecendo apoio social, orientação e atividades que ajudam a melhorar a qualidade de vida e prevenir situações de risco, como a violência doméstica ou a falta de acesso a direitos básicos. Já o SCFV promove atividades culturais, esportivas e educativas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, fortalecendo a convivência comunitária e os laços familiares.

O Programa Criança Feliz, por sua vez, atende gestantes e crianças de até seis anos, por meio de visitas domiciliares e orientações voltadas ao cuidado, à saúde, à nutrição e ao desenvolvimento infantil, favorecendo um início de vida mais saudável.

Além disso, os CRAS e CREAS também orientam e auxiliam no acesso a benefícios eventuais, como cestas básicas, auxílio funeral e ajuda em situações de emergência, além de encaminhar as famílias para outros serviços públicos de saúde, educação, habitação e qualificação profissional.

O principal objetivo desses programas é fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promovendo mais dignidade, inclusão e oportunidades para todos, especialmente para quem mais precisa.

A SEMTEPS participa ativamente de espaços de controle social, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). Por meio dessa participação, contribui para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar no município.

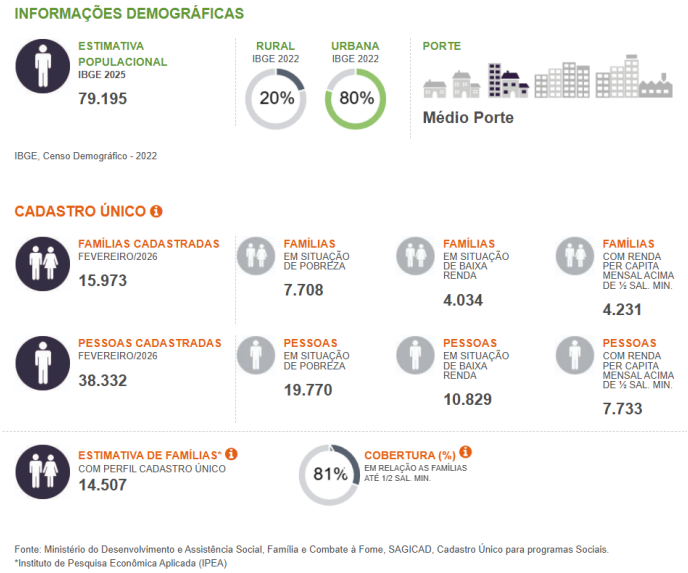
Destaca-se ainda a atuação da Sala do Trabalho, que se configura como um importante instrumento de apoio à inserção e reinserção no mercado de trabalho. Por meio da oferta de serviços, orientações e capacitações — como oficinas, elaboração de currículos e preparação para entrevistas —, amplia-se o acesso da população a oportunidades de emprego formal. Essa inserção não apenas assegura geração de renda, mas também possibilita melhores condições de acesso à alimentação adequada, impactando positivamente a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias.

A estabilidade proporcionada por um emprego contribui significativamente para a segurança alimentar e para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos, impactando positivamente em sua saúde e bem-estar geral. Além disso, a Sala do Trabalho pode oferecer suporte adicional, como oficinas de qualificação, auxílio na elaboração de currículos e preparação para entrevistas, ampliando ainda mais as chances de sucesso na busca por emprego e promovendo a autonomia e a dignidade dos trabalhadores.

A SEMTEPS busca, em articulação com as secretarias municipais de Saúde, Educação e demais políticas públicas envolvidas, estabelecer um planejamento integrado voltado à implementação de ações efetivas na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O fortalecimento dessa cooperação intersetorial é fundamental para a construção de estratégias mais eficazes e sustentáveis no enfrentamento da insegurança alimentar no município.

No que se refere ao Cadastro Único (fevereiro de 2026), o município contabiliza 15.973 famílias cadastradas, totalizando 38.332 pessoas. Dentre esse público, destaca-se um número expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo 7.708 famílias (19.770 pessoas) em situação de pobreza e 4.034 famílias (10.829 pessoas) em situação de baixa renda. Além disso, 4.231 famílias (7.733 pessoas) possuem renda per capita acima de meio salário mínimo. A estimativa de famílias com perfil para inserção no Cadastro Único é de 14.507, com uma cobertura de 81% em relação às famílias com renda de até meio salário mínimo, o que demonstra um alcance relevante da política de cadastramento, embora ainda haja necessidade de ampliação da cobertura e aprimoramento das estratégias de busca ativa para inclusão das famílias ainda não contempladas.

Tabela 05: Números do Cadastro Único – Santa Izabel do Pará 2026



Fonte: Relatório de Programas e Ações – MDS

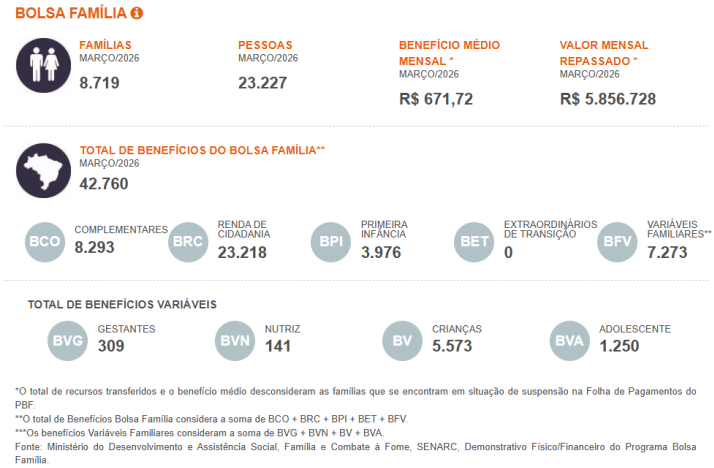
Além disso, os dados evidenciam a importância estratégica do Cadastro Único como ferramenta fundamental para o planejamento, monitoramento e execução das políticas públicas no município. A expressiva quantidade de famílias em situação de pobreza e baixa renda reforça a necessidade de ações integradas entre a Vigilância Socioassistencial e as proteções sociais básica e especial, visando não apenas o atendimento imediato, mas também a superação das vulnerabilidades identificadas. Nesse sentido, o fortalecimento das estratégias de busca ativa, atualização cadastral e

articulação intersetorial torna-se essencial para ampliar o acesso a programas sociais, garantir direitos e promover melhores condições de vida à população mais vulnerável.

Em relação aos dados do Programa Bolsa Família (março de 2026), eles evidenciam a relevância da política de transferência de renda no município, alcançando 8.719 famílias e beneficiando diretamente 23.227 pessoas. O valor médio do benefício mensal é de R$ 671,72, resultando em um montante total de R$ 5.856.728 repassados no período. Esses números demonstram não apenas a amplitude do programa, mas também seu impacto significativo na economia local, contribuindo para a garantia de renda e o atendimento das necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade.

No detalhamento dos benefícios, observa-se um total de 42.760 benefícios concedidos, com destaque para a Renda de Cidadania (23.218) e os Benefícios Complementares (8.293), que representam a maior parte das transferências. Além disso, o Benefício Primeira Infância contabiliza 3.976 concessões, reforçando a atenção às crianças na primeira infância, enquanto os Benefícios Variáveis Familiares somam 7.273. Entre estes, destacam-se os benefícios destinados às crianças (5.573), adolescentes (1.250), gestantes (309) e nutrizes (141), evidenciando o foco do programa em públicos prioritários e na proteção social ao longo do ciclo de vida. Esses dados reforçam o papel fundamental do Bolsa Família na redução das desigualdades sociais e na promoção da segurança de renda no município.

Tabela 06: Programa Bolsa Família – Santa Izabel do Pará 2026

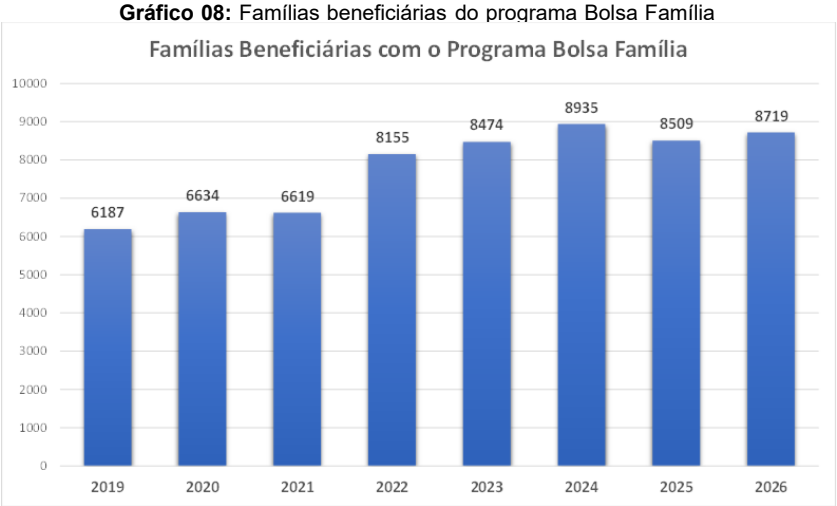


Fonte: Relatório de Programas e Ações - MDS

A análise integrada dos dados do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família evidencia um cenário de significativa vulnerabilidade social no município, com um elevado número de famílias em situação de pobreza e baixa renda, ao mesmo tempo em que uma parcela expressiva já é atendida por políticas de transferência de renda. A cobertura de 81% do Cadastro Único, aliada ao alcance de 8.719 famílias pelo Bolsa Família, demonstra que a rede de proteção social possui capilaridade relevante, porém ainda enfrenta o desafio de identificar e incluir integralmente as famílias mais vulneráveis que permanecem fora dos sistemas.

Nesse contexto, os impactos sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional são diretos e significativos. A transferência de renda, representada pelos mais de R$ 5,8 milhões repassados mensalmente, contribui para o acesso à alimentação básica e para a redução da insegurança alimentar, especialmente entre famílias com crianças, gestantes e nutrizes. No entanto, o volume de pessoas em situação de pobreza indica que a garantia do direito humano à alimentação adequada ainda exige ações complementares, como o fortalecimento de programas de distribuição de alimentos, educação alimentar e articulação intersetorial. Assim, o uso qualificado das informações do Cadastro Único e do Bolsa Família torna-se fundamental para o planejamento de estratégias mais eficazes no enfrentamento da insegurança alimentar no município.

Gráfico 08: Famílias beneficiárias do programa Bolsa Família



Fonte: Anuário Estatístico FAPESPA 2024

A evolução do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município demonstra uma tendência geral de crescimento ao longo dos anos, com algumas

oscilações pontuais. Em 2019, o município registrava 6.187 famílias atendidas, passando para 6.634 em 2020 e mantendo relativa estabilidade em 2021, com 6.619 famílias. A partir de 2022, observa-se um aumento mais expressivo, alcançando 8.155 famílias, indicando ampliação da cobertura do programa, possivelmente associada ao agravamento das vulnerabilidades sociais e ao fortalecimento das políticas de proteção social.

Nos anos seguintes, o crescimento se mantém, atingindo 8.474 famílias em 2023 e chegando ao pico em 2024, com 8.935 famílias beneficiadas. Em 2025, há uma leve redução para 8.509 famílias, seguida de nova elevação em 2026, totalizando 8.719 famílias atendidas. De modo geral, o período analisado evidencia a expansão do programa no município, refletindo tanto o aumento da demanda por transferência de renda quanto os esforços de inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade, consolidando o Bolsa Família como um instrumento fundamental no enfrentamento da pobreza e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Em relação à segurança alimentar e nutricional, ao considerar o diagnóstico no município, identifica-se que 2.365 pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar, o que reforça a necessidade de intensificação das ações públicas voltadas a esse público. Esse dado evidencia que, embora haja um alcance significativo das políticas de transferência de renda e cadastramento, ainda existem famílias que vivenciam dificuldades no acesso regular e adequado à alimentação. Dessa forma, torna-se fundamental o fortalecimento de estratégias como a busca ativa, ampliação de benefícios eventuais, implementação de programas de apoio alimentar e a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação, visando garantir a efetivação do direito humano à alimentação adequada e a superação das vulnerabilidades identificadas.

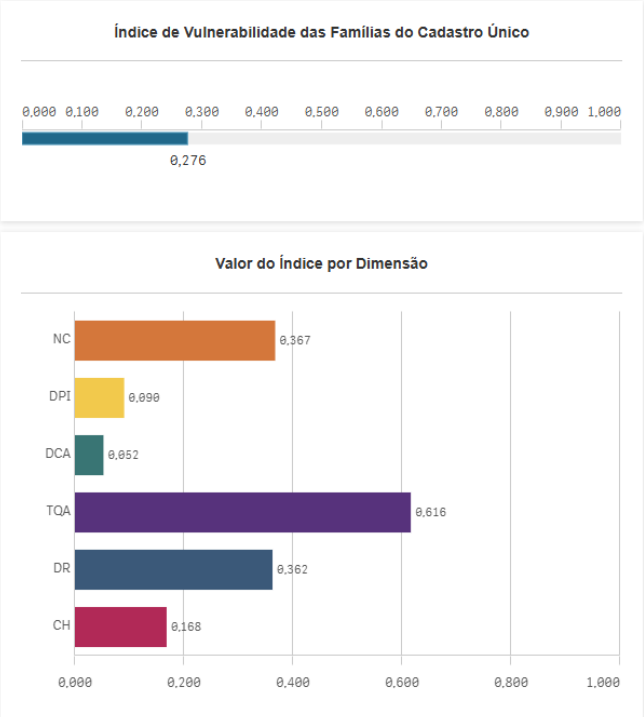
Ademais, destaca-se a presença de 1.618 famílias de agricultores familiares no município, bem como de 40 famílias de extrativistas, grupos que desempenham papel fundamental na produção de alimentos e na dinâmica da economia local. Esses segmentos contribuem diretamente para o abastecimento alimentar, especialmente por meio da produção de alimentos in natura, fortalecendo circuitos curtos de comercialização e promovendo a segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, o incentivo à agricultura familiar e às atividades extrativistas, por meio de políticas públicas de apoio à produção, escoamento e comercialização, torna-se estratégico não apenas para a geração de renda dessas famílias, mas também para a ampliação do acesso a alimentos saudáveis pela população em geral. A articulação entre essas políticas e as ações de assistência social pode potencializar iniciativas como aquisição de alimentos, feiras locais e programas institucionais, contribuindo para o

enfrentamento da insegurança alimentar e para o desenvolvimento sustentável do município.

Outro ponto relevante que deve ser levando em consideração, quando se trata de Segurança alimentar no município é a análise do Índice de Vulnerabilidade das famílias inscritas no Cadastro Único revela um valor geral de 0,276, indicando um nível moderado de vulnerabilidade social no município. Esse resultado, quando articulado com os dados já apresentados — como o quantitativo de famílias em situação de pobreza, a cobertura do Bolsa Família e o número de pessoas em insegurança alimentar — reforça a existência de fragilidades estruturais que impactam diretamente as condições de vida da população, especialmente no que se refere ao acesso a direitos básicos e à segurança alimentar e nutricional.

Gráfico 09: Percentual de famílias vulneráveis por indicador



Fonte: Observatório do Cadastro Único: https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html

Ao observar as dimensões que compõem o índice, destaca-se que a maior vulnerabilidade está concentrada no acesso ao trabalho e à renda (TOA), com índice de

0,616, evidenciando dificuldades significativas de inserção produtiva e geração de renda. Em seguida, aparecem as dimensões relacionadas às condições de moradia (NC – 0,367) e à disponibilidade de recursos (DR – 0,362), indicando limitações nas condições habitacionais e no acesso a bens essenciais. Já aspectos como capital humano (CH – 0,168), dinâmica populacional e inclusão (DPI – 0,090) e desenvolvimento de capacidades (DCA – 0,052) apresentam índices mais baixos, embora ainda relevantes no contexto geral.

Dessa forma, o gráfico evidencia que, embora existam avanços na cobertura de políticas públicas, como o Cadastro Único e o Bolsa Família, os principais desafios do município estão relacionados à geração de renda e às condições estruturais de vida das famílias. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecimento de políticas intersetoriais, com foco na inclusão produtiva, no apoio à agricultura familiar e no acesso a serviços básicos, como estratégia fundamental para reduzir as vulnerabilidades e avançar na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Aspectos Econômicos e Mercado de Trabalho

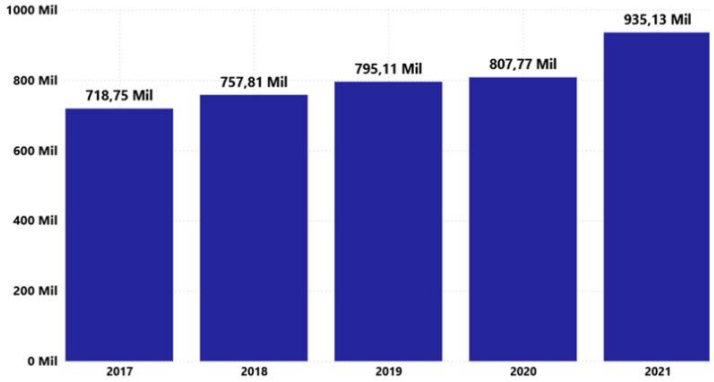
Em relação aos aspectos econômicos, o PIB – Produto Interno Bruto, que representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica. Neste sentido, quanto maior o PIB, maior a atividade econômica, e quando o PIB apresenta retração, isso indica encolhimento da economia local, funcionando como um verdadeiro termômetro econômico.

No caso de Santa Izabel do Pará, observa-se uma trajetória de crescimento do PIB entre 2017 e 2021. Esse desempenho demonstra uma evolução positiva, mesmo com oscilações moderadas de ritmo, especialmente em 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19, quando o PIB cresceu de forma mais tímida em relação aos anos anteriores.

O destaque é o salto entre 2020 e 2021, quando o PIB municipal passou de R$ 807,77 milhões para R$ 935,13 milhões, um crescimento nominal de 15,7% em apenas um ano, mostrando uma recuperação mais vigorosa da economia local.

De forma mais ampla, comparando 2018 (R$ 757,81 milhões) com 2021 (R$ 935,13 milhões), houve um aumento nominal de aproximadamente 23,3% no período. Ainda que o texto aponte o valor de R$ 1,2 bilhão em 2021 (provavelmente de outra fonte ou atualização do IBGE/FAPESPA), os dados do gráfico confirmam uma trajetória de forte crescimento econômico no município.

Gráfico 09: PIB Municipal



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

No que diz respeito ao PIB per capita, Santa Izabel do Pará também apresentou melhora: passou de cerca de R$ 10.867 em 2018 para R$ 12.800 em 2021, representando um crescimento de 17,8%. Isso indica que não apenas o volume total de riquezas cresceu, mas também a riqueza gerada por habitante teve incremento significativo, refletindo ganhos na produtividade local.

Por fim, no ranking estadual, Santa Izabel do Pará ocupava a 41ª posição em 2021 em termos de contribuição ao PIB do Pará, consolidando-se como um município de importância intermediária no contexto econômico paraense.

Na composição do PIB por setor de atividades econômicas de Santa Izabel do Pará, no ano de 2018, conforme o gráfico em anexo, observa-se que os setores de comércio e serviços (40%) e administração pública (37%) são os grandes destaques, somando juntos 77% de participação no total de todos os bens e serviços finais produzidos no município.

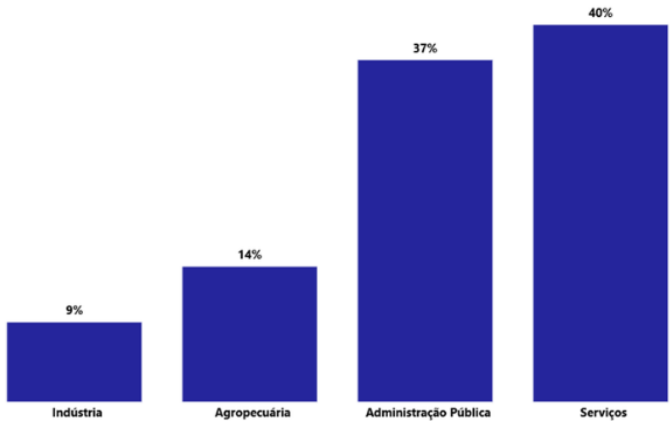
Esse cenário evidencia uma forte dependência da economia municipal em atividades ligadas ao setor terciário, seja pela dinâmica do comércio e da prestação de serviços, seja pela expressiva participação da administração pública como fonte de geração de renda e movimentação econômica.

Por outro lado, setores como a agropecuária (14%) e a indústria (9%) apresentam menor representatividade na estrutura produtiva local, ainda que tenham importância estratégica, sobretudo por refletirem atividades tradicionais da economia regional e potenciais áreas de expansão econômica a médio e longo prazo.

De forma geral, a análise mostra que a economia de Santa Izabel do Pará em 2018 estava fortemente concentrada nos setores ligados ao consumo, prestação de serviços e

administração pública, confirmando o papel decisivo dessas áreas como sustentação da atividade econômica municipal.

Gráfico 29: Estabelecimento do PIB por setor da atividade econômica.



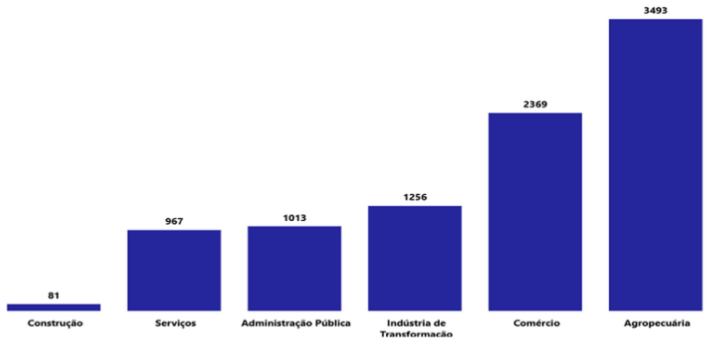
Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2024

No que tange ao mercado de trabalho, ainda em 2021, conforme o gráfico em anexo, observa-se a distribuição dos empregos formais gerados por atividade econômica no município de Santa Izabel do Pará.

O destaque fica para os setores de Agropecuária (3.493 empregos) e Administração Pública (1.013 empregos), que juntos concentram 57% do total dos postos de trabalho formais registrados neste ano. Isso evidencia a forte dependência do município tanto das atividades agropecuárias, ligadas à produção rural, quanto do setor público, que exerce papel central na geração de empregos locais.

Na sequência, aparecem os setores de Comércio (2.369 empregos) e Indústria de Transformação (1.256 empregos), que juntos respondem por parcela relevante da ocupação formal, refletindo a presença de atividades voltadas ao abastecimento interno e à produção industrial em menor escala. Já os setores de Serviços (967 empregos) e Construção (81 empregos) apresentam participação mais modesta no mercado de trabalho formal do município.

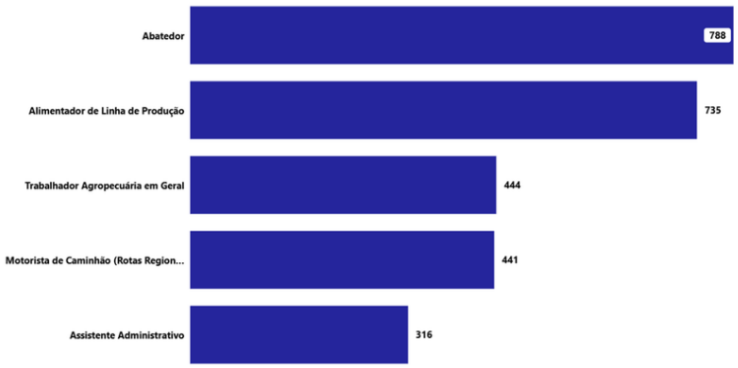
Gráfico 30: Empregos gerados por atividade econômica.



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

Em relação a evolução do estoque de empregos formais com base nos dados da RAIS, o crescimento econômico trouxe cada vez mais oportunidades de inserção profissional aos trabalhadores. De 2009 a 2018, foram gerados 54,48 mil empregos formais, conforme apresenta o gráfico .. abaixo.

Gráfico 31: Estoque de empregos formais em Santa Izabel do Pará - 2025



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025

Em síntese, a análise dos aspectos econômicos de Santa Izabel do Pará revela uma economia em crescimento nos últimos anos, com destaque para a evolução do PIB entre 2017 e 2021 e para a relevância dos setores de serviços e administração pública, que juntos concentram a maior parcela da atividade econômica municipal. O mercado de trabalho também reflete essa estrutura, sendo fortemente sustentado pela agropecuária e pela administração pública, responsáveis pela maior parte dos empregos formais. Dessa forma, percebe-se que a economia local apresenta dinamismo, mas mantém elevada dependência

do setor público e das atividades tradicionais, evidenciando ao mesmo tempo desafios e oportunidades para diversificação e fortalecimento da base produtiva.

Saúde

A política de saúde exerce papel estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) em Santa Izabel do Pará, atuando de forma articulada com outras políticas públicas para assegurar o direito da população a uma alimentação adequada e saudável.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) incorpora, entre suas diretrizes, o desenvolvimento de ações voltadas à SAN, estimulando práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Essas iniciativas abrangem campanhas educativas, orientações nutricionais e incentivo ao consumo de alimentos regionais e in natura.

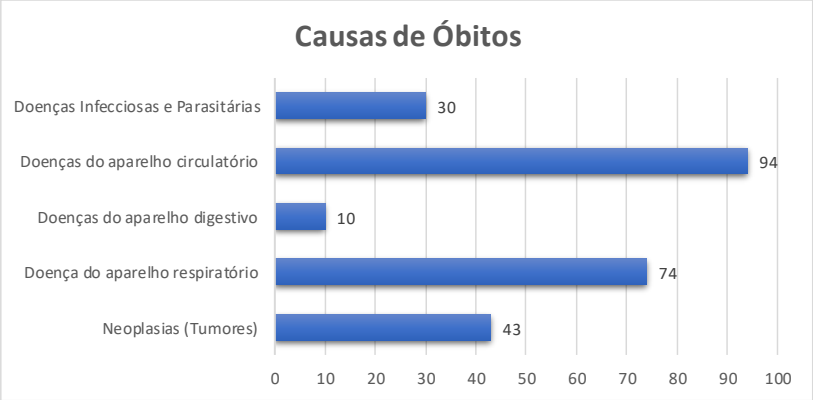
A Vigilância Alimentar e Nutricional configura-se como instrumento fundamental para o acompanhamento do estado nutricional da população e para a identificação de fatores de risco relacionados à alimentação. Por meio desse monitoramento, é possível planejar intervenções direcionadas a grupos prioritários, como crianças, gestantes e idosos, contribuindo para a prevenção de agravos associados à alimentação inadequada.

A atuação da Secretaria Municipal de Saúde ocorre de forma integrada com outras áreas, como Assistência Social e Educação, favorecendo a construção de políticas públicas intersetoriais voltadas à SAN. Essa articulação viabiliza ações como a qualificação da alimentação escolar, o incentivo a hortas comunitárias e o apoio à agricultura familiar.

A Atenção Primária à Saúde constitui a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha papel central na organização do cuidado. Por meio das equipes da Estratégia Saúde da Família, são ofertados serviços de orientação alimentar, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, além de ações de prevenção e controle de doenças relacionadas à alimentação.

Além disso, a SMS participa ativamente de instâncias de controle social, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), o Conselho Municipal de Saúde e as conferências municipais. Esses espaços são essenciais para a definição de diretrizes, prioridades e estratégias das políticas públicas de SAN, assegurando a participação social e a transparência na gestão.

Gráfico 10: principais causas de Óbitos – 2024



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025 - FAPESPA

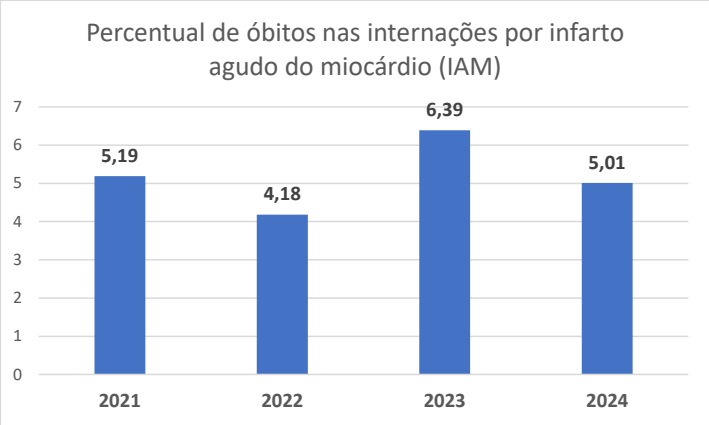
Em relação às principais causas de mortalidade no município, o gráfico apresentado destaca um predomínio expressivo das doenças crônicas não transmissíveis. As doenças do aparelho circulatório aparecem como a principal causa, com 94 registros, seguidas pelas doenças do aparelho respiratório, com 74 casos, e pelas neoplasias (tumores), que somam 43 ocorrências. Em menor proporção, estão as doenças infecciosas e parasitárias, com 30 registros, e as doenças do aparelho digestivo, com 10 casos.

Esse perfil epidemiológico revela uma transição importante no padrão de mortalidade, em que as doenças crônicas ganham maior relevância, muitas vezes associadas a fatores como envelhecimento populacional, hábitos de vida inadequados, sedentarismo e alimentação não saudável. Ao mesmo tempo, a presença ainda significativa de doenças infecciosas e parasitárias indica que persistem desafios relacionados às condições de saneamento básico, acesso à saúde e vulnerabilidades sociais.

Nesse contexto, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) assume papel estratégico. A promoção do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma adequada, é fundamental tanto para a prevenção de doenças crônicas — como as cardiovasculares e alguns tipos de câncer — quanto para o fortalecimento do sistema imunológico, contribuindo para a redução de doenças infecciosas. Políticas públicas voltadas à SAN, aliadas a ações de educação alimentar, incentivo à agricultura familiar e melhoria das condições de vida, podem impactar diretamente esse cenário, promovendo saúde, qualidade de vida e redução da mortalidade no município.

Outro dado relevante em que deve ser considerado dentro do contexto da segurança alimentar e nutricional do município de Santa Izabel do Pará é o percentual de óbitos por infarto agudo do miocárdio (IAM).

Gráfico 11: Percentual de Óbitos por Infarto Agudo do Miocárdio – 2021 - 2024



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2025 - FAPESPA

O gráfico apresenta a evolução do percentual de óbitos nas internações por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) no período de 2021 a 2024, evidenciando oscilações ao longo dos anos. Em 2021, o percentual foi de 5,19%, reduzindo em 2022 para 4,18%, o que pode indicar uma melhora momentânea na assistência ou no acesso ao tratamento. No entanto, em 2023 observa-se um aumento significativo para 6,39%, representando o ponto mais alto da série, seguido de uma nova redução em 2024, com 5,01%.

Essa variação sugere instabilidade nos resultados relacionados ao cuidado com doenças cardiovasculares, podendo estar associada a fatores como acesso aos serviços de saúde, tempo de resposta no atendimento, qualidade da assistência hospitalar e condições de saúde da população. O aumento registrado em 2023, em especial, acende um alerta para a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado das doenças cardíacas.

Nesse cenário, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desempenha um papel fundamental. Uma alimentação inadequada, rica em sódio, gorduras saturadas e ultraprocessados, está diretamente relacionada ao aumento do risco de doenças cardiovasculares, incluindo o infarto. Assim, garantir o acesso a uma alimentação saudável, equilibrada e de qualidade é uma estratégia essencial para a redução desses agravos. Além

disso, políticas públicas voltadas à educação alimentar, incentivo ao consumo de alimentos in natura e valorização da agricultura familiar contribuem significativamente para a promoção da saúde e para a diminuição da mortalidade associada ao IAM no município.

Tabela 08: Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2025)

Altura X IDADE												
					Altura Muito Baixa Para a Idade		Altura Baixa para a Idade		Altura Adequado para a Idade		
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	63	1.81%	185	5.32%	3.230	92.87%	3.478
TOTAL ESTADO PARÁ					**11.459**	**2.01%**	**42.187**	**7.4%**	**516.711**	**90.59%**	**570.357**
TOTAL REGIÃO NORTE					**25.684**	**1.99%**	**94.598**	**7.34%**	**1.167.929**	**90.66%**	**1.288.211**
TOTAL BRASIL					**138.021**	**1.56%**	**383.653**	**4.34%**	**8.327.788**	**94.11%**	**8.849.462**

Fonte: SISVAN 2025

O gráfico apresenta a distribuição dos indicadores de altura por idade no município de Santa Izabel do Pará, em comparação com os totais do estado do Pará, da Região Norte e do Brasil, evidenciando o panorama nutricional da população avaliada.

Observa-se que, em Santa Izabel do Pará, a grande maioria dos indivíduos (92,87%) encontra-se com altura adequada para a idade, o que demonstra um cenário positivo em termos de desenvolvimento infantil e condições de saúde. No entanto, ainda há presença de casos de déficit de crescimento, sendo 5,32% classificados com altura baixa para a idade e 1,81% com altura muito baixa para a idade, indicando situações que requerem atenção das políticas públicas.

Quando comparado ao estado do Pará (90,59%) e à Região Norte (90,66%), o município apresenta um desempenho ligeiramente superior no percentual de altura adequada, aproximando-se também do índice nacional (94,11%), embora ainda abaixo deste. Em relação aos déficits de crescimento, Santa Izabel do Pará apresenta proporção ligeiramente menor de casos de altura baixa quando comparado ao estado e à região, porém registra uma prevalência um pouco mais elevada de altura muito baixa, o que evidencia a existência de desigualdades mais específicas. Essas diferenças, ainda que sutis, podem estar relacionadas a fatores territoriais como o acesso aos serviços de saúde, a disponibilidade de alimentação de qualidade, as condições de saneamento básico e a renda das famílias.

Dessa forma, embora o panorama geral seja predominantemente positivo, a presença de indivíduos com indicadores de crescimento abaixo do esperado reforça a necessidade de manutenção e fortalecimento de ações intersetoriais. Torna-se fundamental ampliar estratégias voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, com enfoque tanto preventivo quanto corretivo. Iniciativas como o fortalecimento da alimentação escolar,

o acompanhamento nutricional contínuo nas unidades de saúde e a promoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar e comunitário podem contribuir de forma significativa para a melhoria desses indicadores, assegurando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Tabela 09: Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2025)

PESO X IDADE													
	Código		Código		Peso Muito Baixo Para a Idade		Peso baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para Idade		
Região	UF	UF	IBGE	Município	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	25	0.71%	78	2.2%	3.108	87.75%	331	9.35%	3.542
TOTAL ESTADO PARÁ					**5.078**	**1.07%**	**14.973**	**3.14%**	**429.283**	**90.07%**	**27.296**	**5.73%**	**476.630**
TOTAL REGIÃO NORTE					**10.696**	**1.03%**	**31.622**	**3.05%**	**936.668**	**90.29%**	**58.392**	**5.63%**	**1.037.378**
TOTAL BRASIL					**78.541**	**0.99%**	**186.129**	**2.34%**	**7.108.865**	**89.44%**	**574.313**	**7.23%**	**7.947.848**

Fonte SISVAN 2025

A avaliação do estado nutricional por peso para a idade de crianças de 0 a 5 anos, no município de Santa Izabel do Pará, considerando os dados mais recentes (2025) e sua evolução em relação a 2024, revela um cenário que, embora majoritariamente positivo, demanda atenção para tendências que podem comprometer a segurança alimentar e nutricional na primeira infância.

Em termos gerais, observa-se que 90,39% das crianças apresentam peso adequado para a idade (eutrofia), percentual ligeiramente superior ao registrado em 2024 (86,53%). Esse dado demonstra uma discreta melhora no padrão nutricional, indicando efeitos positivos das políticas públicas em funcionamento, como a promoção do aleitamento materno, a alimentação escolar e os programas de transferência de renda. Ainda assim, o município permanece com índice inferior ao do Estado do Pará (90,07%), da Região Norte (90,29%) e próximo à média nacional (89,44%), o que reforça a necessidade de fortalecimento contínuo das ações voltadas à nutrição infantil.

Um ponto de atenção relevante é a manutenção de um percentual elevado de crianças com peso acima do esperado para a idade (9,35%), que, embora tenha apresentado leve redução em relação a 2024 (10,05%), ainda permanece acima dos índices estadual (5,73%), regional (5,63%) e nacional (7,23%). Esse cenário evidencia a persistência de fatores de risco associados ao excesso de peso na infância, como o consumo crescente de alimentos ultraprocessados, a redução de atividades físicas e a fragilidade na consolidação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente familiar. A obesidade infantil, quando não enfrentada precocemente, pode desencadear agravos importantes à saúde ao longo da vida, como doenças crônicas não transmissíveis.

Por outro lado, os indicadores de peso muito baixo (0,71%) e peso baixo (2,2%) mantêm-se em níveis relativamente controlados, com comportamento semelhante ou inferior aos contextos estadual, regional e nacional. Em comparação com 2024, observa-se estabilidade nesses indicadores, o que sugere avanços no enfrentamento das formas mais graves de desnutrição. No entanto, a presença de crianças com baixo peso ainda indica situações de insegurança alimentar, ainda que em níveis leves ou moderados, exigindo intervenções focalizadas, especialmente em territórios mais vulneráveis.

Esse panorama evidencia a coexistência de déficits nutricionais e excesso de peso, caracterizando a chamada dupla carga de má nutrição, realidade cada vez mais presente em contextos de transição alimentar e nutricional. Tal condição reforça a importância de estratégias integradas e contínuas, sobretudo na primeira infância, período determinante para o desenvolvimento físico, cognitivo e social.

Diante disso, recomenda-se que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) direcione esforços para:

- Reforçar a oferta de alimentação adequada e saudável nas creches, escolas, CRAS e demais equipamentos públicos, priorizando alimentos in natura e oriundos da agricultura familiar;
- Ampliar campanhas educativas sobre nutrição infantil, com foco em famílias, escolas e serviços socioassistenciais e de saúde;
- Intensificar o monitoramento contínuo do estado nutricional, com apoio da Atenção Primária à Saúde e da Vigilância Alimentar e Nutricional;
- Fomentar ações intersetoriais entre saúde, educação, assistência social e agricultura, promovendo hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida.

Dessa forma, a análise reforça que a segurança alimentar e nutricional na primeira infância deve permanecer como prioridade estratégica no município de Santa Izabel do Pará, consolidando políticas públicas capazes de enfrentar simultaneamente a desnutrição e o excesso de peso, garantindo o pleno desenvolvimento das crianças e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Tabela 10: IMC por semana gestacional (2025)

Região	Código UF	UF	Código IBGE		Baixo Peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		
				Município	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	20	12.74%	43	27.39%	50	31.85%	44	28.03%	157
TOTAL ESTADO PARÁ					**5.131**	**14.26%**	**12.588**	**34.99%**	**10.741**	**29.85%**	**7.521**	**20.9%**	**35.981**
TOTAL REGIÃO NORTE					**10.645**	**14.2%**	**25.817**	**34.44%**	**22.171**	**29.58%**	**16.319**	**21.77%**	**74.952**
TOTAL BRASIL					**93.521**	**11.43%**	**245.970**	**30.07%**	**241.557**	**29.53%**	**236.891**	**28.96%**	**817.939**

Fonte SISVAN 2025

A avaliação do estado nutricional das gestantes acompanhadas em Santa Izabel do Pará, com base no indicador IMC por semana gestacional (2025), revela um cenário marcado por desequilíbrios no ganho de peso durante a gestação, exigindo atenção qualificada das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil e à segurança alimentar e nutricional.

A análise dos registros evidencia que uma parcela significativa das gestantes encontra-se com IMC adequado (eutrofia), mantendo um padrão semelhante ao observado no ano anterior (2024) e alinhado, de modo geral, às médias estadual e regional. Esse resultado indica que parte das gestantes está dentro dos parâmetros esperados para o período gestacional, refletindo positivamente as ações de acompanhamento pré-natal, orientação nutricional e cuidado ofertadas pelas redes de saúde e assistência social.

Entretanto, permanece como ponto de atenção o elevado percentual de gestantes com excesso de peso, somando os casos de sobrepeso e obesidade. Esse grupo continua representando uma parcela expressiva, confirmando uma tendência já observada anteriormente. O excesso de peso durante a gestação configura fator de risco relevante, estando associado a complicações como diabetes gestacional, hipertensão, parto prematuro e maior probabilidade de obesidade na infância, o que reforça a necessidade de intervenções preventivas e acompanhamento contínuo.

Por outro lado, também se observa a presença de gestantes com baixo peso para a idade gestacional, indicando que o déficit nutricional ainda persiste em determinados grupos. Esse cenário aponta para situações de vulnerabilidade alimentar e social, que podem comprometer o desenvolvimento fetal, aumentar os riscos de baixo peso ao nascer e impactar negativamente os desfechos neonatais.

Dessa forma, o município apresenta um quadro caracterizado pela dupla carga de má nutrição, no qual coexistem tanto o excesso quanto o déficit de peso entre gestantes. Essa realidade evidencia a complexidade do perfil nutricional local e reforça a necessidade de respostas integradas e contínuas.

Nesse contexto, recomenda-se o fortalecimento de ações estratégicas, tais como:

- Promoção de alimentação adequada e saudável para gestantes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com acompanhamento nutricional especializado;
- Intensificação do pré-natal nutricional, com monitoramento sistemático do ganho de peso por semana gestacional;

- Articulação com a rede socioassistencial para identificação e acompanhamento de gestantes em situação de insegurança alimentar;
- Desenvolvimento de ações educativas intersetoriais, envolvendo saúde, educação e agricultura, com foco no acesso a alimentos saudáveis e na construção de hábitos adequados.

Destaca-se ainda a presença de gestantes adolescentes, o que demanda atenção específica das políticas públicas, considerando que a gestação nessa fase amplia as vulnerabilidades biológicas e sociais. A adolescência, por si só, já exige maior aporte nutricional, e, quando associada à gestação, requer acompanhamento intensificado para garantir a saúde da mãe e do bebê.

Portanto, a análise do IMC por semana gestacional reforça a necessidade de consolidar a saúde materno-infantil como prioridade no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), promovendo o direito à alimentação adequada durante a gestação e assegurando melhores condições de desenvolvimento para as futuras gerações.

Tabela 11: Estado Nutricional dos Idosos por Região (2025)

IMC											
Região	Código UF	UF	Código IBGE		Baixo Peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		
				Município	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	276	11.4%	920	38%	1.225	50.6%	2.421
TOTAL ESTADO PARÁ					**49.311**	**12.33%**	**154.297**	**38.57%**	**196.394**	**49.1%**	**400.002**
TOTAL REGIÃO NORTE					**133.391**	**12.06%**	**351.820**	**37.43%**	**474.627**	**50.5%**	**939.838**
TOTAL BRASIL					**1.485.903**	**11.85%**	**4.539.694**	**36.22%**	**6.508.822**	**51.93%**	**12.534.419**

Fonte SISVAN 2025

A avaliação nutricional da população idosa de Santa Izabel do Pará, com base nos dados mais recentes de IMC (2025), evidencia um cenário que demanda atenção contínua das políticas públicas, especialmente diante do envelhecimento populacional e dos impactos diretos da nutrição na qualidade de vida na terceira idade.

Entre os 2.421 idosos acompanhados, observa-se a seguinte distribuição do estado nutricional:

- 50,6% apresentam sobrepeso, percentual superior ao registrado no Estado do Pará (49,1%), na Região Norte (50,5%) e próximo da média nacional (51,93%). Esse dado reforça a tendência de elevada prevalência de excesso de peso entre idosos no município. O sobrepeso nessa faixa etária está associado a riscos importantes, como doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, diabetes mellitus

tipo 2, além de limitações funcionais e redução da mobilidade, especialmente quando combinado à perda de massa muscular (sarcopenia).

- 38% dos idosos encontram-se com IMC adequado ou eutrófico, índice muito próximo ao estadual (38,57%) e superior à média nacional (36,22%). Apesar de representar uma parcela significativa, esse percentual indica que menos da metade da população idosa está dentro do padrão considerado ideal, o que reforça a necessidade de estratégias permanentes de promoção da alimentação saudável e acompanhamento nutricional individualizado.
- 11,4% apresentam baixo peso, percentual ligeiramente inferior ao observado no Estado do Pará (12,33%), na Região Norte (12,06%) e no Brasil (11,85%). Ainda que inferior aos demais recortes, esse dado continua sendo preocupante, pois a desnutrição em idosos está diretamente relacionada ao aumento da fragilidade, maior risco de quedas, hospitalizações frequentes e mortalidade precoce. Além disso, pode refletir situações de insegurança alimentar, isolamento social e dificuldades de acesso a serviços de saúde e alimentação adequada.

Esse panorama evidencia, de forma clara, a presença da dupla carga de má nutrição, caracterizada pela coexistência de baixo peso e excesso de peso na mesma população. No caso da população idosa, essa condição se torna ainda mais crítica, pois impacta diretamente a autonomia, a funcionalidade e a qualidade de vida.

Diante desse contexto, torna-se fundamental o fortalecimento de ações intersetoriais que contemplem:

- Promoção de alimentação adequada e saudável para a população idosa, com orientações específicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- Acompanhamento nutricional contínuo, com foco na prevenção tanto da desnutrição quanto do excesso de peso;
- Incentivo à prática de atividades físicas adaptadas à faixa etária, visando a manutenção da massa muscular e da funcionalidade;
- Articulação com a rede de assistência social para identificação de idosos em situação de vulnerabilidade alimentar e social.

Assim, a análise reforça a necessidade de consolidar políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável no município de Santa Izabel do Pará, garantindo não apenas maior longevidade, mas também melhores condições de saúde, autonomia e dignidade para a população idosa.

Tabela 16: Distribuição do Estado Nutricional dos Adultos por Região (2025)

IMC																	
					Baixo Peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau I		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARÁ	188	1.81%	2.848	27.45%	3.918	37.76%	2.285	22.02%	820	7.9%	317	3.06%	10.376
TOTAL ESTADO PARÁ					**29.746**	**1.91%**	**474.294**	**30.38%**	**585.558**	**37.5%**	**321.078**	**20.56%**	**108.001**	**6.92%**	**42.692**	**2.73%**	**1.561.369**
TOTAL REGIÃO NORTE					**68.735**	**1.9%**	**1.059.084**	**29.25%**	**1.325.612**	**36.61%**	**774.081**	**21.38%**	**274.974**	**7.59%**	**118.189**	**3.26%**	**3.620.675**
TOTAL BRASIL					**566.707**	**1.81%**	**8.546.027**	**27.23%**	**10.881.889**	**34.67%**	**6.968.888**	**22.21%**	**2.878.753**	**9.17%**	**1.541.977**	**4.91%**	**31.384.241**

Fonte: SISVAN **2025 (atualizar tabela)**

Comentado [S1]: Arrumar tabela

A análise da distribuição do estado nutricional dos adultos por IMC em Santa Izabel do Pará (2025) revela um cenário que, embora apresente baixa prevalência de desnutrição, é fortemente marcado pelo excesso de peso, configurando um importante desafio para as políticas públicas de saúde e segurança alimentar e nutricional.

Em relação ao baixo peso, o município apresenta 1,81% dos adultos nessa condição, percentual inferior ao observado no Estado do Pará (1,91%), na Região Norte (1,9%) e igual à média nacional (1,81%). Esse dado confirma que a desnutrição entre adultos não é predominante, mantendo-se em níveis baixos e relativamente estáveis em todos os recortes analisados.

No que se refere ao peso adequado (eutrofia), Santa Izabel do Pará registra 27,45% dos adultos com IMC adequado, índice inferior ao do Estado do Pará (30,38%) e da Região Norte (29,25%), além de levemente acima da média nacional (27,23%). Esse resultado indica que menos de um terço da população adulta encontra-se dentro dos padrões ideais de peso, reforçando a necessidade de ações voltadas à promoção da saúde e da alimentação adequada.

Por outro lado, os dados evidenciam um cenário preocupante em relação ao excesso de peso. Em Santa Izabel do Pará, os percentuais são expressivos:

- Sobrepeso: 37,76%
- Obesidade Grau I: 22,02%
- Obesidade Grau II: 7,9%
- Obesidade Grau III: 3,06%

Somando-se todas as categorias de excesso de peso, observa-se que mais de 70% da população adulta do município apresenta sobrepeso ou algum grau de obesidade, percentual superior ao indicado no texto de referência e que evidencia o agravamento desse

quadro. Esse cenário é semelhante ao observado no Estado do Pará e na Região Norte, acompanhando também a tendência nacional de crescimento do excesso de peso.

A elevada prevalência de sobrepeso e obesidade está associada a diversos fatores, como mudanças no padrão alimentar, maior consumo de alimentos ultraprocessados, sedentarismo e desigualdades no acesso à alimentação saudável. As consequências desse quadro incluem aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, além de impactos na qualidade de vida e na produtividade da população.

Dessa forma, o município de Santa Izabel do Pará apresenta um claro quadro de dupla carga de má nutrição, embora com predominância do excesso de peso. Esse cenário exige respostas urgentes, estruturadas e intersetoriais.

Nesse sentido, torna-se fundamental que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) intensifique ações como:

- Promoção do acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, com incentivo à agricultura familiar;
- Educação alimentar e nutricional contínua, considerando aspectos culturais e territoriais;
- Ampliação de programas de incentivo à atividade física;
- Fortalecimento da atenção básica com acompanhamento nutricional sistemático;
- Integração entre saúde, assistência social, educação e planejamento urbano.

Assim, a análise reforça que o combate ao excesso de peso deve ser tratado como prioridade estratégica, exigindo intervenções que vão além da informação, contemplando também o acesso, a renda, o território e as condições de vida da população adulta do município.

Educação

A política educacional exerce papel estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional em Santa Izabel do Pará, atuando de forma integrada para garantir o acesso da população a alimentos adequados, saudáveis e em quantidade suficiente. Por meio da educação, os indivíduos são orientados quanto à importância de uma alimentação equilibrada, o que contribui para escolhas alimentares mais conscientes, com valorização do consumo de frutas, verduras, legumes e demais alimentos nutritivos, preferencialmente oriundos da produção local. Nesse sentido, a educação também se consolida como

instrumento fundamental na prevenção de deficiências nutricionais e de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e diabetes, que impactam diretamente a qualidade de vida da população.

No campo da produção de alimentos, a educação desempenha função essencial ao disseminar conhecimentos e práticas voltadas à sustentabilidade e à eficiência produtiva. A difusão de técnicas de cultivo, o manejo adequado do solo, o uso de insumos de qualidade e a diversificação da produção fortalecem a agricultura familiar e incentivam práticas agroecológicas, ampliando a oferta de alimentos frescos e saudáveis no território. Além disso, a abordagem educativa contribui para a promoção da segurança alimentar em todas as etapas, desde a produção até o consumo, incluindo orientações sobre higiene, armazenamento e manipulação adequada dos alimentos, reduzindo riscos de contaminação e desperdício.

Adicionalmente, a educação voltada à segurança alimentar e nutricional no município deve contemplar a conscientização sobre o direito humano à alimentação adequada, o acesso a programas e políticas públicas e a importância da participação social na construção de soluções locais. A realização de ações educativas em escolas, unidades de saúde, equipamentos socioassistenciais e espaços comunitários fortalece a autonomia da população, promove hábitos alimentares saudáveis e contribui para a construção de uma cultura alimentar mais consciente e sustentável.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como uma das principais estratégias de promoção da segurança alimentar e nutricional. O programa operacionaliza-se por meio do repasse de recursos financeiros federais destinados à alimentação de estudantes em todas as etapas da educação básica, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, nas redes públicas e em instituições conveniadas. Sua finalidade central é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, favorecer o aprendizado e o rendimento escolar e estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis. Isso se dá tanto pela oferta de refeições nutricionalmente adequadas durante o período letivo quanto pela implementação de ações de educação alimentar e nutricional, consolidando a escola como espaço privilegiado de promoção da saúde e da cidadania

No município, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, possui 54 escolas onde 100% são cobertas pelo PNA, conforme relação abaixo, o que representa

que todos os estudantes da rede pública municipal têm acesso à alimentação escolar gratuita e com diretrizes nutricionais estabelecidas por lei.

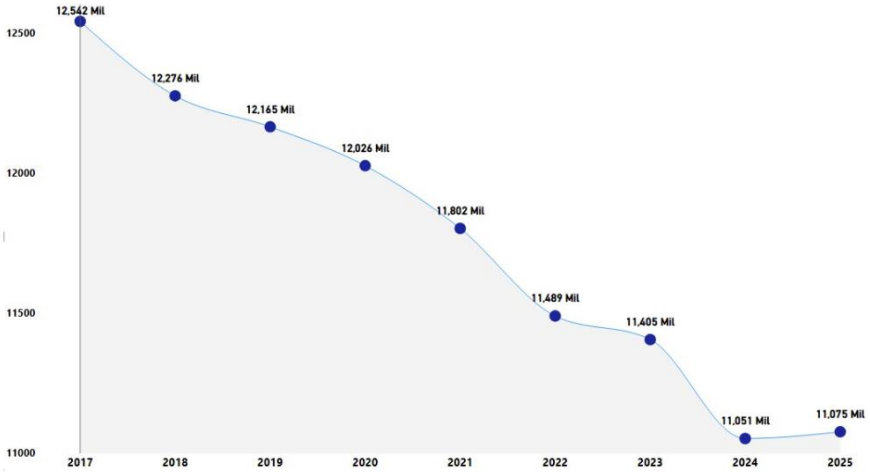
Tabela 12: Lista de Escolas da Rede Municipal de Ensino

EMEIF de Tacajós	EMEI Profª. Maria das Graças Lima do Nascimento
EMEI Cândido Gonçalves da Cruz	EMEIF Dona Helena Paz
EMEIF Santa Quitéria	EMEF Salviano José de Farias
EMEF Agrícola Dona Francisca Félix de Souza	EMEIF São Luis
EMEIF Santo Antônio	EMEIF Mestre Cícero Cavalcante
EMEIF Hermógenes Antonio dos Santos	EMEIF Irmã Dulce
EMEI da Trindade	EMEIF Francisco Oliveira
EMEIF Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	EMEIF Agrícola Felipe de Paula
EMEIF São Pedro	EMEIF Firmino Gonçalves da Silva
EMEIF Nossa Senhora do Carmo	EMEIF Raimundo Soares de Oliveira
EMEF Professora Maria Corina Lameira	EMEI Maria José Oliveira
EMEF Agrícola Maurício Machado	EMEI José Amâncio
EMEI Nossa Senhora da Conceição	EMEF Joaquim Silva
EMEIF São Francisco do Itá	EMEI Santa Lúcia
EMEI Macapazinho	EMEIF Santa Rita de Cássia
EMEI Ana Amélia Cavalcante Ferreira	EMEIF Fernando Guilhon
EMEI Juvenal Belém da Cruz	EMEIF Marilete Ferreira da Silva
EMEIF Professor Simplício Ferreira de Sousa	EMEF São Raimundo
EMEIF Agrícola João Possidônio Alves Faro	EMEF Silvio Nascimento
EMEI Capitão José Ferreira	EMEF Prof. Guilherme Mártires
EMEIF Pedro Sodré da Silva	EMEIF Nestor Herculano Ferreira
EMEIF Irmã Marlene Fonseca	EMEIF Pergentino Moura
EMEIF São José	EMEF Profª. Doracy Leal
EMEIF Gabriel Hermes	EMEF Antônio Lemos
EMEIF João Paulo II	EMEF João Miguel
EMEIF Santa Izabel	EMEIF SESI Santa Izabel
EMEF Profº. Luiz Gonzaga Lucas de Sá	EMEIF Irmã Albertina Leitão

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2025

Essa cobertura integral fortalece o direito humano à alimentação adequada e assegura que os alunos recebam, durante o período letivo, refeições que contribuam para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

Gráfico 17: Total de matrículas – 2017 a 2025



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Izabel do Pará

Em 2023, a prefeitura lançou a Chamada Pública nº 002/2023 para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados ao PNAE. Essa iniciativa visa fortalecer a participação dos agricultores locais no fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

Além disso, o PROATER Municipal 2023, elaborado pela EMATER-PA, inclui ações de apoio à agricultura familiar, como assistência técnica e extensão rural, que podem contribuir para melhorar a participação dos produtores locais no PNAE.

Tabela... : Gasto com Agricultura Familiar

	PNAE	GASTO COM AGRICULTURA FAMILIAR	PERCENTUAL
2021	R$ 1.419.631,40	R$ 390.124,14	27.5%
2022	R$ 976.342,00	R$ 448.562,76	45.94%
2023	R$ 1.695.718,00	R$ 546.046,75	32.00%
2024	R$ 1.775.328,00	R$ 700.901,15	40.00%
2025	R$ 1.408.502,00	R$ 458.401,24	33.00%

Fonte: Secretaria de Educação municipal

O gráfico demonstra a evolução dos investimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar no município, evidenciando oscilações ao longo dos anos, mas com tendência de fortalecimento e consolidação dessa política.

Observa-se que, em 2021, o percentual de aquisição da agricultura familiar foi de **27,5%**, abaixo do mínimo de 30% estabelecido pela Lei nº 11.947/2009. Em 2022, houve um avanço significativo, alcançando **45,94%**, superando com folga o percentual exigido. Já em 2023, o índice foi de **32%**, mantendo-se dentro do parâmetro legal, seguido por um crescimento em 2024, quando atingiu **40%**, consolidando o compromisso do município com essa política. Em 2025, o percentual registrado foi de **33%**, permanecendo acima do mínimo exigido, embora com leve redução em relação ao ano anterior.

Esse comportamento evidencia que, apesar de variações nos valores investidos e nos percentuais ao longo do período, o município vem garantindo, de forma consistente, o cumprimento da legislação a partir de 2022, demonstrando alinhamento com as diretrizes nacionais de fortalecimento da agricultura familiar.

Esse avanço é extremamente relevante, pois contribui diretamente para:
• A geração de renda e o fortalecimento econômico dos agricultores familiares locais;
• O incentivo à produção sustentável, diversificada e de base agroecológica;
• A melhoria da qualidade da alimentação escolar, com a oferta de alimentos frescos e nutritivos aos estudantes.

Dessa forma, os dados indicam um cenário positivo, no qual a política de aquisição de alimentos da agricultura familiar vem sendo fortalecida no município, devendo ser mantida e ampliada como estratégia fundamental para a promoção da segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento rural e a saúde da população escolar.

Agricultura

A Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio (SEMPAG) desempenha um papel crucial e multifacetado dentro do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em nível municipal, estadual e até federal. Sua atuação se concentra em fortalecer a produção, o acesso e a qualidade dos alimentos, elementos centrais para garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Vamos detalhar esse papel:

A Secretaria de Produção e Agronegócio frequentemente concentra esforços para apoiar a agricultura familiar, reconhecida por sua importância na produção de alimentos diversificados e saudáveis, além de sua contribuição para a economia local e a preservação ambiental. Isso pode incluir assistência técnica, acesso a crédito, certificação, registro, incentivo à agroecologia e apoio à comercialização.

Promover práticas agrícolas sustentáveis é fundamental para garantir a produção de alimentos a longo prazo, sem degradar o meio ambiente. A Secretaria desenvolve

programas de apoio à agroecologia, ao manejo integrado de pragas, à conservação do solo e da água, entre outras iniciativas.

Estimular a diversificação de culturas e criações contribui para uma oferta de alimentos saudáveis mais variada e equilibrada, atendendo às necessidades nutricionais da população e reduzindo a dependência de monoculturas.

Apoiar feiras de agricultores, mercados locais e a venda direta do produtor ao consumidor contribui para reduzir os custos dos alimentos, aumentar a renda dos agricultores, oferecer produtos mais frescos e de qualidade à população.

A Secretaria trabalha em conjunto com outras secretarias (como a de Assistência Social, Saúde e Educação) para integrar a produção local em programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo o acesso a alimentos saudáveis para grupos específicos.

Em situações de crise ou vulnerabilidade, a Secretaria atua na organização e no apoio a sistemas de abastecimento emergencial, garantindo que a população tenha acesso a alimentos básicos.

Oferecer orientação técnica aos produtores sobre boas práticas de produção, manejo sanitário e segurança alimentar contribui para a oferta de alimentos de melhor qualidade e menor risco à saúde.

Em articulação com órgãos de vigilância sanitária, a Secretaria participa de ações de fiscalização e controle da produção e comercialização de alimentos, garantindo o cumprimento das normas sanitárias.

Apoiar sistemas de produção que dispensam o uso de agrotóxicos e outros insumos químicos contribui para a oferta de alimentos mais saudáveis e para a preservação ambiental.

A Secretaria de Produção e Agronegócio tem um papel importante nos conselhos e câmaras intersetoriais do SISAN, contribuindo para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação da~~s~~ política~~s~~ de segurança alimentar e nutricional.

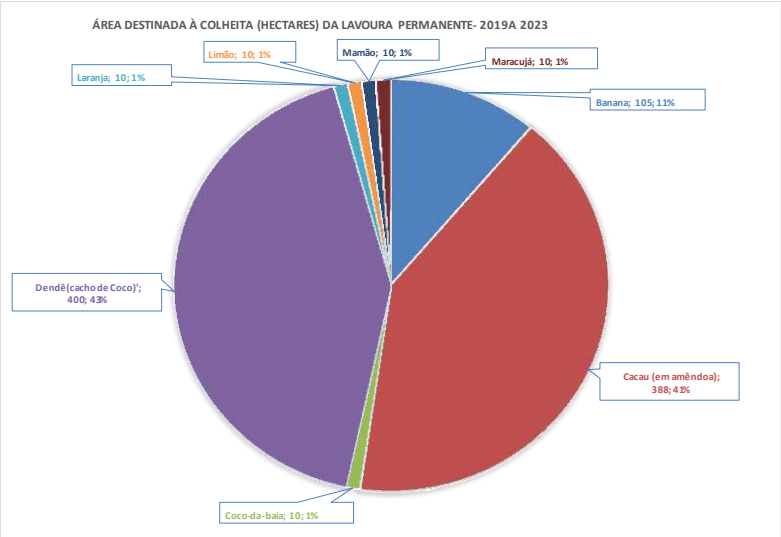
A Secretaria gera dados e informações relevantes sobre a produção agrícola local, o abastecimento, os preços e outros indicadores que auxiliam no diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional do município.

Com base no diagnóstico e nas diretrizes do SISAN, a Secretaria elabora planos e programas específicos para o setor agrícola que contribuam para os objetivos da segurança alimentar e nutricional.

Para compreendermos a fundo a dinâmica da agricultura em um município, é essencial lançar mão de um conjunto de indicadores que funcionam como uma radiografia

do setor. Esses dados nos permitem analisar a estrutura produtiva, a sustentabilidade, a contribuição econômica e social, e os desafios e potencialidades do campo local.

Gráfico 19: Área Destinada à colheita (Hectares) da lavoura permanente – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

O gráfico apresentado mostra a distribuição da área destinada à colheita das lavouras permanentes entre os anos de 2019 a 2023 no município de Santa Izabel do Pará. A lavoura permanente é caracterizada por culturas que permanecem no solo por vários anos e produzem de forma contínua, como frutíferas e oleaginosas.

Observa-se que a maior parte da área plantada está concentrada em duas culturas principais: o dendê (cacho de coco), que ocupa 43% da área total (400 hectares), e o cacau (em amêndoas), com 41% (383 hectares). Em seguida, a banana aparece com 11% da área (105 hectares). As demais culturas – laranja, limão, mamão, maracujá e coco-da-baía – são cultivadas em áreas muito pequenas, representando apenas 1% cada uma (10 hectares cada).

Do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, essa configuração levanta questões importantes. A segurança alimentar envolve não apenas o acesso a alimentos, mas também sua disponibilidade, diversidade, qualidade nutricional e adequação cultural. Nesse sentido, ainda que o município possua uma produção agrícola significativa, nota-se que grande parte da área cultivada está destinada a produtos de interesse econômico e de

exportação, como o dendê e o cacau, que não contribuem diretamente para a alimentação básica da população local.

A produção de dendê, por exemplo, é utilizada principalmente na indústria de óleos e biocombustíveis. Já o cacau, embora tenha potencial nutricional, é tradicionalmente voltado ao mercado externo ou à produção de chocolates em outras regiões, com pouco aproveitamento local em sua forma natural.

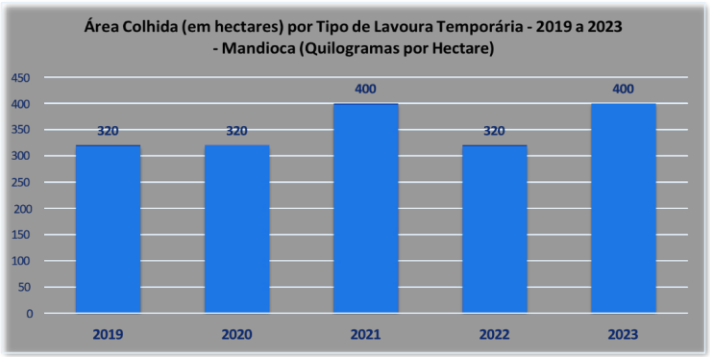
Por outro lado, a produção de banana, que ocupa 11% da área, representa um ponto positivo, pois se trata de um alimento de fácil acesso, rico em nutrientes e amplamente consumido pela população. Além disso, as pequenas áreas dedicadas a frutas como mamão, maracujá, laranja, limão e coco-da-baía demonstram um potencial de diversificação alimentar, ainda que pouco explorado.

A predominância de monocultivos de exportação e a baixa presença de cultivos de subsistência indicam uma fragilidade na soberania alimentar do município. A dependência de alimentos trazidos de outras regiões pode elevar os custos para os consumidores e comprometer a qualidade da alimentação, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade.

Para promover a segurança alimentar e nutricional em Santa Izabel do Pará, foi implantado em 2004, o Serviço de inspeção Municipal – SIM, como forma de fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo ao cultivo de alimentos básicos e hortifrutigranjeiros voltados ao consumo interno, bem como a valorização das cadeias curtas de produção e comercialização – como as feiras livres, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com prioridade para produtos locais.

Em resumo, embora o município apresente uma produção agrícola relevante no setor da lavoura permanente, a sua contribuição direta para a segurança alimentar da população é limitada, sendo necessário repensar políticas públicas que promovam maior diversidade de cultivos e fortaleçam o acesso a alimentos saudáveis, variados e adequados às necessidades da população local.

Gráfico 20: Área colhida (em hectares) por tipo de Lavoura Temporária – Mandioca (quilograma por hectare)



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 – FAPESPA

O gráfico apresenta a evolução da área colhida de mandioca no município de Santa Izabel do Pará, entre os anos de 2019 a 2023. Observa-se que nos anos de 2019, 2020 e 2022, a área colhida se manteve estável em 320 hectares, enquanto em 2021 e 2023 houve um aumento para 400 hectares. Essa variação, embora discreta, demonstra que a mandioca permanece como uma cultura relevante na dinâmica agrícola local.

A mandioca é um dos alimentos mais tradicionais e importantes da região Norte do Brasil, especialmente no estado do Pará, onde é considerada base da alimentação da população. Presente diariamente nas mesas das famílias paraenses, seja na forma de farinha, tapioca, tucupi ou cozida, a mandioca é um alimento de alta aceitação cultural, rico em carboidratos, versátil no preparo e fundamental para a segurança alimentar e nutricional da população.

A constância na produção da mandioca em Santa Izabel do Pará é um indicador positivo, pois demonstra o esforço dos agricultores locais em manter viva uma cultura alimentar essencial para o município. Diferente de outras culturas destinadas à exportação ou à indústria, como o dendê e o cacau, a mandioca é cultivada para o consumo direto da população, o que fortalece a soberania alimentar, ou seja, a capacidade do município de produzir o próprio alimento, com autonomia e respeitando os hábitos locais.

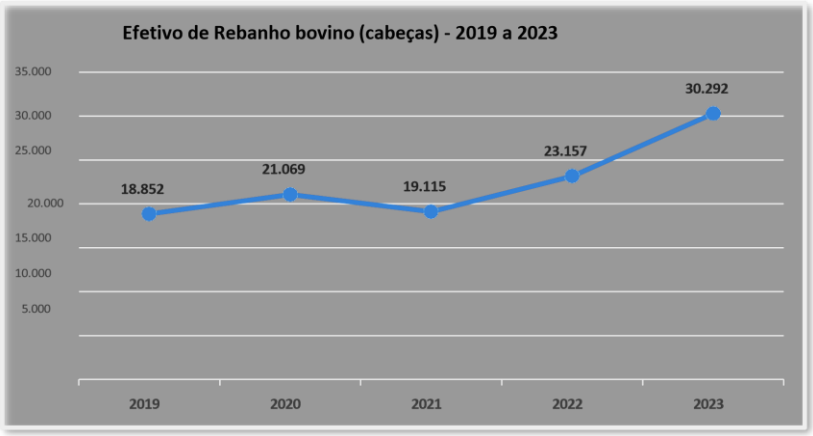
Além de ser uma fonte acessível de energia, a mandioca também favorece a economia local, já que seu cultivo está geralmente associado à agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda e a fixação de famílias no campo. O uso dos derivados da mandioca em pequenas agroindústrias e feiras locais também representa um potencial

de desenvolvimento econômico sustentável, valorizando os saberes tradicionais e promovendo a alimentação saudável.

No entanto, o fato de a área cultivada não apresentar um crescimento progressivo ao longo dos anos pode indicar a necessidade de apoio mais efetivo aos produtores, tanto com assistência técnica quanto com incentivos para ampliação da produção e agregação de valor aos produtos derivados da mandioca.

Em síntese, a mandioca é um alimento estratégico para a segurança alimentar e nutricional de Santa Izabel do Pará, não apenas por seu valor nutricional e cultural, mas também por seu papel social e econômico. Investir no fortalecimento de sua cadeia produtiva é essencial para garantir o acesso a alimentos saudáveis, tradicionais e sustentáveis à população do município.

Gráfico 21: Efetivo de Rebanho bovino (cabeças) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

Em relação à análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional, o gráfico agora apresentado mostra a evolução do efetivo de rebanho bovino, entre os anos de 2019 a 2023. Observa-se um crescimento significativo ao longo do período, partindo de 18.852 cabeças em 2019 para 30.292 cabeças em 2023, um aumento de mais de 60% em cinco anos.

Esse crescimento expressivo no número de bovinos aponta para uma expansão da pecuária no município, o que pode refletir tanto o fortalecimento da economia local quanto o aumento da oferta de carne e derivados para a população. A produção de bovinos está

diretamente relacionada à segurança alimentar na medida em que contribui para o acesso a proteínas de origem animal, fundamentais para uma alimentação equilibrada e saudável.

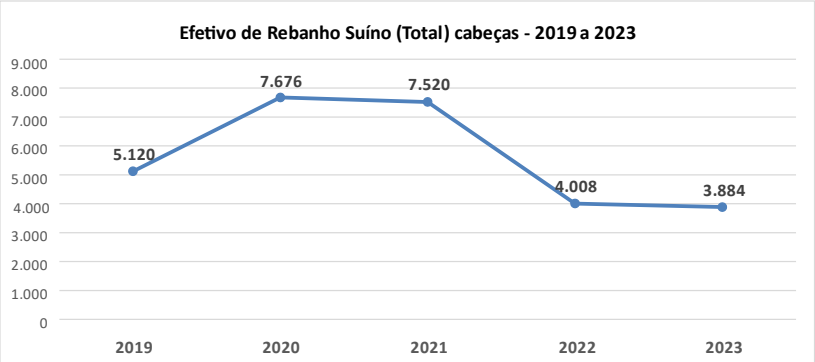
Contudo, é importante destacar que o impacto positivo do crescimento do rebanho bovino sobre a segurança alimentar só se concretiza se a produção estiver integrada ao abastecimento local. Ou seja, é necessário garantir que a carne bovina produzida esteja acessível economicamente e fisicamente às famílias do município — especialmente às mais vulneráveis —, seja por meio da comercialização direta em mercados e feiras locais, seja por programas institucionais de compra pública de alimentos.

Além disso, é preciso considerar o equilíbrio ambiental dessa expansão. O crescimento do rebanho deve estar associado a práticas sustentáveis, com manejo adequado das pastagens e uso racional dos recursos naturais, evitando o desmatamento e a contaminação de solos e cursos d'água, fatores que, se negligenciados, podem comprometer a sustentabilidade da produção e a saúde pública.

Do ponto de vista nutricional, a carne bovina é uma fonte importante de ferro, zinco, vitaminas do complexo B e proteínas de alto valor biológico, o que reforça seu papel na qualidade da alimentação, sobretudo de crianças, adolescentes e gestantes.

Portanto, a ampliação do efetivo bovino em Santa Izabel do Pará representa uma oportunidade para fortalecer a segurança alimentar, desde que acompanhada de políticas públicas que incentivem a produção local com destino ao consumo interno, promovam o acesso equitativo aos alimentos e assegurem a sustentabilidade ambiental e sanitária da cadeia produtiva.

Gráfico 22: Efetivo de Rebanho suíno (cabeças) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

No que abrange a análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, o gráfico em anexo apresenta a evolução do efetivo de rebanho suíno no município, entre os anos de 2019 a 2023.

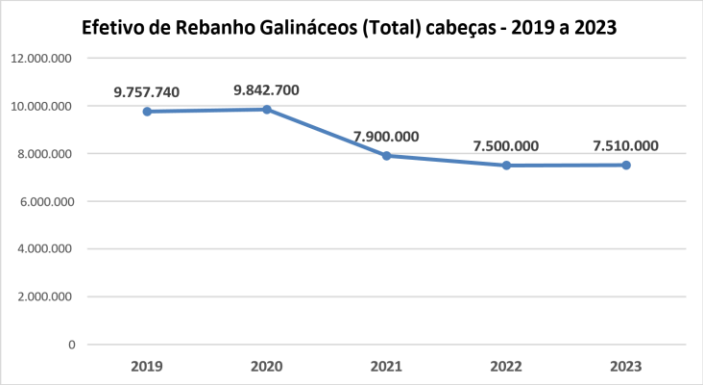
Observa-se que o efetivo suíno cresceu consideravelmente entre 2019 (5.120 cabeças) e 2020 (7.676 cabeças), mantendo-se ainda elevado em 2021 (7.520). No entanto, a partir de 2022 houve uma queda acentuada, com o número de suínos reduzido para 4.008 cabeças, chegando a 3.884 em 2023, representando uma redução de quase 50% em apenas dois anos.

Essa diminuição no rebanho suíno levanta importantes questões do ponto de vista da segurança alimentar local. A carne suína é uma fonte acessível e rica em proteínas, vitaminas do complexo B e minerais, e seu consumo está presente em muitos hábitos alimentares das famílias brasileiras, inclusive na região Norte. A redução na criação de suínos pode impactar a disponibilidade e o preço desse tipo de carne no mercado local, dificultando o acesso das populações mais vulneráveis a uma fonte importante de nutrientes. Além disso, a criação de suínos geralmente está vinculada à agricultura familiar e ao pequeno produtor rural, o que indica que essa retração pode também refletir dificuldades econômicas ou estruturais enfrentadas por esses produtores. Entre os possíveis fatores estão o custo elevado de insumos, a ausência de incentivos públicos, ou mesmo questões sanitárias e de mercado que afetem a sustentabilidade da atividade.

Do ponto de vista estratégico, é importante que o município acompanhe e busque reverter esse cenário, por meio de políticas públicas de fomento à suinocultura, assistência técnica rural, acesso a crédito e incentivo à comercialização local. O fortalecimento da produção suína pode não apenas melhorar o acesso da população a alimentos ricos em proteína, mas também gerar renda para o campo e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

Assim, a queda no efetivo de suínos deve ser vista com atenção, pois impacta diretamente a disponibilidade e o acesso a alimentos de qualidade, aspectos fundamentais da segurança alimentar e nutricional no município.

Gráfico 23: Efetivo de Rebanho Galináceos (total - cabeças) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

Dando sequência à análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional, o gráfico em anexo mostra a evolução do efetivo de galináceos (frangos, galinhas, galos) entre os anos de 2019 a 2023.

Em 2019, o município contava com um rebanho expressivo de 9.757.740 aves, que teve um leve crescimento em 2020, atingindo o pico de 9.842.700 cabeças. A partir de 2021, no entanto, observa-se um recuo significativo, com 7.900.000 aves, seguido por 7.500.000 em 2022 e uma leve estabilização em 2023 com 7.510.000 cabeças.

Essa redução de aproximadamente 24% no efetivo de galináceos em relação ao ano de 2020, ganha um significado ainda mais relevante quando se considera que o município abriga uma empresa de abate de frangos. A presença dessa agroindústria sugere que há estrutura local de beneficiamento e comercialização de carne de frango, o que teoricamente favoreceria a demanda estável e o escoamento da produção avícola.

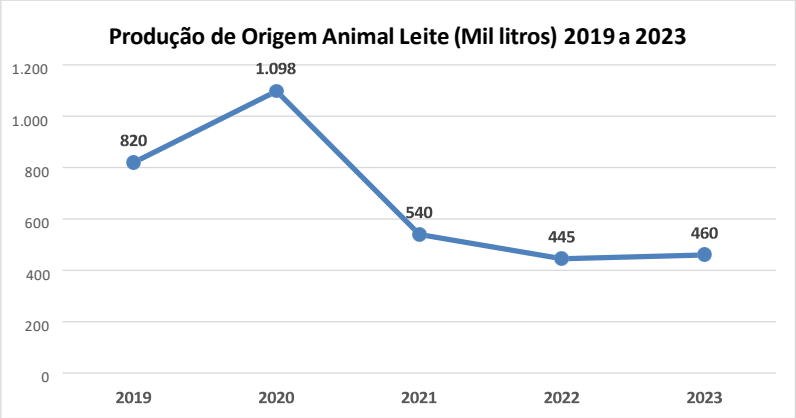
Nesse contexto, a queda no número de galináceos pode indicar desafios na cadeia produtiva, como aumento nos custos de produção (especialmente ração e energia), dificuldades sanitárias, ou até concentração da produção em grandes criadores, o que pode estar excluindo os pequenos produtores locais, que tradicionalmente abastecem parte desse mercado.

Do ponto de vista da segurança alimentar, a carne de frango representa uma das principais fontes de proteína animal para a população brasileira, sendo mais acessível que a carne bovina ou suína. Além disso, a produção de ovos, também vinculada aos

galináceos, é fundamental para a nutrição da população, por seu elevado valor biológico e custo relativamente baixo.

Diante disso, é essencial que o poder público promova ações de fomento à avicultura local, especialmente voltadas para os pequenos e médios produtores, incentivando sua integração à cadeia industrial já existente no município. A articulação entre produção familiar e agroindústria é estratégica para garantir o abastecimento alimentar, promover o desenvolvimento local e assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Gráfico 24: Produção de Origem Animal Leite (Mil litros) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

A análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob o enfoque da segurança alimentar e nutricional, o gráfico agora apresentado trata da produção de leite de origem animal no município entre os anos de 2019 a 2023, expressa em mil litros.

Em 2019, a produção era de 820 mil litros, registrando um crescimento significativo em 2020, quando atingiu o pico de 1.098 mil litros. A partir de então, houve uma queda acentuada: 540 mil litros em 2021, 445 mil em 2022, e uma discreta recuperação para 460 mil litros em 2023. A redução acumulada entre 2020 e 2023 representa uma perda de quase 60% da produção de leite no período.

Essa queda tem sérias implicações para a segurança alimentar da população local, uma vez que o leite é um alimento básico e estratégico, especialmente para crianças, idosos, gestantes e pessoas em vulnerabilidade social. Ele é fonte importante de cálcio, proteínas de alto valor biológico, vitaminas A, D e do complexo B, essenciais para o desenvolvimento e a manutenção da saúde.

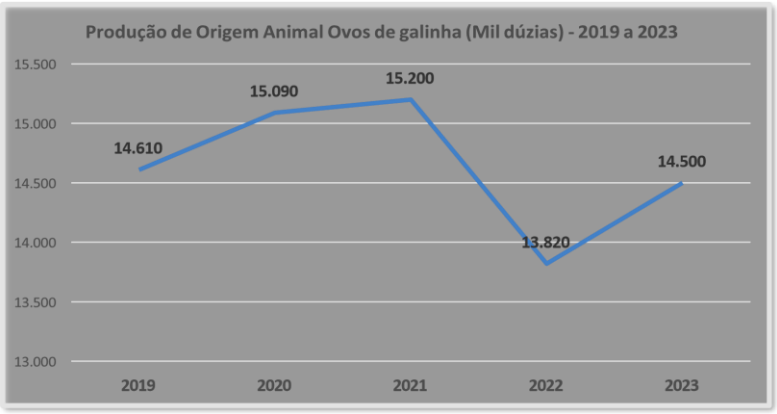
O leite e seus derivados também são base da alimentação escolar e de muitos programas de assistência alimentar, além de compor a dieta cotidiana de grande parte das famílias. A redução da produção pode ter múltiplas causas: custo elevado de insumos, doenças no rebanho, envelhecimento dos produtores, mudanças no clima ou falta de incentivos à pecuária leiteira. Além disso, a queda na produção pode também afetar a renda de famílias que vivem da atividade, agravando situações de insegurança econômica e social.

Cabe destacar que, ao contrário da carne bovina, cuja produção vem crescendo no município, a cadeia do leite exige logística específica (armazenamento, refrigeração, transporte rápido) e estrutura de escoamento mais delicada, o que pode representar uma barreira para pequenos produtores, especialmente se não houver políticas públicas que integrem essa produção aos mercados locais ou regionais.

A leve recuperação em 2023 pode sinalizar um potencial de retomada, que poderia ser incentivado por meio de assistência técnica, crédito direcionado, melhoria de pastagens e aquisição de equipamentos de ordenha e resfriamento, além de parcerias com programas governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Portanto, garantir e fortalecer a produção local de leite é uma estratégia essencial para diversificar e equilibrar a oferta alimentar, apoiar a economia rural, e proteger os direitos alimentares da população, especialmente das camadas mais vulneráveis.

Gráfico 25: Produção de Origem Animal Ovos de galinha (Mil dúzias) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

Dando prosseguimento à análise das atividades agropecuárias de Santa Izabel do Pará sob o prisma da segurança alimentar e nutricional, observa-se agora o comportamento da produção de ovos de galinha, uma importante fonte de proteína de origem animal e de baixo custo para a população.

O gráfico apresentado mostra a evolução da produção de ovos, em mil dúzias, no período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrou uma produção de 14.610 mil dúzias, com crescimento nos dois anos seguintes, atingindo 15.090 mil dúzias em 2020 e 15.200 mil dúzias em 2021, o maior volume do período. No entanto, houve uma queda expressiva em 2022, com a produção recuando para 13.820 mil dúzias, seguida de uma recuperação parcial em 2023, com 14.500 mil dúzias.

Essa oscilação pode estar relacionada a diversos fatores, como custos de produção (ração, medicamentos, energia elétrica), clima, doenças aviárias, ou instabilidade no mercado consumidor, especialmente em períodos de crise econômica. Apesar disso, a recuperação em 2023 é um sinal positivo, indicando possível reorganização da cadeia produtiva ou resposta a uma demanda local mais aquecida.

A produção de ovos tem grande relevância na dieta das famílias paraenses, pois se trata de um alimento nutritivo, acessível, versátil e com longo prazo de validade quando comparado a outros produtos perecíveis. O ovo fornece proteína de alta qualidade, ferro, zinco, selênio, vitaminas A, D e do complexo B, sendo essencial em contextos onde há redução no consumo de carne e leite.

Além disso, a presença de uma empresa de abate de frangos no município, já mencionada anteriormente, pode estimular a cadeia avícola como um todo, inclusive a avicultura de postura (produção de ovos), gerando empregos, renda e abastecimento local. Investimentos nessa área podem impulsionar a produção familiar e a agricultura de base agroecológica, com criações de galinhas caipiras e sistemas integrados de produção.

Portanto, manter e fortalecer a produção local de ovos é uma ação estratégica para promover a segurança alimentar da população, garantir uma fonte regular de proteínas, suprir programas públicos de alimentação e dinamizar a economia local com sustentabilidade. A atenção a essa cadeia produtiva deve considerar não só o apoio técnico e financeiro, mas também políticas públicas de fomento à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e locais.

Meio Ambiente

No âmbito do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) de Santa Izabel do Pará, a política ambiental desempenha um papel estratégico na promoção da sustentabilidade e na garantia do direito humano à alimentação adequada. O município reconhece que a conservação ambiental está diretamente relacionada à produção e ao acesso a alimentos saudáveis, à preservação dos recursos naturais e ao bem-estar da população.

Um exemplo concreto dessa integração é o Parque Ambiental Yasuhide Watanabe, inaugurado em 2024, com uma área de 148.500 m². O parque oferece espaços de lazer, trilhas ecológicas, orquidário, áreas para piquenique e atividades educativas voltadas à conscientização ambiental. Esses espaços cumprem não apenas função de recreação e educação, mas também fortalecem a relação entre meio ambiente e segurança alimentar, promovendo práticas sustentáveis e o uso responsável dos recursos naturais, alinhados às diretrizes do PLAMSAN.

Além disso, Santa Izabel do Pará integra o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, uma unidade de conservação que abriga ampla biodiversidade e permite a convivência sustentável de comunidades tradicionais. Essa participação contribui para a proteção dos ecossistemas locais, assegurando a manutenção dos modos de vida que dependem diretamente dos recursos naturais, como a pesca artesanal, a coleta de frutos e a agricultura de subsistência — atividades que são pilares da soberania alimentar no território.

No que se refere ao ambiente urbano, o município apresenta um índice de arborização de 19,9% das vias públicas com presença de árvores (IBGE). Apesar de ainda baixo, o dado reforça a necessidade de políticas de arborização articuladas com os objetivos do PLAMSAN, como já vem sendo proposto por meio de audiências públicas voltadas à elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana. Tais medidas visam não só a melhoria do microclima urbano e da qualidade do ar, mas também a criação de ambientes mais saudáveis e propícios ao cultivo de hortas comunitárias e escolares.

Dessa forma, a inclusão da dimensão ambiental no PLANSAN demonstra o compromisso de Santa Izabel do Pará com a promoção de uma segurança alimentar e nutricional sustentável, transversal e intersetorial, conectando preservação ambiental, saúde, educação, produção local e qualidade de vida.

A Secretaria Municipal de meio Ambiente vem também reforçar, que está em fase de planejamento para expansão do viveiro Municipal em parceria com a SEMPAG para

produção de mudas frutíferas e espécies florestais, com objetivo de ampliar a arborização na área urbana.

Referente a coleta dos resíduos domiciliar o Município cobre 89,2% (IBGE) do território incluindo a zona urbana e rural. Entretanto a Secretaria vem planejando ampliar ainda mais a coleta, com o objetivo de minimizar os impactos que os resíduos acarretam em relação a contaminação do ambiente.

O licenciamento ambiental é importante para a segurança alimentar porque garante que a produção de alimentos não prejudique o meio ambiente. Ele protege a água, o solo e os ecossistemas, evita contaminações e incentiva práticas sustentáveis, assegurando alimentos seguros e produção contínua no futuro. No entanto, o setor de gestão ambiental vem ativamente fiscalizando as atividades dos empreendimentos e atividades rurais afim de adequar a legislação ambiental (lei geral do licenciamento ambiental 15.190/2025), para a regularização das atividades com a emissão das seguintes licenças ambientais (LP- licença de prévia; LI – licença de instalação; LO- licença de operação).

Esporte, Cultura e Lazer

No contexto do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN) de Santa Izabel do Pará, a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desportos (SECULTD) desempenha um papel estratégico na promoção de práticas culturais e esportivas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da segurança alimentar no município.

A SECULTD é responsável por preservar e divulgar a cultura local, além de expandir as atividades esportivas, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 96/1994. Essas ações são fundamentais para promover a inclusão social, especialmente entre crianças, adolescentes e grupos em situação de vulnerabilidade, criando ambientes propícios para a educação alimentar e nutricional.

Eventos culturais, como o Festival da Mandioca, declarado patrimônio cultural imaterial do município pela Lei nº 358/2018, destacam a importância dos alimentos tradicionais e fortalecem a identidade cultural local. Essas celebrações não apenas valorizam os produtos da agricultura familiar, mas também incentivam práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

No âmbito esportivo, a SECULTD promove atividades que estimulam hábitos de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação e ao

sedentarismo. Programas de esporte e lazer são ferramentas eficazes para engajar a comunidade em práticas que favorecem o bem-estar físico e mental, alinhando-se aos objetivos do PLANSAN.

A integração das políticas de cultura, esporte e lazer com as ações de segurança alimentar e nutricional é essencial para o desenvolvimento de estratégias intersetoriais eficazes. Ao fomentar a participação comunitária e valorizar os saberes locais, a SECULTD contribui significativamente para a construção de um sistema alimentar mais justo e resiliente em Santa Izabel do Pará.

Defesa Social

No contexto do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) de Santa Izabel do Pará, a Secretaria Municipal de Defesa Social (SEMDS) desempenha um papel estratégico com ações em conjunto com seus departamentos como: Educação, Defesa Civil e Mobilidade.

1. A Defesa Civil desempenha um papel estratégico na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do município, atuando como o braço logístico e operacional que garante o acesso ao alimento em momentos de crise. Sua função vai além da entrega de mantimentos, integrando o planejamento intersetorial para tornar o sistema alimentar da cidade mais resiliente.

Principais Frentes de Atuação

- Assistência Humanitária e Socorro: É a responsável direta pela entrega de ajuda humanitária (cestas de alimentos e água potável) para famílias desalojadas ou isoladas por desastres naturais, como enchentes ou secas.
- Logística e Distribuição: Coordena o transporte e o armazenamento estratégico de suprimentos. Em um plano municipal, a Defesa Civil mapeia as rotas de abastecimento que podem ser cortadas em emergências, garantindo que o alimento chegue a áreas críticas.
- Gestão de Abrigos: Garante que a alimentação oferecida em abrigos temporários siga os protocolos de segurança e atenda às necessidades imediatas das vítimas.
- Enfrentamento a Crises Climáticas: Atua no monitoramento de eventos extremos (como secas severas) que impactam a produção da agricultura familiar, articulando com outros órgãos medidas para mitigar o desabastecimento local.

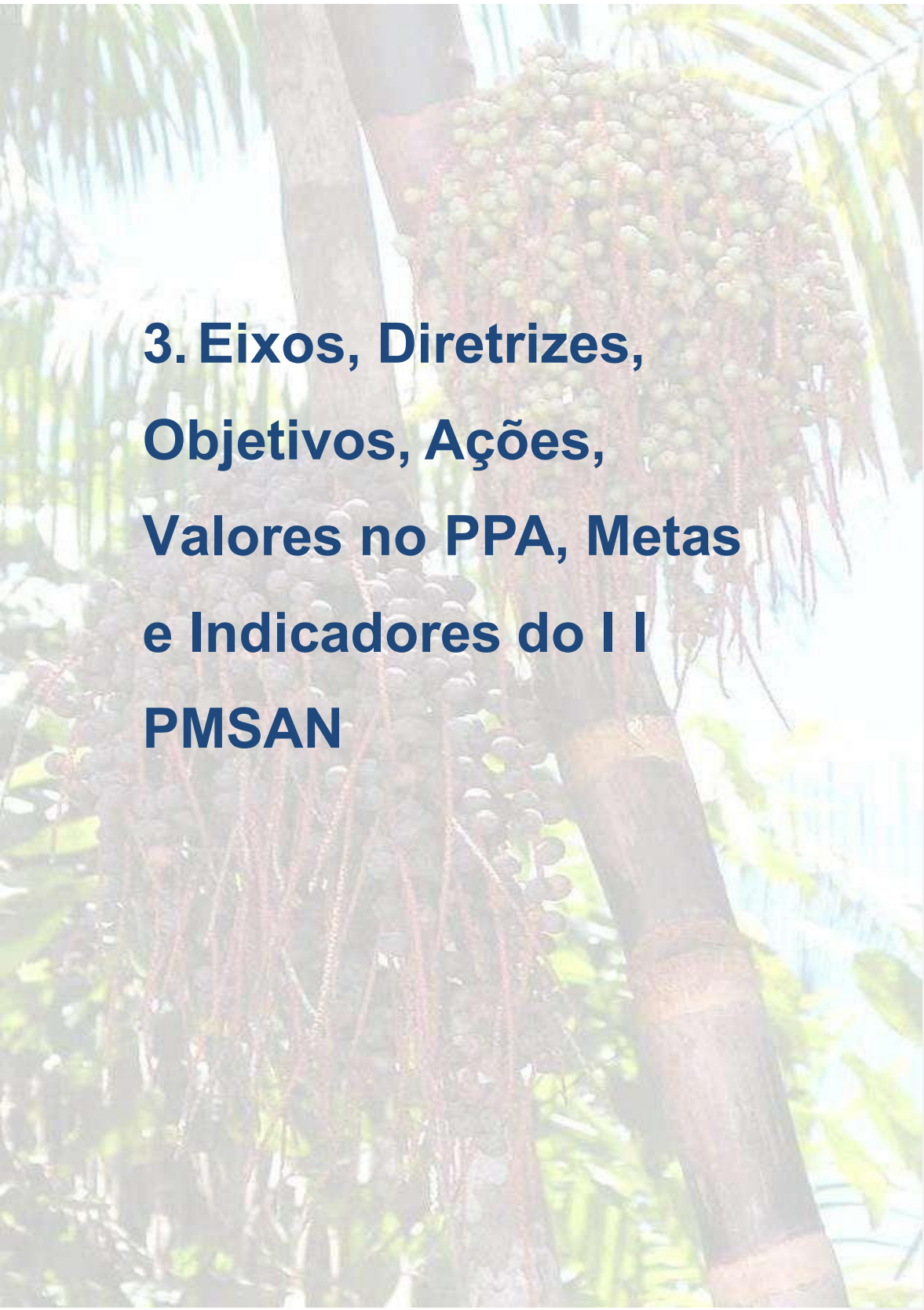
- Os 5 Pilares da Defesa Civil na Segurança Alimentar

Pilar	Ação Exemplo
Prevenção	Mapear comunidades com alto índice de insegurança alimentar e risco de isolamento.
Mitigação	Implementar cisternas e tecnologias de captação de água em regiões de seca.
Preparação	Realizar simulados de logística de abastecimento emergencial.
Resposta	Entrega imediata de cestas de alimentos e água após um desastre.
Recuperação	Apoiar a reconstrução de sistemas de produção local afetados.

Garantia da ordem pública durante mutirões de distribuição de cestas básicas, feiras da agricultura familiar e programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), assegurando que o acesso aos alimentos ocorra de forma organizada e segura para a população e produtores.

A GCM auxilia no transporte e escolta de suprimentos críticos para comunidades em situação de vulnerabilidade extrema ou isolamento. Atuação no entorno de escolas e centros de saúde para manter áreas de acesso seguras e desobstruídas, facilitando o fluxo de pessoas que buscam serviços de nutrição e alimentação.

Outro papel importante da Secretaria de Defesa Social - SEMDS: Promover a inclusão e a equidade no acesso ao transporte urbano e melhoria da infraestrutura e nos serviços de mobilidade.



3. Eixos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Valores no PPA, Metas e Indicadores do I I PMSAN

Plano De Ação

Constituem Diretrizes do Plano Plurianual de Santa Izabel para o quadriênio 2026-2029:

I – Promoção da qualidade de vida, equidade, inclusão social e bem-estar;

II – Fortalecimento da educação, cultura, esporte, turismo, laser e desenvolvimento humano;

III – Modernização da gestão pública e inovação tecnológica;

IV – Desenvolvimento sustentável e integrado do território.

O Plano Plurianual foi construído com base em diagnósticos técnicos, princípios de responsabilidade fiscal, políticas em andamento, agendas transversais, participação popular e planejamento estratégico, além de contribuições intersetoriais. Alinha-se às diretrizes federal e estadual e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo a transversalidade das políticas públicas e refletindo os anseios da população isabelense. O Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029 tem como eixos principais:

I – Saúde e bem-estar;

II – Educação e desenvolvimento sociocultural, esporte, turismo e laser**;**

III – Desenvolvimento urbano e rural;

IV – Cidadania e desenvolvimento social;

V – Gestão administrativa e tecnológica;

VI – Integração produtiva e territorial sustentável.

O Plano é o resultado de um planejamento que contempla ações que permeiam por todos os órgãos do poder executivo através da gestão compartilhada e eficiente e reafirma os compromissos desta gestão com a justiça social, a inclusão e a inovação na administração pública, consolidando um modelo de governo moderno, transparente e verdadeiramente participativo.

A Política de Segurança Alimentar tem como função vital a garantia do direito humano à alimentação adequada, reduzir a fome e promover inclusão social e econômica, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidadea ela atua como instrumento de proteção social e de desenvolvimento social.

Nesse Sentido durante o 1º Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA foi construido em cima do PPA 2026-2029 já aprovado, os Eixos do PMSAN 2026-2029 a serem trabalhados e definidos em :

- **EIXO 1. COMIDA DE VERDADE: AVANÇOS E OBSTACULOS PARA CONQUISTA DA ALIMENTAÇÃO**
    1. Ação de educação na família;
    2. Fortalecimento das associações a Alimentação Saudável;
    3. Ação na Saúde, orientando os usuários da UBS sobre alimentação saudável (grupo de pessoas hipertensas, diabéticas, gestantes e os usuários em Geral);
    4. Fortalecimento da Assistência e o acompanhamento das ações sociais pelos órgãos. (conselhos)
    5. A Assistência técnica aos produtores da Agricultura Familiar.

- **EIXO 2. DINÂMICAS EM CURSO, ESCOLHAS ESTRATÉGICAS E ALCANCES DA POLÍTICA PÚBLICA**
    1. Mais emprego, microcrédito e mais qualificação profissional;
    2. Intensificar o programa Prefeitura Mais Presente nas Comunidades;
    3. Intensificar Atenção Primária em Saúde (mediante a fiscalização, acompanhamento mais atuante dos ACS).
    4. Garantir os direitos humanos a alimentação adequada, reduzir a fome, promover saúde e dignidade.

- **EIXO 3. FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DO SISAN.**
    1. Implementar oficinas e capacitações comunitárias;
    2. Promover oficinas de educação alimentar e nutricional em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Educação, focando em alimentação saudável, cultivo familiar e manejo de alimentos;
    3. Oferecer capacitações para agricultores familiares e comunitários sobre agricultura sustentável acesso a programas como PAA, e serviços de extensão rural, fortalecendo a produção local e o acesso a alimentação, fortalecendo a participação social;
    4. Criar espaços comunitários de diálogos e participação social;
    5. Realizar Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, que serviram como espaço aberto para definição de prioridades e avaliação de politicas locais, garantindo ampla participação da sociedade civil;
    6. Ampliar Estruturas de Implementação (investir no fortalecimento de equipamentos públicos de SAN: Banco de Alimentos, hortas Comunitárias, distribuição de cestas básicas e apoio a agricultura familiar, conforme suas práticas mapeadas pelo SISAN em outros princípios.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA.

1. Desenvolver painéis públicos e relatórios de monitoramento participativos com dados sobre insegurança alimentar, impactos das ações e uso de recursos garantidos, transparências e controle social;
2. Mobilizar a sociedade para acompanhamento de metas e indicadores do Plano Municipal SAN, com atualizações trimestrais e encontros de devolutiva á população

FORTALECER A COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

1. Criar campanhas municipais para sensibilização sobre segurança alimentar e nutricional, destacando o papel do SISAN e incentivando a participação de diversos setores da sociedade como (escolas, igrejas coletivas e comunitárias, redes sociais, reuniões de bairro, para que ocorra a divulgação dos programas gerando oportunidades a população.
2. Realização de Reunião intinerante;
3. Realização de Fórum permanente.

3.2. Instrumental Operativo Orçamentário

Este Instrumental Operativo Orçamentário foi estruturado a partir dos desafios estabelecidos no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel

do Pará (PMSAN 2025), considerando o contexto específico do município e respeitando as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A construção deste documento baseia-se em fontes fundamentais, como o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 da Prefeitura Municipal, com seus programas, ações e metas físico-financeiras já previstas, garantindo assim a articulação com o período de vigência do PMSAN (2026–2029).

Importante destacar que uma ação estratégica associada a um desafio pode igualmente representar solução para outros desafios intersetoriais. Por esse motivo, foi realizado um exercício de síntese descritiva e conceitual, incluindo palavras-chave e resumos que permitem melhor identificação e compreensão das dificuldades enfrentadas e das estratégias propostas para sua superação.

Cabe ressaltar que os valores orçamentários estabelecidos nas ações destacadas são previstos para os anos de 2026 á 2029 para todas as politicas estabelecidas no plano de governo e dependem da arrecadação, formalização de convênios e outras transferências de recursos. Vale ressaltar que os planos de ações detalhados para o PMSAN que englobam os temas estabelecidos serão detalhados por secretaria e por ano dentro das ações fornecidas neste documento e serão acompanhados pela CAISAN e CONSEA, conforme o processo de construção participativa do governo municipal em articulação com os diversos setores da administração pública e da sociedade civil.

Secretaria/ órgão	Programa	Ação	Unidade medida	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	INDICADOR	VALOR PPA 2026-2029
SEMPAG	0002 GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	20 122 0002 2.239 Manut. Conselho de Desenvolvimento Sustentavel	UND	1	1	1	1	CONSELHO MANTIDO	R$ 93.238,80
SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 608 0014 2.259 Fortalecimento da Produção e do Agronegocio	UND	2000	2000	2000	2000	PROPRIEDADE, ESTABELECIMENTO OU PRODUÇÃO ATENDIDA	R$ 13.732.744
SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 334 0014 2.242 Promoção do Desenvolvimento Economico, Social e Ambiental	%	40	50	80	100	AÇÃO REALIZADA	R$ 3.121.280,00
SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 605 0014 2.240 Implantação e Manutenção do Banco de Alimentos	UND	1	1	1	1	SERVIÇO IMPLANTADO E MANTIDO	R$ 288.596,00
SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 605 0014 1.206 Implantação e Manutenção da Central de Abastecimento - CEASA Municipal	UND	1	1	1	1	CENTRAL IMPLANTADA E MANTIDA	R$22.244.114,
SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 609 0014 2.243 Manutenção do Serviço e Inspeção Municipal	%	100	100	100	100	SERVIÇO MANTIDO	R$ 412.915,00

SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 605 0014 2.244 GESTÃO DE FEIRAS E MERCADOS	%	100	100	100	100	SERVIÇO MANTIDO	R$ 17.386,81
SEMPAG	0014: AGRO SIP	20 608 0014 2.245 Realização de eventos AGROPECUÁRIOS	UND	1	1	1	1	EVENTOS APOIADOS	R$ 3.907.150,00
SMS	11- ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE	10 301 0011 2.204- FORTALECIMENTO DA SAÚDE INTEGRADA E PREVENTIVA	UND	25	25	25	25	MANUTENÇÃO DE POSTOS E UNIDADES DE SAÚDE	R$ 156.826.558,44
SMS	12- ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10 302 0012 2.205 Mais Acesso a Saúde	%	30	40	60	80	REDUZIR A FILA DE ESPERA EM CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS	R$ 30.302.610,98
SMS	11- ATENÇÃO PRIMARIA EM SAUDE	10 301 0011 2.000- SAÚDE BUCAL	%	80	80	80	80	MANUTENÇÃO DE 80% DA COBERTURA DE SAÚDE BUCAL	R$ 17.535.819,50

SMS	12- ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	10 306 0012 2.209- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO- PNAM	%	202	202	20	20	CRIANÇAS ATENDIDAS ATÉ 5 ANOS DE IDADE	R$ 133.198,29
SMS	PROGRAMA 0013- VIGILÂNCIA EM SAUDE	10 305 0013 2.211- Desenvolvimento das Ações de Vigilância Epidemiologica ,Sanitária e Ambiental em Saúde	%	40	60	70	80	REDUZIR E PREVENIR AGRAVOS DE SAÚDE ESTABELECIDOS NO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE EM PERCENTUAL	R$ 12.961.482,09
SMS	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	10 122 0002 2.XXX- Manutenção do Conselho de Saúde	UND	1	1	1	1	CONSELHO MANTIDO	R$ 297.476,18
GABINETE	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	04 122 0002 2.010 Comunicação Oficial do Poder Executivo	%	1001	100	1001	00	SERVIÇO MANTIDO	R$ 177.598,00
SEMMA	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	18 122 0002 2.093 Manutenção do Conselho municipal de Meio Ambiente	UND	1	1	1	1	CONSELHO MANTIDO	R$ 102.119,00

SEMMA	0005- SANTA IZABEL MAIS LIMPA	18 512 0002 2.099 Manutenção e Ampliação da Coleta de Resíduos Sólidos	%	50	70	80	90	PERCENTUAL DE SERVIÇOS IMPLANTADOS E MANTIDOS	R$ 31.390.397,01
SEMMA	0006- SANTA IZABEL MAIS VERDE	18 541 0006 2.102 Manutenção e Ampliação da Arborização do Município	%	30	50	80	100S	ARBORIZAÇÃO AMPLIADA E MANTIDA	R$ 235.316,98
SEMMA	0006- SANTA IZABEL MAIS VERDE	18 541 0006 2.228 Criação e Manutenção da Sala Verde	%	201	100	1001	100	SERVIÇO IMPLANTADO E MANTIDO	R$ 315.235,95
SEMMA	0006- SANTA IZABEL MAIS VERDE	18 541 0006 2.101 Educação Ambiental	UND	2	2	2	2	AÇÃO REALIZADA	R$ 235.316,98
SEMMA	0007-SANTA IZABEL MAIS LEGAL	18 122 0007 2.229 Modernização e Manut.da Gestão e Monitoramento dos Processos Administrativos	UND	1	1	1	1	SISTEMA INSTALADO E MANTIDO	R$ 541.673,05
SEMMA	0007-SANTA IZABEL MAIS LEGAL	18 542 0007 2.230 Fiscalização de Combate a Degradação Ambiental	UND	250	250	2502	50	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	R$ 581.632,53

SEMTEPS	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	08 122 0002 2.035 Manut.dos Conselhos Vinculados à Assist Social (CMAS,CMDPI,CMDCA,CONSEAS,COMTER)	UND	5	5	5	5	CONSELHOS MANTIDOS	R$ 177.597,72
SEMTEPS	0009 -PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	08 605 0009 2.221 Gestão do Sistema Municipal de Segurança Alimentar	%	100	100	100	100	SISTEMA MANTIDO	R$ 253.076,75
SEMTEPS	0009 -PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	08 605 0009 2.222 Implantação e Manut.do Centro de Referencia de Segurança Alimentar Nutric	UND	1	1	1	1	CENTRO IMPLANTADO E MANTIDO	R$ 2.215.531,56
SEMTEPS	08- FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08 245 0008 2.218 Manutenção da Proteção Social Basica	%	100	100	100	100	SERVIÇO IMPLANTADO E MANTIDO	R$ 19.952.109,29
SEMTEPS	10- MAIS EMPREGO	08 334 0010 2.223 Manutenção da Casa do Trabalhador Izabelense	%	1001	100	100	100	SERVIÇO MANTIDO	R$ 2.002.414,29
SEMTEPS	10- MAIS EMPREGO	08 334 0010 2.224 Geração de negocios criativos	%	10	20	30	50	NEGÓCIOS IMPLEMENTADOS	R$ 297.476,18

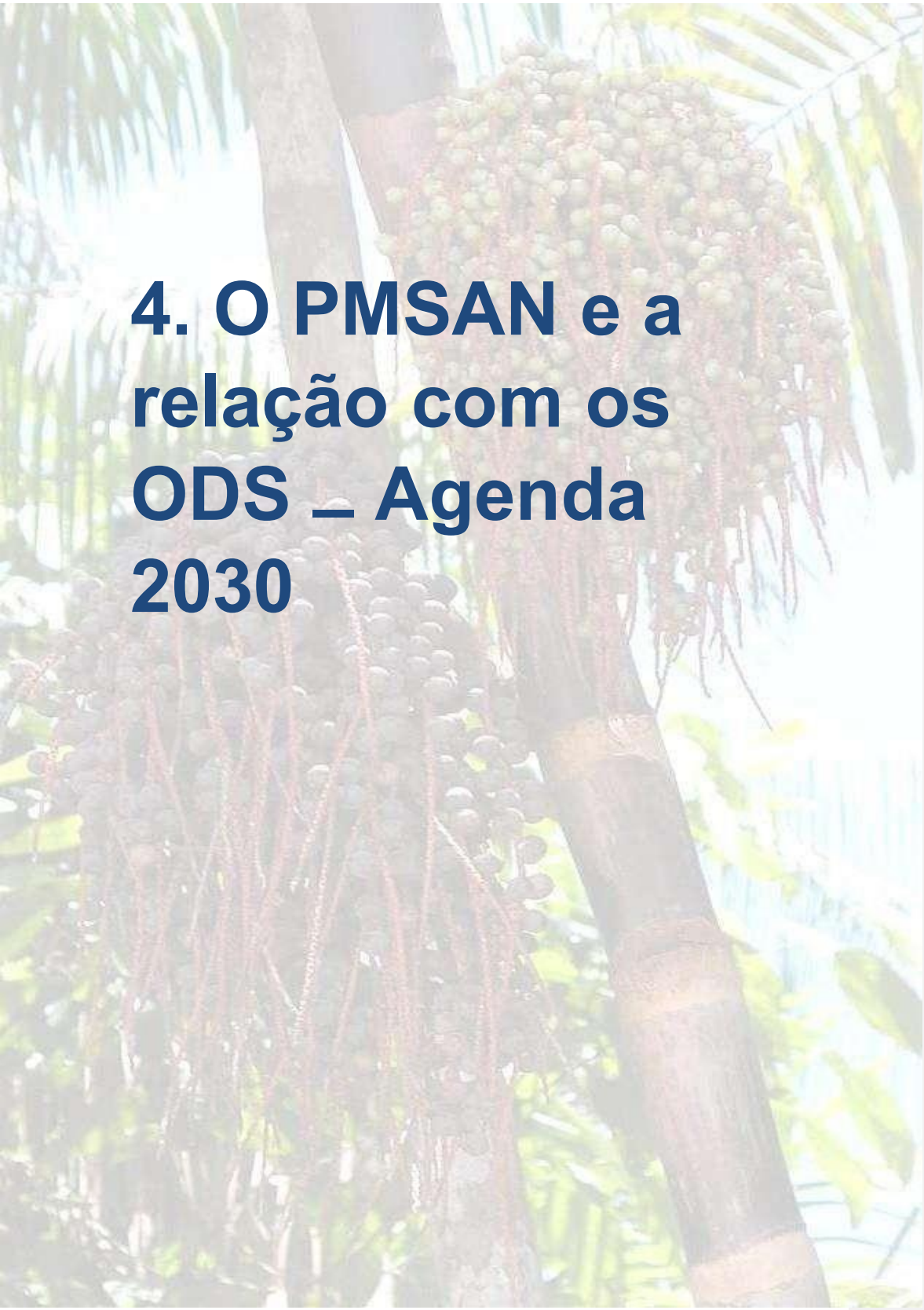
SEMTEPS	08-FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08 244 0008 2.219 Gestão do Cadastramento Unico e Programa Bolsa Familia	UND	6000	6000	6000	6000	FAMILIAS ATENDIDAS	R$ 3.968.030,34
SEMTEPS	08-FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08 245 0008 2.220 Manutenção da Proteção Social Especial	%	100	100	100	100	SERVIÇO IMPLANTADO E MANTIDO	R$ 10.128.264,77
TODAS	15-PREFEITURA MAIS PRESENTE	APOIO LOGISTICO E OPERACIONAL AO PROGRAMA PREFEITURA MAIS PRESENTE	%	100	100	100	100	APOIO MANTIDO	R$ 504.656.124,23
SEMDS	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	04 131 0002 2.233 SEMDS Educando	UND	60	60	60	60	AÇÃO REALIZADA	R$ 910.188,00
SEMDS	0017 - SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL	06 182 0017 1.207 Elaboração, Implantação e Manutenção do Plano de Contigência	%	10	25	40	50	AÇÕES IMPLANTADAS	R$ 10.123.070,00
SEMDS	16- MAIS MOBILIDADE	26 752 0016 1.204 Estruturação Viaria e Engenharia de Trafego	%	40	60	80	100	PERCENTUAL DO PROJETO IMPLANTADO	R$ 10.966.659,00

SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 306 0018 2.038 Alimentação Legal	%	100	100	100	100	ALUNO ALIMENTADO	R$ 20.423.737,80
SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 631 0018 2.053 Educação no Campo e Economia Criativa	%	100	100	100	100	ESCOLAS MANTIDAS	R$ 843.589,17
SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 365 0002 2.062 Educação no Campo e Economia Criativa	%	100	100	100	100	ESCOLAS MANTIDAS	R$ 2.877.083,06
SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 365 0018 2.046 Desenvolvimento da Educação Infantil	UND	2375	2435	2575	2675	ALUNOS MATRICULADOS NA PRE ESCOLA E CRECHE	R$ 1775.977,20
SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 365 0018 2.281 Desenvolvimento da Educação Infantil	UND	2375	2435	2575	2675	ALUNOS MATRICULADOS NA PRE ESCOLA E CRECHE	R$ 32.399.302,35
SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 366 0018 2.051 Desenvolvimento do Ensino Fundamental-EJA	UND	522	530	550	612	Aluno matriculado no ensino fundamental-EJA	R$ 1.864.776,06

SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 366 0018 2.270 Desenvolvimento do Ensino Fundamental EJA	UND	522	530	550	612	Aluno matriculado no ensino fundamental-EJA	R$ 5.749.726,19
SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 361 0018 2.059 Ampliação e Manutenção da Escola em Tempo Integral	UND	3	5	7	8	ESCOLA IMPLANTADA E MANTIDA	R$ 66.909.941,01
SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 361 0018 1.272 Ampliação e Manutenção da Escola em Tempo Integral	UND	3	5	7	8	ESCOLA IMPLANTADA E MANTIDA	R$ 811.621,58
SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 367 0018 2.066 Desenvolvimento da Educação Especial	UND	18	20	22	25	ESCOLAS ADAPTADAS	R$ 1.309.783,19
SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 367 0018 2.265 Desenvolvimento da Educação Especial	UND	18	20	22	25	ESCOLAS ADAPTADAS	R$ 4.906.137,02
SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 361 0018 2.072 Incentivo as Promoções Culturais e Civicas da Ed. Infantil e Ens. Fundament	UND	20	20	20	20	EVENTOS REALIZADOS	R$ 1.331.982,90
SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 361 0018 2.275 Incentivo as Promoções Culturais e Civicas da Ed. Infantil e Ens. Fundament	UND	20	20	20	20	EVENTOS REALIZADOS	R$12.920.234,13

SEMED	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 361 0018 2.287 Desenvolvimento do Ensino Fundamental	%	101	15	20	25	ELEVAÇÃO DO INDICE DO IDEB	R$ 9.013.084,29
SEMED/ FUNDEB	18- EDUCAÇÃO 360ºGRAUS	12 361 0018 2.269 Desenvolvimento do Ensino Fundamental	%	101	15	20	25	ELEVAÇÃO DO INDICE DO IDEB	R$ 39.382.294,41
SECULTD	04- SANTA IZABEL EM CENA-	13 392 0002 2.109 Apoio, Realização e Produção de Eventos Culturais e Esportivos	UND	33	33	33	33	EVENTOS REALIZADOS E OU APOIADOS	R$ 16.476.628,00
SEMAPF	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	04 122 0002 2.001 Manutenção das Funções da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças	%	100	100	100	100	SECREATRIA MANTIDA	R$ 14.740.610,76
SEMAPF	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	04 128 0002 2.002 Capacitação e Qualificação dos Servidore Públicos	%	30	30	30	30	SERVIDOR CAPACITADO	R$ 75.479,03
SEMAPF	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	04 122 0002 2.004 Realização de Concurso Público 3.3.90.30.00 Material de consumo	UND		1			PREVISTO	R$ 488.393,73
SEMAPF	0002 - GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA	04 122 0002 1.005 Governança e Transparência da Administra ção e Gestão Tributária Financeira	%	100	100	100	100	GESTÃO EFICAZ	R$9.881.537,14

SEINFRA	15-PREFEITURA MAIS PRESENTE	15 451 0015 1.209 Construção e Recuperacao de Pontes	UND	2	2	2	2	PONTES RECUPERADAS	R$ 2.441.968,65
SEINFRA	15-PREFEITURA MAIS PRESENTE	15 451 0015 2.248 Obras de infraestrutura Urbana e Rural	%	1001	100	100	100	POPULAÇÃO ATENDIDA	R$ 381.923.896,86
SEINFRA	15-PREFEITURA MAIS PRESENTE	25 752 0015 2.249 Manut. Adequacao e Modernizacao do Parque de Ilmuninacao Publica Urbana e RURAL	%	50	70	80	80	SERVIÇO MANTIDO	R$ 33.965.563,95
SEINFRA	15-PREFEITURA MAIS PRESENTE	25 752 0015 1.214 Ampliacao do Parque de Iluminacao Publica	%	101	15	20	30	PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AMPLIADO	R$ 932.388,03
SEINFRA	15-PREFEITURA MAIS PRESENTE	22 661 1208- Implantacao do Distrito Industrial	UND		1			DISTRITO IMPLANTADO	R$ 210.000,00



4. O PMSAN e a relação com os ODS – Agenda 2030

4.1. A RELAÇÃO COM OS ODS – AGENDA 2030

Vivemos em uma era em que as fronteiras entre o global e o local estão cada vez mais tênues. As decisões e práticas adotadas em nível internacional repercutem diretamente nos territórios locais, ao mesmo tempo em que as experiências locais também ganham visibilidade e contribuem com soluções para desafios globais. No campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Brasil tem exercido um papel relevante, sendo reconhecido como um dos países com políticas públicas inovadoras e bem-sucedidas nessa área.

A atuação brasileira em espaços internacionais de governança, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), tem contribuído para a construção coletiva de estratégias voltadas à superação da fome e promoção de sistemas alimentares sustentáveis. A presidência interina do Brasil nesse Conselho, a partir de 2017, permitiu a articulação de ações conjuntas entre governos, sociedade civil, instituições acadêmicas e organismos multilaterais. Nesse contexto, destacam-se iniciativas como a formulação das Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos países-membros e a criação de grupos de trabalho voltados à nutrição e aos sistemas alimentares saudáveis.

O compromisso do país com a agenda internacional também se reflete na adesão à Década de Ação em Nutrição (2016–2025), lançada pelas Nações Unidas. Essa iniciativa surge como resposta à crescente preocupação com os efeitos da transição nutricional e o aumento dos índices de sobrepeso e obesidade, principalmente nos países em desenvolvimento. Como desdobramento desse compromisso, o Brasil elaborou um documento de referência durante o Comitê Mundial de Segurança Alimentar, integrando as diretrizes nacionais às metas globais.

Tais compromissos se articulam também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os que tratam da erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), entre outros. A adesão do Brasil a essa agenda reforça a necessidade de políticas públicas que promovam o direito humano à alimentação adequada, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a valorização da agricultura familiar.

Nesse cenário, o PMSAN se propõe a ser um instrumento de articulação e implementação de ações que dialogam com esses compromissos internacionais, adaptando-os à realidade local. A partir do fortalecimento de políticas públicas

intersetoriais, o município busca garantir o acesso universal e permanente à alimentação adequada e

saudável, respeitando as dimensões culturais, econômicas, ambientais e sociais da população.

Além de promover a integração entre saúde, assistência social, educação, agricultura e meio ambiente, o plano também reconhece a importância da participação social como eixo estruturante para o monitoramento e avaliação das políticas de SAN. O protagonismo dos conselhos municipais, das organizações da sociedade civil e das comunidades tradicionais será essencial para consolidar uma política alimentar inclusiva, justa e sustentável em Santa Izabel do Pará.

> Assim, o município se insere no cenário global como agente ativo na luta pelo fim da fome e na promoção de sistemas alimentares que respeitem a vida, o território e a dignidade de todos e todas.

74 Figura 02: Os ODS da ONU.

Fonte: ONU, 2015.

4.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como Referência para o Plano Municipal.

Na elaboração do **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará (2026–2029)**, é fundamental que as ações locais estejam alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Conforme orientações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará, os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** devem orientar estrategicamente a definição de metas, diretrizes e iniciativas do plano.

Instituídos pela Organização das Nações Unidas em 2015, os ODS compõem uma agenda global voltada ao enfrentamento dos principais desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030. São 17 objetivos interdependentes que promovem um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. A seguir, apresentam-se esses objetivos, adaptados à perspectiva do planejamento municipal:

1. **Erradicação da pobreza:** Superar todas as formas de pobreza, garantindo dignidade, acesso a direitos e inclusão social.
2. **Fome zero e agricultura sustentável:** Assegurar o direito à alimentação adequada, combatendo a fome e promovendo sistemas alimentares sustentáveis, com valorização da agricultura familiar.
3. **Saúde e bem-estar:** Promover qualidade de vida em todas as fases, com ênfase na prevenção e no fortalecimento da rede pública de saúde.
4. **Educação de qualidade:** Garantir educação inclusiva e equitativa, ampliando oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. **Igualdade de gênero:** Promover a equidade entre homens e mulheres, fortalecendo a autonomia feminina em todas as dimensões sociais.
6. **Água potável e saneamento:** Assegurar acesso universal à água de qualidade e ao saneamento básico, com gestão sustentável dos recursos hídricos.
7. **Energia limpa e acessível:** Ampliar o acesso à energia segura, sustentável e economicamente viável.
8. **Trabalho decente e crescimento econômico:** Estimular a geração de emprego e renda com inclusão social e respeito aos direitos trabalhistas.
9. **Indústria, inovação e infraestrutura:** Fortalecer a infraestrutura local, incentivar a inovação e promover o desenvolvimento produtivo sustentável.

10. **Redução das desigualdades:** Enfrentar desigualdades sociais, econômicas e territoriais, promovendo maior equidade.
11. **Cidades e comunidades sustentáveis:** Desenvolver territórios mais inclusivos, seguros, resilientes e ambientalmente responsáveis.
12. **Consumo e produção responsáveis:** Incentivar práticas sustentáveis, reduzindo desperdícios e promovendo o uso consciente dos recursos naturais.
13. **Ação contra a mudança do clima:** Implementar medidas de adaptação e mitigação dos impactos climáticos, fortalecendo a resiliência local.
14. **Vida na água:** Proteger ecossistemas aquáticos e promover o uso sustentável dos recursos hídricos.
15. **Vida terrestre:** Preservar a biodiversidade, recuperar áreas degradadas e proteger os ecossistemas terrestres.
16. **Paz, justiça e instituições eficazes:** Fortalecer instituições públicas, garantindo transparência, participação social e acesso à justiça.
17. **Parcerias e meios de implementação:** Estimular a cooperação entre governo, sociedade civil e demais atores para viabilizar os objetivos propostos.

Com base nesses princípios, o Plano Municipal de Santa Izabel do Pará adota uma abordagem integrada do desenvolvimento, reconhecendo que o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar está diretamente relacionado à promoção da justiça social, da saúde, da educação, da sustentabilidade ambiental e do fortalecimento da cidadania.

5. Governança e Monitoramento do PMSAN

Para a efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, em razão de seu caráter transversal e de sua complexidade, faz-se necessária a construção de articulações estratégicas e operacionais com diferentes políticas setoriais, bem como com as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), os poderes legislativo e judiciário, os mecanismos de controle social, o setor privado e as organizações da sociedade civil. Diante dessa amplitude, impõe-se a adoção de um modelo de governança colaborativa, orientado principalmente pelo princípio da intersetorialidade.

Essa governança organiza-se a partir de três dimensões essenciais:

• Intersetorialidade: integração entre diferentes áreas e políticas públicas no âmbito governamental, promovendo ações articuladas e complementares;

• Intergovernamentalidade: cooperação entre os entes federativos — União, Estados e Municípios — respeitando o pacto federativo e fortalecendo a execução conjunta das políticas públicas;

• Extragovernamentalidade: articulação entre o poder público e a sociedade civil, envolvendo organizações, empresas e demais atores sociais na formulação e implementação das ações.

Nesse contexto, a delimitação clara das competências e responsabilidades dos entes envolvidos torna-se fundamental para a consolidação de parcerias estratégicas, assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN).

Considerando a estrutura administrativa do município, destaca-se a atuação da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS), que desempenha papel central na execução integrada das políticas sociais, com as seguintes atribuições:

• Articular as políticas públicas no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estaduais e federais voltadas à proteção social de famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;

• Contribuir para a garantia dos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho, cultura, moradia e lazer, assegurando condições dignas de cidadania;

• Desenvolver ações integradas de enfrentamento à pobreza, envolvendo iniciativas governamentais e não governamentais;

• Atuar de forma articulada com outras esferas de governo em situações emergenciais;

• Executar serviços voltados à melhoria da qualidade de vida de populações em situação de vulnerabilidade social, incluindo famílias, pessoas com deficiência, usuários de

substâncias psicoativas, população em situação de rua, egressos do sistema prisional, entre outros;

• Manter atualizado o cadastro de entidades e organizações de assistência social no município, em articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Dessa forma, a consolidação de uma governança colaborativa contribui para ampliar a efetividade das ações de segurança alimentar e nutricional, promovendo maior integração entre políticas públicas, instituições e atores sociais, e fortalecendo um modelo de gestão participativo, eficiente e orientado à garantia de direitos.

Destaca-se, ainda, a importância do comando único das ações e do pleno funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), como instrumentos fundamentais para a gestão, o controle social e a execução das políticas públicas no âmbito municipal.

Secretaria Municipal de Educação

- Estabelecer articulação contínua com os órgãos de educação das esferas estadual e federal, visando alinhar as ações planejadas, garantir suporte técnico-pedagógico, disponibilizar materiais às escolas municipais e promover capacitações para professores, manipuladores de alimentos e demais servidores
- Elevar os níveis de proficiência escolar, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais, especialmente o IDEB municipal;
- Assegurar infraestrutura adequada, recursos logísticos e suporte pedagógico que favoreçam o desenvolvimento das competências de leitura e escrita, preparando os estudantes para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania;
- Fortalecer o Ensino Fundamental, com atenção específica à Educação do Campo; Implantar e garantir o funcionamento de escolas em tempo integral;
- Ampliar a oferta educacional por meio da construção de creches;
- Promover o desenvolvimento e a expansão da Educação Infantil;
- Implementar ações de educação permanente em saúde;
- Assegurar a formação continuada dos profissionais da educação;
- Incentivar atividades culturais e cívicas voltadas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;
- Fortalecer a Educação Especial, garantindo inclusão e equidade;
- Expandir e qualificar a Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Garantir a manutenção e a qualidade da alimentação escolar.

Secretaria Municipal de Saúde

Desenvolver e executar ações de educação alimentar e nutricional no âmbito dos serviços de saúde;

• Estimular práticas alimentares saudáveis, alinhadas às diretrizes do Guia Alimentar para a População Izabelense;

• Realizar o monitoramento do estado nutricional da população por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), com transição progressiva para o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC);

• Identificar agravos relacionados à alimentação inadequada, como obesidade, desnutrição, anemias e outras deficiências nutricionais, no âmbito da saúde da família, da mulher, da criança e do idoso;

• Promover, em articulação com a rede de ensino, centros comunitários e iniciativa privada, programas voltados à educação, saúde e bem-estar da população, como o Programa Saúde na Escola (PSE);

• Atuar na vigilância sanitária de estabelecimentos que produzem e comercializam alimentos, garantindo a qualidade e a segurança alimentar;

• Fiscalizar áreas urbanas e rurais suscetíveis à proliferação de vetores e agravos, elaborando planos de intervenção e encaminhando às autoridades competentes para as devidas providências;

• Inspecionar as condições sanitárias de produtos comercializados em mercados e feiras, podendo determinar a inutilização ou interdição de itens impróprios para consumo;

• Supervisionar o sistema de abastecimento de água do município, assegurando a qualidade do recurso ofertado à população e propondo melhorias quando necessário;

• Desenvolver ações de controle de vetores, vacinação animal e atividades educativas, em parceria com órgãos públicos e iniciativa privada, visando à prevenção de doenças e à proteção da saúde coletiva.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

• Planejar, coordenar, avaliar, executar e controlar atividades que visem à proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente;

• Formular políticas e diretrizes de desenvolvimento ambiental para o município de Abaetetuba, observadas as peculiaridades locais;

• Formular e regulamentar normas técnicas e legais, padrões de proteção, conservação, reservação e recuperação do Meio Ambiente, em consonância com a Legislação estadual e federal;

• Executar ações de fiscalização junto a empreendimentos e/ou atividades potencialmente degradantes e/ou poluidoras do Meio Ambiente em consonância às normas contidas na Lei Ambiental;

• Emitir parecer sobre os pedidos de localização e funcionamento de fontes ou atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do Meio Ambiente;

• Exercer o controle ambiental através do licenciamento, monitoramento, cadastramento e fiscalização das atividades, condutas, processos e obras que causem ou possam causar degradação da qualidade ambiental;

• Desenvolver atividades de educação ambiental e atuar na formação da consciência pública sobre a necessidade de proteger, melhorar e conservar a qualidade ambiental; articular e fornecer diretrizes técnicas a outros Órgãos da Administração Municipal, em especial às Secretarias de Obras Públicas, Agricultura, Saúde e Educação para integração de suas atividades;

• Manter parcerias convencionais com organismos ambientais, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, pesquisadores do País e do exterior para o desenvolvimento de planos, programas e projetos ambientais;

• Promover em conjunto com os Órgãos Municipais, o controle da utilização, comercialização, armazenagem e transporte de produtos tóxicos e/ou perigosos;

• Manter convênios com instituições de pesquisas para fins de procedimentos de análises laboratoriais e outras atividades afins;

• Propor a criação no Município de áreas de interesse para conservação e proteção ambiental;

• Planejar, a arborização e paisagismo de áreas verdes públicas;

•

Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismos e Serviços Públicos

• Executar ações de recuperação e conservação das vias pavimentadas;

• Implantar pavimentação em novas vias nas zonas urbana e rural;

• Realizar serviços de terraplenagem para recuperação e manutenção das vias urbanas e rurais;

• Assegurar, qualificar e ampliar o acesso entre as comunidades;
• Elaborar projetos voltados à implantação, expansão, operação, modernização e manutenção do sistema de iluminação pública nas áreas urbana e rural;
• Promover a ampliação e modernização do parque de iluminação pública em todo o território municipal.

Secretaria Municipal de Administração

• Acompanhar, por meio do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), o planejamento e a adequada alocação de recursos públicos, em conformidade com o Plano Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará;
• Planejar e coordenar as atividades administrativas da Prefeitura, com a participação das demais secretarias;
• Coordenar, orientar, supervisionar e executar ações relacionadas à gestão e à capacitação de recursos humanos;
• Analisar e discutir, em conjunto com as demais secretarias, a proposta orçamentária anual, incluindo despesas com pessoal, materiais, patrimônio, serviços e encargos;
• Viabilizar a aquisição de bens e serviços por meio de procedimentos administrativos, conforme a legislação vigente;
• Prestar suporte jurídico às ações administrativas;
• Elaborar, gerir e acompanhar contratos e convênios;
• Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Secretaria Municipal de Defesa Social

• Realizar ações de melhoria e manutenção nas áreas rural, urbana e distrital;
• Promover a capacitação dos operadores responsáveis pelo transporte da produção agrícola;
• Desenvolver estudos de viabilidade para a criação de novas rotas de escoamento da agricultura familiar;
• Implantar sinalização com placas de identificação em ramais e vias vicinais, visando otimizar o escoamento da produção;
• Intensificar o patrulhamento nas comunidades rurais, com o objetivo de reduzir os índices de furto agrícola;
• Ofertar cursos de formação de brigadas de incêndio florestal, visando à proteção da produção agrícola, à preservação da biodiversidade e ao fortalecimento da segurança

alimentar no meio rural;

• Implementar integralmente as diretrizes do Plano Municipal de Mobilidade (Lei 2023), promovendo a ampliação dos modais de transporte e o reordenamento logístico, com foco nas atividades de carga e descarga e no atendimento às demandas econômicas do município.Planejar, coordenar a campanha de educação para o trânsito realizado nas comunidades rurais por meio de orientações e distribuições de materiais educativos e visitas nas propriedades;

• Ampliar e desenvolver as campanhas de educação na agricultura familiar gerando a conscientização da segurança viária, urbana, distrital e rural.

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

• Desenvolver ações que valorizem e fortaleçam os aspectos culturais vinculados à alimentação, reconhecendo, preservando e difundindo práticas alimentares tradicionais e regionais como parte do patrimônio cultural local;

• Apoiar eventos, manifestações artísticas e iniciativas educativas que promovam uma cultura alimentar saudável, sustentável e inclusiva, além de incentivar a produção cultural relacionada à segurança alimentar;

• Atuar de forma integrada com outras secretarias e instituições, contribuindo para a incorporação da dimensão cultural nas estratégias intersetoriais do plano;

• Fomentar iniciativas que destaquem e valorizem as tradições alimentares locais, especialmente aquelas enraizadas na identidade cultural do município;

• Exercer papel estratégico na promoção e preservação de práticas alimentares típicas da região, como as evidenciadas na Feira Agropecuária e no Festival da Farinha de Tapioca, reconhecendo esses eventos como expressões do patrimônio cultural de Santa Izabel do Pará;

• Promover atividades educativas, eventos culturais e manifestações artísticas que incentivem hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis;

• Atuar de forma articulada com as demais secretarias municipais, contribuindo para a construção de políticas públicas integradas que relacionem cultura, segurança alimentar e inclusão social;

• No âmbito do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), promover a valorização das tradições alimentares locais como patrimônio imaterial do município;

• Apoiar e fortalecer eventos que celebrem a cultura alimentar local, como a Feira

Agropecuária e o Festival da Farinha de Tapioca;

• Desenvolver ações educativas, oficinas e expressões artísticas que estimulem práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequadas;

• Preservar e difundir os saberes e práticas alimentares tradicionais das comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas.

6.2 Monitoramento e Avaliação: Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do Plano

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) será responsável pela aprovação, acompanhamento e avaliação do Plano, podendo propor ajustes sempre que necessário, com o objetivo de assegurar sua efetividade e ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse contexto, cabe à gestão pública municipal garantir a continuidade e a integração das políticas setoriais, enquanto o Conselho Municipal exerce sua função essencial de controle social, promovendo participação e transparência na condução dessas políticas.

Os indicadores estabelecidos no PMSAN constituem referência inicial para o monitoramento das ações. Contudo, a equipe responsável deverá complementar essa análise com outras fontes de dados e indicadores, buscando uma compreensão mais ampla e qualificada da realidade. Para isso, é fundamental utilizar informações disponíveis nas secretarias municipais e nos setores de planejamento, que já dispõem de instrumentos e indicadores relevantes em suas rotinas institucionais.

A definição de linhas de base para cada ação estratégica é indispensável para mensurar os avanços decorrentes da implementação do Plano. Esses parâmetros permitirão avaliar com maior precisão as transformações geradas na sociedade de Santa Izabel do Pará, identificar desafios operacionais e institucionais, e orientar a adoção de ajustes necessários ao longo da execução.

A CAISAN assume, portanto, a responsabilidade pela aprovação, acompanhamento sistemático e avaliação contínua do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, propondo adequações que garantam a efetiva promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o fortalecimento das políticas públicas de SAN, com prioridade para os grupos mais vulneráveis. Paralelamente, a gestão municipal deve assegurar a execução integrada das políticas, enquanto o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) desempenha papel fundamental no controle social e na participação cidadã.

Os indicadores definidos nas planilhas anexas ao PMSAN servirão como ponto de partida, mas deverão ser constantemente aprimorados por meio da incorporação de novas fontes de informação. A equipe de monitoramento deverá recorrer a bases de dados das secretarias municipais e dos setores de planejamento estratégico, ampliando a capacidade analítica e qualificando o acompanhamento das ações desenvolvidas.

Por fim, destaca-se que, em razão do prazo para elaboração e formalização do Plano, não foi possível realizar pesquisas primárias nem contemplar integralmente todas as dimensões da realidade municipal. Ainda assim, o diagnóstico deverá ser continuamente aperfeiçoado durante a vigência do PMSAN, contribuindo para o fortalecimento do monitoramento e da avaliação, o aprimoramento das políticas públicas e a consolidação de estratégias mais eficazes e sustentáveis no enfrentamento da insegurança alimentar.

6. Desafios Para a Implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará

6.1. Desafios Para a Implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará

O Plano Municipal constitui um instrumento público de planejamento que orienta a formulação e a implementação de políticas públicas. Sua construção e execução exigem trabalho coletivo, configurando um processo complexo que impõe desafios a serem superados, especialmente no que se refere à superação da cultura do setorialismo ainda presente na gestão pública. A intersetorialidade é o eixo estruturante deste plano, embora sua efetivação enfrente barreiras institucionais e operacionais relevantes.

Apesar de o município já dispor de um diagnóstico inicial, com dados específicos sobre Segurança Alimentar e Nutricional — o que representa um avanço significativo para a elaboração, o monitoramento e a avaliação do plano —, ainda há desafios relacionados à consolidação de uma linha de base abrangente, que considere o conjunto das políticas públicas vigentes no âmbito municipal. O enfrentamento da pobreza e da fome é um desafio global, que demanda esforços contínuos. No contexto local, especialmente em municípios mais vulneráveis, observa-se, por vezes, limitações na capacidade técnica de parte do corpo funcional para implementar um plano dessa complexidade, que exige articulação entre programas, projetos, ações, equipamentos públicos e mudanças culturais.

A promoção de hábitos alimentares saudáveis e a reversão do crescimento dos índices de sobrepeso e obesidade não se efetivam por meio de ações isoladas. Trata-se de um processo contínuo, que requer a implementação de estratégias múltiplas, integradas e sustentadas ao longo do tempo.

Além disso, nem sempre as políticas públicas estão plenamente alinhadas às prioridades estratégicas do município. Considerando que o território municipal abrange demandas diversas, podem surgir conflitos de prioridade entre diferentes áreas de gestão, o que exige maior capacidade de coordenação e planejamento integrado.

Outro desafio relevante refere-se ao financiamento das políticas públicas. Embora o Governo Federal incentive a adesão a diversas iniciativas, nem sempre há a correspondente garantia de recursos financeiros suficientes, o que pode limitar a disponibilidade de recursos humanos, materiais e operacionais necessários à execução das ações.

Ainda assim, mesmo diante dos desafios identificados, a Prefeitura de Santa Izabel do Pará reafirma seu compromisso em mobilizar esforços institucionais, técnicos e políticos para assegurar a efetiva implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, visando promover melhores condições de vida para a população.

7. Legislações Relacionadas

7.1. NACIONAL

7.1.1. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN) - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://tearsan.ufsc.br/submenu/materiais-normativos

7.1.2. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: https://tearsan.ufsc.br/submenu/materiais-normativos

7.1.3. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: https://tearsan.ufsc.br/submenu/materiais-normativos.

7.1.4. PORTARIA MDS Nº 972, DE 26 DE MARÇO DE 2024 - Define os municípios e o Distrito Federal prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades.

7.1.5. Decreto Presidencial 11.936/2024 que dispõe sobre a cesta básica de alimentos com a finalidade de orientar ações, políticas e programas relacionados à produção, ao abastecimento e ao consumo de alimentos.

7.1.6. Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional- Guia Para A Elaboração De Planos De Segurança Alimentar E Nutricional

7.2. ESTADUAL

7.2.1. Lei Estadual Nº 9.948/2023, de 19 de junho: Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés (COOMAC);

7.2.2. Lei Estadual Nº 9.949/2023, de 19 de junho: Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.

7.2.3. Lei nº 7.580, de 20 de dezembro de 2011. Gabinete do Governador.

Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências

7.2.4. RECOMENDAÇÃO Nº 01/2023/CONSEANS/PA BELÉM (PA), 03 DE OUTUBRO DE

2023 Recomenda aos Municípios do Pará sobre realização de Conferência municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, como processo de viabilização para adesão ao SISAN.

7.2.5. RECOMENDAÇÃO Nº 01/2023/CONSEANS/PA BELÉM (PA), 03 DE OUTUBRO DE

2023: Recomenda aos Municípios do Pará sobre realização de conferência municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, como processo de viabilização para adesão ao SISAN.

7.3. MUNICIPAL

7.3.1. Lei N° 471 de 28 de agosto de 2024: Lei que cria os componentes municipais do SISAN.

7.3.2. Decreto de N° 53 de 21 de janeiro de 2025: Regulamenta a Câmara Intersetorial Municipal de segurança alimentar CAISAN.

7.3.3. Decreto N° 54 de 21 de janeiro de 2025: Institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar CONSEA.

7.3.4. Decreto N° 95 de 07 de março de 2025: Nomeia a Câmara Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional da CAISAN.

7.3.5. Decreto 102 de 24 de março de 2025: Noema os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar CONSEA

8. Registros fotográficos

SEMTEPS

SEMTEPS

COMUNICAÇÃO

NIKE

LEGAL
BRINQUEDOS E ACESSÓRIOS

VARIEDADES

VARIEDADES

SEMTEPS

Semteps em ação, integrando a equipe do PSE no Cras, para o SCFV, em alusão ao dia mundial da Alimentação. SISAN/CAISAN

SANTA
IZABEL

SAN

Presentes
PREFEITURA
SANTA IZABEL

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2026 – 2029

SISAN
SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CAISAN
CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SANTA IZABEL DO PARÁ

CONSEA
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

PREFEITURA SANTA IZABEL